

Daniela Flávia Martins Fonseca

**PRESCRIÇÕES SOBRE HIGIENE NA CIDADE E NA ESCOLA NORMAL:
São João del-Rei, final do século XIX e início do XX**

Belo Horizonte

Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais

2013

Daniela Flávia Martins Fonseca

**PRESCRIÇÕES SOBRE HIGIENE NA CIDADE E NA ESCOLA NORMAL:
São João del-Rei, final do século XIX e início do XX**

Dissertação apresentada ao *Programa de Pós-Graduação em Educação: Conhecimento e Inclusão Social*, da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Mestra em Educação.

Orientadora: Meily Assbú Linhales
Universidade Federal de Minas Gerais

Belo Horizonte

Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais

2013

Universidade Federal de Minas Gerais
Faculdade de Educação
Programa de Pós-Graduação em Educação: Conhecimento e Inclusão Social

Dissertação intitulada “Prescrições sobre higiene na cidade e na Escola Normal: São João del-Rei, final do século XIX e início do XX”, de autoria da mestrandia Daniela Flávia Martins Fonseca, aprovada pela banca examinadora constituída pelos seguintes professores:

Prof.^a Dr.^a Meily Assbú Linhales – Orientadora

Prof. Dr. Luciano Mendes de Faria Filho – FAE/UFMG

Prof.^a Dr.^a Cecília Vieira do Nascimento – CP/UFMG

Prof.^a Dr.^a Maria Aparecida Arruda – UFSJ (Suplente)

Prof.^a Dr.^a Mônica Yumi Jinzenji – FAE/UFMG (Suplente)

Belo Horizonte, 22 de agosto de 2013.

Devemos trabalhar de forma a que
a memória coletiva sirva para a libertação
e não para a servidão dos homens.

Jacques Le Goff

AGRADECIMENTOS

O *ofício do historiador*, no caso, historiadora, é, por vezes, solitário. A escrita exige recolhimento. E computadores, livros, fontes, arquivos e bibliotecas se tornam companheiros nessa tarefa. Até que se chegasse a este momento, a caminhada foi longa e compartilhada com professores, familiares e amigos, fundamentais neste percurso.

Assim, gostaria de registrar meus sinceros agradecimentos àqueles que contribuíram, direta ou indiretamente, na construção deste trabalho:

Aos meus pais, Graça e Honório, e à minha irmã Bruna, por estarmos juntos nos momentos mais importantes e por “contar” com vocês sempre.

Aos meus sobrinhos, Carolina e Luca, por serem fontes de inspiração e por tornarem a vida mais alegre.

À grande família Martins Fonseca, pelo incentivo, carinho e apoio constantes.

À minha orientadora, a professora Dr.^a Meily Assbú Linhales, pela orientação competente e atenciosa, pela dedicação com que leu cada uma das versões deste trabalho, apontando caminhos, incentivando e tornando possível esta dissertação. E ainda pela amizade que construímos nesse processo.

Ao professor Dr. Luciano Mendes de Faria Filho, por compartilhar ensinamentos em suas aulas, pelo parecer cuidadoso ao projeto de pesquisa e pelas contribuições durante a banca de defesa.

À professora Dr.^a Cecília Vieira do Nascimento pelas generosas contribuições durante a qualificação e também na banca de defesa.

À professora Dr.^a Maria Aparecida Arruda e à professora Dr.^a Christianni Cardoso Moraes, que me receberam carinhosamente em São João del-Rei, indicado leituras e fontes fundamentais para este trabalho.

Aos professores e colegas do CEMEF e do GEPHE, espaços de formação e convivência essenciais à pesquisa, pelos aprendizados nos encontros do grupo e também pela amizade construída; em especial, Leo, Pri e Cássia.

Aos amigos do Arquivo Público Mineiro; em especial, Dr. Renato Venâncio, Denis, Pedro, Christiane, Ronaldo, Flávio, Marcinha, Marco Aurélio, Bruno e Camila, por terem me auxiliado nesta pesquisa e por serem amigos queridos.

Aos colegas do IEPHA-MG que, neste momento final, compreenderam o meu cansaço e me deram forças para continuar; em especial, Antônia, Andrea Ivana, Sandy, Marco Antonio e Ana Paula.

Aos meus amigos e amigas; em especial, Juliana, Isabela, Marina, Júlia, Leco, Lorena, Carol e Vanessa, pelo incentivo e pelo apoio constantes. Agora, finalmente, vou ter tempo de levar aquela sobremesa que prometi.

Certamente esqueci-me de mencionar alguns nomes. A esta altura, a memória já está falhando, mas, enfim, obrigada a todas as pessoas que acreditaram e que contribuíram nesta caminhada. Esta dissertação é também resultado da confiança e da força de cada um de vocês.

RESUMO

Esta pesquisa analisa as relações entre higiene e educação. Para isso, investiga a circulação de discursos produzidos sobre prescrições higiênicas em São João del-Rei (MG), no período compreendido entre 1890 e 1906, buscando entender como essas práticas foram apropriadas e representadas pela elite local pelo viés educativo. O recorte temporal diz respeito aos primórdios da República, quando as questões higiênicas ganharam destaque nos jornais são-joanenses, além de tornarem-se conteúdo ensinado na Escola Normal da cidade. O período estudado se encerra antes da Reforma João Pinheiro (1906). Essa reforma produziu transformações expressivas na educação em Minas Gerais, que também afetaram São João del-Rei, coincidindo com o fechamento da Escola Normal nessa data. Para essa análise, estabeleceram-se duas perspectivas: o ensino da higiene dentro e fora da Escola Normal, sendo que essas não são realidades distintas; ao contrário, uma influencia a outra, numa via de mão dupla, como indicam as fontes elencadas para a pesquisa. Para analisar a dimensão do ensino fora do ambiente escolar, as fontes pesquisadas foram, principalmente, jornais da cidade, legislação e relatos de cronistas desse período, pelas quais se investigou como a higiene pública era debatida nesses meios, identificando as formas de representação de tal temática pela elite cultural local e como esta visava a instruir a população conforme os preceitos higiênicos. Quanto à Escola Normal de São João del-Rei, pesquisou-se o ensino da higiene, principalmente com base em documentos produzidos pelos professores e alunos dessa instituição, como programas de ensino, pontos para exames, provas e correspondências, sendo possível identificar, nesses registros, a presença desse conteúdo em quatro cadeiras: “Pedagogia, Instrução Moral e Cívica, Legislação do Ensino Primário e Higiene”; “Ciências Físicas e Naturais”; “Ginástica e Evoluções Militares”; “Aula Prática do Sexo Feminino”. Os saberes relativos à higiene encontrados nos documentos pesquisados evidenciam uma preocupação da escola com o assunto e que vai além do ensino. Por meio da análise dessas fontes, buscou-se compreender como uma cultura da higiene se constituiu como um saber e uma prática educativa dentro e fora da Escola Normal.

Palavras-chave: higiene, história das disciplinas escolares, educação, São João del-Rei, Escola Normal.

ABSTRACT

This research examines the relations between hygiene and education. Therefore, investigates the movement of hygiene requirements in São João del Rei (MG) during the period between 1890 and 1906, seeking to understand how these practices were appropriated and represented by the local elite educational vies. The time frame with regard to the beginnings of the Republic, when the hygiene issues gained prominence in the Sao-Joanesses newspapers, and became part of the syllabus teaching in Normal Schools in the city. The study ends before the “João Pinheiro Reform” (1906). This introduced significant changes to education in Minas Gerais, which also affected São João del-Rei, coinciding with the closure of the Normal Schools at that time. For this analysis, two perspectives were established: the teaching of hygiene in and out of the Normal School, and these are not separate realities, but rather one which influences the other, a two-way street, as the listed sources for the research advocate. To analyze the extent of teaching outside the school-room environment, the research was mainly conducted through means of city newspapers, legislation, travelers reports and chroniclers of this period, which investigated how public hygiene was debated in the media, identifying ways of representing this theme by the local cultural elite and how this was intended to educate the population according to hygiene precepts. As for the Normal School of São João del-Rei, Hygiene education was researched primarily based on documents produced by teachers and students of this institution, such as education programs, points for examinations, tests and correspondence, which makes it possible to identify these records, the presence of such material in four subjects: Education, Moral and Civic Education, Elementary education legislation Hygiene, Physical and Natural Sciences; Gymnastics and Military Developments; Practical lesson for females. The knowledge in regard to hygiene found in the documents studied has shown a concern on behalf of the school with extrapolate teaching. Through the analysis of these sources, we sought to understand how a culture of hygiene was constituted as a learning and educational practice within and outside the Normal School.

Keywords: hygiene; history of school subjects, education, São João del-Rei, Normal School.

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - Gazeta Médica da Bahia	17
TABELA 2 - O Brasil Médico	18
TABELA 3 - A presença da higiene nos programas oficiais de ensino	73
TABELA 4 - Cadeiras da Escola Normal de São João del-Rei que incluíam a higiene.....	75
TABELA 5 - Programas para ensino da cadeira de “Pedagogia, Instrução Moral e Cívica, Legislação do Ensino Primário e Higiene Escolar” que abordam a higiene	77
TABELA 6 - Pontos para exame da cadeira de “Pedagogia, Instrução Moral e Cívica, Legislação do Ensino Primário e Higiene Escolar” que abordam a higiene	81
TABELA 7 - Provas da cadeira de “Pedagogia, Instrução Moral e Cívica, Legislação do Ensino Primário e Higiene Escolar” que abordam a higiene.....	82
TABELA 8 - Pontos para exame da cadeira de “Ginástica e Evoluções Militares” que abordam a higiene.....	96

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APM - Arquivo Público Mineiro

CNSD - Colégio Normal Nossa Senhora das Dores

ENSJDR - Escola Normal de São João del-Rei

FAPEMIG - Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais

FMRJ - Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro

RAPM - Revista do Arquivo Público Mineiro

SI - Secretaria do Interior

SJDR - São João del-Rei

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
1.1 O caminho percorrido até o objeto	10
2 HIGIENE, CIDADE E EDUCAÇÃO: ALGUMAS CONEXÕES	15
2.1 A formação de professores e as escolas normais em Minas Gerais	21
2.1.1 A Escola Normal de São João del-Rei	22
2.2 Noções, fontes e suas correlações	27
3 A HIGIENE NA CIDADE DE SÃO JOÃO DEL-REI	46
3.1 São João del-Rei: de vila a cidade	47
3.2 A higiene almejada pela elite são-joanense	52
4 A HIGIENE NA ESCOLA NORMAL DE SÃO JOÃO DEL-REI	70
4.1 Higiene e espaços escolares.....	76
4.2 Higiene do corpo	90
4.3 Cultura da higiene	100
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	103
REFERÊNCIAS.....	105
Fontes documentais manuscritas.....	105
Fontes documentais impressas.....	105
Referências bibliográficas	107
ANEXOS	114
Anexo I - Prova escrita de Pedagogia da Escola Normal de São João del-Rei	114
Anexo II - Horário de aulas da Escola Normal de São João del-Rei	119

1 INTRODUÇÃO

Higiene e educação foram duas grandes preocupações de políticos e intelectuais brasileiros no final do século XIX e início do XX. Esse estudo aborda a relação entre esses dois temas, tendo como *locus* a cidade de São João del-Rei (SJDR), Minas Gerais. Pretende-se, no conjunto, elucidar a pergunta de como as elites locais se apropriaram de prescrições higiênicas, elaborando representações sobre a circulação desse assunto na escola e fora dela. Em São João del-Rei, a presença desse conteúdo nos jornais e na Escola Normal balizam os dois planos para o estudo.

Nos jornais, é possível perceber como a higiene era uma preocupação, tendo a higiene pública e as reformas sanitárias lugar de destaque. Além disso, pode-se ressaltar o caráter educativo dos periódicos por meio da presença de artigos contendo prescrições higiênicas e visando a civilizar a população. Na Escola Normal de São João del-Rei (ENSJDR), a higiene também era amplamente debatida, tanto nos questionamentos relativos ao espaço físico desta como nos conteúdos ensinados, considerados relevantes ao conjunto de conhecimentos que um professor deveria ter.

O recorte temporal se refere ao início da República (1890), quando os debates em torno de questões higiênicas ganharam evidência nos jornais são-joanenses e também a higiene passou a ser um conteúdo ensinado na Escola Normal da cidade. O estudo abrange até 1906, quando foi sancionada a Lei nº 439, também conhecida como Reforma João Pinheiro, que autorizava a reestruturação dos ensinos primário, normal e superior. Essa reforma ocasionou mudanças significativas na educação em Minas Gerais que, conseqüentemente, afetaram São João del-Rei, coincidindo com o fechamento da Escola Normal nessa mesma data.

1.1 O caminho percorrido até o objeto

Provavelmente desde a década de 1970, o Arquivo Público Mineiro (APM) guardou, em pacotes e sem classificação, grande quantidade de documentos referentes ao início do Período Republicano em Minas Gerais. Somente em 2006 foi

possível iniciar a organização dessa massa documental por meio do “Projeto Memória da Administração de Minas Gerais: organização, preservação e acesso ao acervo documental (1889-1945)”,¹ que, desde então, organiza os documentos não encadernados das Secretarias de Estado da República, da Chefia de Polícia e do Departamento de Assistência Municipal.²

A participação no grupo de mais de 30 bolsistas ao longo desses anos, sob a coordenação de especialistas de diversas áreas, possibilitou amplo aprendizado. A longa duração do projeto ocasionou a mudança da metodologia de organização durante o percurso e não possibilitou a elaboração de um inventário analítico. Todavia o mérito desse trabalho foi a oferta de grande quantidade de fontes inéditas para a pesquisa histórica do Período Republicano.

Em dezembro de 2008, após a primeira etapa, foram oferecidos à consulta pública os documentos não encadernados dos fundos “Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas (1861-1957)” e “Secretaria de Viação e Obras Públicas (1935-1954)”, totalizando aproximadamente 168 mil páginas de documentos. Já a segunda etapa, entre 2007 e 2010, tratou de organizar e oferecer à sociedade a documentação produzida pela “Secretaria do Interior”, e foram disponibilizadas cerca de 880 mil páginas de documentos referentes a essa Secretaria. A terceira etapa, iniciada em 2010, terminou em fevereiro de 2013 e organizou um total aproximado de 600 mil páginas de documentos do fundo “Chefia de Polícia (1889-1945)”. A quarta, e possivelmente última etapa, teve início em abril de 2013 e organiza os documentos provenientes do “Departamento da Assistência Municipal (1934-1947)” e tem duração estimada de dois anos.³

Na 1ª e 2ª etapas, período de trabalho da pesquisadora nesse projeto, o que mais chamou atenção, entre toda a documentação, foi a da “Secretaria do Interior” (SI). Esta foi uma das três⁴ criadas pela Lei nº 6 em 1891, e era a mais complexa delas no que se refere às suas atribuições e organização interna, pois

¹ Esse projeto foi, em parte, financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais (Fapemig).

² É importante ressaltar que, há vários anos, a documentação encadernada relativa às secretarias da Primeira República em Minas Gerais já se encontra disponível para consulta na sede do APM. Portanto esse projeto se refere aos não encadernados, acrescidos à documentação já disponível.

³ Para mais informações sobre esse projeto, consultar a Revista do Arquivo Público Mineiro (RAPM) 14, cujo lançamento está previsto para novembro de 2013.

⁴ As outras são: “Secretaria de Agricultura, Viação e Obras Públicas” e “Secretaria de Finanças”.

concentrava diversas funções. O decreto nº 587, de 1892, que a regulamentava, evidencia esse enredamento em seu artigo 5º: “Pertencem à Secretaria do Interior os negócios concernentes à justiça, segurança pública, à estatística, à higiene, à Instrução Pública do Estado e mais aqueles que não estiverem especialmente afetos em outras secretarias”.⁵

Durante o tratamento arquivístico desses documentos (higienização, identificação e acondicionamento), surgiu o interesse da estudante de História pelas fontes reveladas nesse processo. Entre as atividades da SI, a instrução pública chamou mais atenção pelo grande volume de documentos, principalmente das escolas normais. A documentação não encadernada é particularmente interessante e rica pelo grande volume de programas, provas, correspondências e outros documentos que revelam aspectos do cotidiano escolar, extrapolando os limites da legislação e do programa oficial. Além disso, a documentação é inédita, faz poucos anos que está disponível para consulta pública e quase não existem estudos tendo esses documentos como fonte. O contato de estudantes de História com o trabalho arquivístico é revelador, pois possibilita um olhar diferenciado das fontes, principalmente na sua relação contextual.

Os primeiros resultados desse encantamento foram dois trabalhos, com outros bolsistas, sobre as provas de desenho (DIAS; FONSECA; DUARTE, 2007, 2008). Depois disso, o trabalho para a elaboração do arranjo intelectual do fundo SI aumentou o contato com os documentos. Nesse momento, surgiu interesse pelas provas de higiene, também das escolas normais. A primeira pergunta foi: por que a higiene era ensinada na Escola Normal? Ao longo de dois anos, essa pergunta foi lapidada até chegar à questão central desta dissertação.

O projeto apresentado na seleção do mestrado em 2010 (*Higienismo e cultura escolar: práticas educativas, em Minas Gerais, entre 1890 e 1910*) objetivava analisar o ensino desse conteúdo por meio da legislação e das provas presentes no acervo do APM. Todavia, desde a entrevista, foi identificada a amplitude do objeto e um recorte espacial se fez necessário na reformulação do projeto. A questão colocada nesse processo foi: como escolher?

⁵ Neste trabalho, optou-se pela grafia atualizada.

A quantidade de provas sobre o assunto em São João del-Rei instigava e apontava que, nessa escola, a higiene tinha grande relevância. O cruzamento com outras fontes, como os jornais, a legislação e também as referências bibliográficas, indicou a proeminência das relações entre higiene e educação nessa cidade.⁶

As relações entre higiene e educação vêm sendo estudadas por múltiplos autores, principalmente no período posterior à década de 20 do século passado. Sobre esse período, temos vários trabalhos, entre eles os de Marta Maria Chagas Carvalho (1997), Heloísa Helena Pimenta Rocha (2003), Liane Maria Bertucci (2004) e Vera Regina Beltrão Marques (1994). Esses estudos mostram a importância atribuída, nas escolas brasileiras e nesse período, à higiene. Já os estudos de José Gonçalves Gondra (2004) e Tânia Salgado Pimenta (1997) abordam como o ensino da higiene foi uma preocupação dos médicos desde o século XIX. Sobre Minas Gerais, alguns estudos relacionam higiene e educação, principalmente referentes a Belo Horizonte, como os de Luciano Mendes de Faria Filho (1997), Tarcísio Mauro Vago (2002), Chyntia Greive Veiga (2002) e Célia Aparecida Rocha (2010).

Para a elaboração deste estudo, foi fundamental o contato com a produção historiográfica recente sobre a cidade de São João del-Rei. Ressaltando os estudos de Alex Lombello Amaral (2008), sobre as disputas políticas nos jornais da cidade; de Afonso de Alencastro Graça Filho (2002), que faz um estudo sobre o desenvolvimento econômico de SJDR ao longo do século XIX; e o de Flávio Raimundo Giarola (2011), sobre as representações presentes nos jornais são-joanenses acerca do trabalho dos imigrantes. Tais trabalhos auxiliaram na elaboração da ambiência de SJDR no período estudado.

Além disso, estudos sobre a história da educação nessa cidade foram primordiais nesse diálogo, como os de Christianni Cardoso Morais (2002), sobre cultura escrita; de Mônica Yumi Jinzenji (2008), sobre o periódico *O Mentor das Brasileiras*, a primeira folha destinada ao público feminino na Província; e especialmente a tese de Maria Aparecida Arruda (2011), que estuda o Colégio Normal Nossa Senhora das Dores.

Em São João del-Rei, as relações entre higiene e educação, principalmente nas primeiras décadas do século XX, também vêm sendo estudadas

⁶ O que não significa que isso não ocorresse em outras cidades, mas, neste caso, o foco é São João del-Rei.

por Laerthe de Moraes Abreu Junior e algumas de suas orientandas. Ressalta-se aqui o estudo de Eliane Vianey de Carvalho (2010) sobre os discursos biopolíticos para a educação na legislação mineira de 1927, e o de Marília Neto Kappel Silva (2010) sobre o pensamento educacional de Estevam de Oliveira, entre 1897 e 1908, que circulou no jornal *Correio de Minas* e que guarda relação com as prescrições higiênicas para as escolas.

Este trabalho está dividido em mais três capítulos, além desta introdução. *Higiene, cidade e educação: algumas conexões* anuncia o processo de construção do objeto de pesquisa, o qual se constituiu por meio de correlações entre o trabalho com as fontes, os autores referenciados e as noções mobilizadas que auxiliaram no processo de elaboração da narrativa dos capítulos seguintes.

O capítulo seguinte, *A higiene na cidade de São João-del Rei*, aborda a cidade e discursos produzidos sobre prescrições que nela circularam sobre a higiene pública no final do século XIX. As fontes para essa análise foram, principalmente, jornais da cidade, a legislação, os relatos de cronistas e viajantes desse período, por meio das quais se tentou mostrar como a higiene era debatida nesses meios, identificando as formas de representação dessa temática pela elite cultural são-joanense e como essa visava a instruir a população conforme os preceitos higiênicos.

No outro capítulo, *A higiene na Escola Normal de São João del-Rei*, o foco recai sobre essa Escola Normal, analisando o lugar ocupado pela higiene nos programas dessa instituição, sendo possível identificar a presença desse conteúdo em quatro diferentes cadeiras: “Pedagogia, Instrução Moral e Cívica, Legislação do Ensino Primário e Higiene”; “Ciências Físicas e Naturais”; “Ginástica e Evoluções Militares”; “Aula Prática do Sexo Feminino”. Além disso, esse capítulo reflete sobre como os saberes relativos à higiene encontrados nas fontes indiciam uma preocupação que vai além do ensino, constituindo uma “cultura da higiene”.

2 HIGIENE, CIDADE E EDUCAÇÃO: ALGUMAS CONEXÕES

Os anos que marcaram a transição do século XIX para o XX concentraram mudanças significativas no modo de viver e de perceber o mundo por parte das pessoas daquele período. As inovações foram muitas e em grande velocidade. Para Hobsbawm (1977), essas mudanças se devem às transformações e à expansão econômica extraordinária entre 1848 e 1870. Esse foi um momento no qual o mundo se tornou efetivamente capitalista, conhecido como “Segunda Revolução Industrial” ou “Revolução Científico-Tecnológica”. De acordo com Sevckenko (1998), o segundo termo é mais apropriado, pois o período “representa de fato um salto enorme, tanto em termos quantitativos quanto em termos qualitativos, em relação à primeira manifestação da economia mecanizada” (*Ibidem*, p. 8).

Esse salto se deve em parte à descoberta da eletricidade e dos derivados do petróleo que, no decorrer dos anos, levou ao surgimento de diversas inovações. Citando somente algumas, temos os veículos automotores, os aviões, a energia elétrica, o telefone, o telégrafo, o cinema, os elevadores, etc. Essa revolução foi acompanhada de ideologias científicas, como o positivismo.⁷ No Brasil, este último teve ampla aceitação nas escolas de Direito e de Medicina, entre os militares e também teve forte influência no Movimento Republicano.

Também vale ressaltar o desenvolvimento de novas tecnologias nas áreas de saúde e higiene, como a penicilina, a seringa hipodérmica, o estetoscópio, o aferidor de pressão arterial, os vasos sanitários com descarga automática, o papel higiênico e a chamada “Revolução Pasteuriana”, os quais, entre outras coisas, propiciaram o maior controle das epidemias, das doenças infecciosas e das condições de higiene nas cidades. Essa “revolução” foi impulsionada por Louis Pasteur e Robert Koch, entre outros, que, no final do século XIX, descobriram a existência dos microrganismos, provocando grandes mudanças na prática médica e na abordagem dos problemas relacionados à saúde (ROSEN, 2006).

Antes da descoberta dos microrganismos, acreditava-se na teoria dos miasmas. Esta atribuía a proliferação de doenças ao ar contaminado, e isso justificava medidas como a quarentena de doentes e a necessidade da circulação do

⁷ Para mais informações sobre o positivismo no Brasil, ver Carvalho (1990).

ar. A descoberta da existência de agentes vivos causadores de doenças, segundo Rosen, levou a uma série de questionamentos: como se produz uma infecção bacteriana? Como evitar? Como tratar?

Essas questões impulsionaram os pesquisadores a buscar formas de combater doenças epidêmicas, o que resultou, de acordo com Rosen, num programa científico de saúde pública. Esse programa incluía principalmente duas medidas preventivas: a vacinação e a adoção de medidas higiênicas como forma de prevenir a proliferação dos vetores das doenças, como os insetos e os ratos. Esse ideal de ensino de novos hábitos de higiene para prevenir doenças ficou conhecido como *Movimento Higienista* (ROSEN, 2006). No Brasil, tais medidas foram sentidas de forma sutil na virada do século e foram propostas por políticos e intelectuais, que se inspiravam nos países ditos civilizados da Europa e nos Estados Unidos.

Os republicanos queriam romper com o atraso que atribuíam ao Período Imperial, e a reforma urbana foi uma das primeiras iniciativas desse governo. O saneamento das cidades, que já era uma preocupação desde o Império, ganhou destaque e teve como principal justificativa combater as epidemias da época. As grandes cidades passaram por transformações, tais como a construção da nova Avenida Central, atual Avenida Rio Branco, no Rio de Janeiro, fruto de uma limpeza no centro da cidade, que demoliu os cortiços para dar lugar a prédios modernos.

Rodrigues Alves, presidente na época, deu a Lauro Müller a tarefa de modernizar o porto; ao engenheiro Pereira Passos, a função da reforma urbana; e ao sanitarista Oswaldo Cruz, a missão de sanear a capital do Brasil, a qual, naquele período, era acometida de várias doenças e epidemias. São Paulo também teve sua modernização em finais do século, exemplos disso são a Avenida Paulista, construída em 1891, o Viaduto do Chá e a Escola Normal da Praça da República, construída em 1894 (SEVCENKO, 1998).

Esta última merece destaque neste estudo, pois, segundo Carlos Monarcha (1997), a arquitetura dessa escola é a imagem da República recém-instalada, inspirada no neoclassicismo e ecletismo, visava a ser um modelo para o País. De acordo com o autor, o programa arquitetônico era moderno e inspirado nas “prescrições da engenharia sanitária: ambientes amplos e saturados de ar, luz e sol, permitindo o desenvolvimento sadio das crianças” (*Ibidem*, p. 111).

A partir da segunda metade do século XIX, a higiene foi tema amplamente discutido nas faculdades de Medicina do Brasil. Lilia Moritz Schwarcz (1993) mostra,

por meio de estatísticas, que a *Gazeta Médica da Bahia*,⁸ entre os anos 1870 e 1930, teve a maioria dos seus artigos tratando do tema da higiene pública, como mostra o quadro a seguir:

TABELA 1 - Gazeta Médica da Bahia

Tema	nº	%
Bibliografia	190	11
Biografias e necrologia	84	5
Medicina (geral)	217	12
Medicina interna	245	14
Medicina prática	75	4
Medicina cirúrgica	113	7
Medicina legal	87	5
Higiene pública	617	36
Medicina nervosa/neurologia	61	4
Ciências naturais	25	1
Eugenia	28	1
Total	1 742	100

Fonte: Schwarcz (1993, p. 204).

A higiene pública foi, de longe, o tema mais abordado no periódico e, segundo Schwarcz (1993), isso não é apenas uma coincidência. Nesse período, de acordo com a autora, a higiene teve lugar de destaque na Medicina, pois era entendida como medida revolucionária no combate às epidemias. “Prevenir antes de curar’, erradicar o mal antes que ele se manifestasse era o lema dos higienistas especialistas no ramo” (*Ibidem*, p. 206).

Até a década de 80 do século XIX, a autora ressalta que, apesar de o tema ser frequente na *Gazeta Médica da Bahia*, havia poucas pesquisas referentes à Província baiana. A partir desse período, sem deixar de fazer referência a trabalhos consagrados na área, os médicos dessa instituição começaram a relacionar doenças e raças. Eles consideravam a doença sinal de degeneração proveniente da mestiçagem e, ao longo do século XIX, essa revista publicou diversos artigos contrapondo raça e civilização.

Os médicos viam as ações de higiene pública como a única forma de controlar as epidemias que tomavam o País desde o Período Colonial, tais como

⁸ Título em grafia original: *Gazeta Medica da Bahia*.

varíola, tuberculose, febre tifoide, peste bubônica, beribéri, doença de Chagas, cólera, febre amarela, malária, entre outras. Na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (FMRJ), guardadas algumas especificidades, o interesse dos médicos também era semelhante. Schwarcz mostra que a publicação dessa instituição, *O Brasil Médico*,⁹ também apresenta amplo número de artigos sobre higiene pública e saneamento, como é possível observar na tabela 2, no item “medicina pública”.

TABELA 2 - O Brasil Médico

Tema	nº	%
Medicina interna	3 349	25
Medicina cirúrgica	1 025	8
Medicina pública	5 178	39
Medicina legal e neurologia	617	5
Medicina (notas internas)	1 332	10
Medicina prática	986	6
Obituários e biografias	379	3
Imprensa médica	381	3
Oftalmologia	128	1
Total	13 375	100

Fonte: Schwarcz (1993, p. 220).

Nesse período de transição do século XIX para o XX, o Rio de Janeiro passou por graves crises de epidemias, e os médicos viam a higiene pública como principal arma no combate destas. Entre 1868 e 1914, a tuberculose ocasionou aproximadamente 11 666 óbitos na cidade, sendo que essa média foi a maior mundial. Além disso, os casos de febre amarela e varíola eram igualmente preocupantes (SCHWARCZ, 1993).

Os artigos em prol da higiene pública eram comuns às duas faculdades de Medicina dos Oitocentos. Todavia uma diferença importante no entendimento desse tema é que, na Bahia, os problemas higiênicos estiveram ligados à questão da mestiçagem, como anunciado anteriormente. A mestiçagem do branco com o negro, segundo essa revista, havia deixado os indivíduos mais propensos a contraírem doenças infectocontagiosas. Já no Rio de Janeiro, essa ligação entre doença e raça apareceu mais tarde (*Ibidem*, 1993).

⁹ Título em grafia original: *O Brazil Medico*.

A trajetória de *O Brasil Médico* foi dividida por Lilia Schwarcz em três momentos. No primeiro, denominado *revista clínico-cirúrgica* (1887 a 1889), havia a predominância de artigos que objetivavam auxiliar os médicos na sua profissão. Num segundo momento, a higiene pública foi a marca dessa revista, pois se tornou instrumento essencial na divulgação das teorias higienistas e no combate às doenças tropicais. E, por fim, “A partir dos anos 20, *O Brasil Médico* passará a historicizar a trajetória das epidemias, e em função desse resultado, tentará prever os destinos da nação” (*Ibidem*, p. 230). A partir desse momento, de acordo com a autora, as questões raciais passaram a fazer parte das preocupações dos médicos da FMRJ, aproximando-se dos interesses da faculdade baiana.

As publicações das faculdades de Medicina da Bahia e do Rio de Janeiro, cada uma a seu modo, atribuíam grande relevância à questão da higiene pública, o que evidencia o interesse do campo médico por essa questão. Sendo que, para tal campo profissional, os espaços públicos, como as escolas, os portos, as igrejas e os cemitérios, mereciam atenção especial. Sobre a escola do século XIX, Cynthia Greive Veiga (2007) mostra que esta era

Alvo de constantes críticas dos médicos devido à falta de asseio, ao mobiliário inadequado e a métodos que expunham os alunos à fadiga. Isso motivou a construção de novas edificações escolares higiênicas, como os grupos escolares, a disseminação de novos métodos didáticos que incentivavam a atividade dos alunos e a introdução das disciplinas higiene, ginástica e educação física nos currículos das escolas normais, primárias e secundárias (*Ibidem*, p. 260).

A preocupação do campo médico com a higiene das escolas também foi analisada por José Gonçalves Gondra (2004). Esse autor mostra, por meio do estudo de teses da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro defendidas no século XIX, que o programa proposto pelos médicos para o funcionamento das escolas compreendia

A arquitetura dos edifícios escolares, a organização da rotina, da prática dos hábitos que deveriam ser desenvolvidos junto aos alunos. Alimentação, exercícios corporais, cuidados com as excreções dos organismos e com a educação dos sentidos, de modo a conservar e desenvolver as faculdades físicas, intelectuais e afetivas ou morais dos alunos. Representam, registram e sustentam por ocasião da adesão ao referido padrão recolhido aos manuais (*Ibidem*, p. 165).

Na sua análise, Gondra percebe que essas teses tinham a influência de dois médicos franceses: Michel Levy e Alfred Becquerel. Estes escreveram importantes tratados de higiene na primeira metade do século XIX e, ainda nesse século, iriam, de acordo com o autor, influenciar trabalhos de estudantes de Medicina no Rio de Janeiro.

A análise desenvolvida por Gondra tem como referência um modelo adotado na FMRJ pelos médicos, no debate educacional, e que, segundo o autor, encontra-se em evidência na estrutura das teses de três médicos: Andrada Junior (1855), Azeredo Coutinho (1857) e Matta Machado (1875). O modelo dessas teses era, de acordo com Gondra, estruturado em seis partes, inspirados nos manuais sobre higiene dos já citados médicos franceses: Michel Levy e Alfred Becquerel. Tais prescrições para a higiene escolar foram sintetizadas por Gondra como, *circunfusa* (localizar e construir escolas), *applicata* (cobrir, proteger, modelar e limpar o corpo), *ingesta* (nutrir e hidratar), *gesta* (exercitar e robustecer o corpo), *excreta* (eliminar os resíduos corporais) e *percepta* (moldar os sentidos). Essa análise é importante para este trabalho, pois se objetivou investigar em que medida essas prescrições higiênicas circularam e foram apropriadas (ou não) pelos professores em sua prática docente na Escola Normal de São João del-Rei.

Dessa forma, destaca-se que os médicos eram atores importantes na difusão da higiene, todavia não foram os únicos. Outros profissionais, como os professores e engenheiros, também se tornaram agentes importantes na divulgação do projeto de civilizar a sociedade brasileira, ao mesmo tempo em que legitimavam suas identidades como grupo.

Os médicos almejavam a regeneração física e moral dos indivíduos; os engenheiros objetivavam a modernização técnica por meio de obras que urbanizassem os espaços públicos; os educadores buscavam renovar o ensino tradicional e preparar os cidadãos para a urbanização e a industrialização do País (HERSCHMANN; KROPF; NUNES, 1996). Isso não significa afirmar que esses profissionais atuaram harmoniosamente em prol da civilização. Esses campos ainda estavam em formação e é provável que houvesse disputas entre essas áreas do conhecimento. Assim, os locais públicos eram lugares privilegiados para atuação desses profissionais, incluindo as escolas normais. Estas, por serem, *a priori*, espaços de formação de professores, eram fundamentais na disseminação de tais propostas.

2.1 A formação de professores e as escolas normais em Minas Gerais

A formação de professores é uma preocupação de políticos brasileiros desde os anos 30 do século XIX, mas foi somente a partir da década de 1870 que as escolas normais começaram a ser mais valorizadas (GOUVÊA; ROSA, 2000). Exemplo disso é o projeto apresentado à Câmara dos Deputados por Rui Barbosa, em 1882, e intitulado *Reforma do Ensino Secundário e Superior* (BARBOSA, 1947).

Nesse projeto, o deputado defendia, entre outras questões, a inserção de novos conteúdos no currículo das escolas, como a Música, o Desenho, a Ginástica e a Higiene. Segundo Rui Barbosa, esses temas eram fundamentais para transformar o Brasil em um país moderno e civilizado. Esse projeto influenciaria diversos textos legislativos em todo o País e, no caso mineiro, pode-se notar clara referência às propostas desse autor no relatório apresentado ao secretário do Interior pelo inspetor de ensino Estevam de Oliveira (1902), intitulado *Reforma do ensino público primário e normal de Minas Gerais*. Nesse documento, o inspetor dedica um capítulo à questão da higiene escolar, tendo destaque as prescrições de Rui Barbosa relacionadas ao tema.

Com o advento da República, os políticos passaram a criticar severamente as escolas do Período Imperial. Entretanto Leonor Maria Tanuri (2000) ressalta que as escolas normais dos primeiros anos do governo republicano foram uma continuação das já instaladas no Período Imperial e não uma ruptura, como queria o primeiro. Segundo a autora, significou “o coroamento e, portanto, a continuidade do movimento de ideias que se iniciara no Império, mais precisamente nas suas últimas décadas” (*Ibidem*, p. 68).

Em Minas Gerais, muitas críticas eram feitas à instrução pública no século XIX. “Essas críticas sucediam da falta de escolas, de materiais e de locais adequados para o ensino, da ineficácia dos métodos utilizados, da ausência de professores devidamente formados” (GOUVÊA; ROSA, 2000, p. 21). Ainda segundo as autoras, foi ao longo do século XIX que, no Brasil e também em Minas Gerais, teve início a criação das primeiras escolas normais. E, mesmo considerando que as primeiras décadas dessas instituições foram marcadas pela falta de investimento e pela precariedade, essas iniciativas são importantes na compreensão da

institucionalização das escolas normais mineiras. Cecília Vieira do Nascimento (2011) ressalta que as escolas normais, segundo Lei Provincial nº 13, de 1835,

Deveriam servir como importantes referenciais de normalização – como indicado por sua nomenclatura – às diversas práticas educativas existentes em Minas Gerais. Além de normalizar a atuação dos professores e professoras das esparsas classes em funcionamento na província, esses espaços contribuiriam para a formação de novos docentes, com vistas a ampliar a oferta da instrução, tida como importante estratégia civilizatória (*Ibidem*, p. 132).

A primeira escola normal criada na Província foi na então capital, Ouro Preto (ainda pela Lei nº 13, de 1835). Só começou a funcionar cinco anos mais tarde, sob a direção do professor Francisco de Assis Peregrino. A partir de então, os professores das demais cidades ficavam obrigados a ir à capital para se habilitarem de acordo com os métodos dessa instituição e, assim, receberem o diploma. Em 1842, essa escola foi fechada devido ao corte das verbas, data que coincide com a morte do professor Peregrino. Alguns anos depois, em 1846, foi reaberta, mas continuou recebendo duras críticas pela sua precariedade no funcionamento e, entre 1852 e 1871, foi fechada novamente (GOUVÊA; ROSA, 2000).

Todavia, mesmo com essas descontinuidades, as autoras constataam, por meio de análise dos Relatórios de Presidente da Província, que o ensino normal era uma preocupação no período. Até 1871, existiam somente duas escolas normais: a da capital e a de Campanha. Já em 1879, eram cinco, somando-se as de Diamantina, Paracatu e Montes Claros. E, posteriormente, as de Uberaba, Sabará, Juiz de Fora e São João del-Rei.

2.1.1 A Escola Normal de São João del-Rei

Fábrica de mestres de Escola. “O velho sobrado”, hoje quartel do exército e antiga Casa de Fundação, conservando ainda na verga do portão a coroa e as armas do Império, e na alta da escadaria de pedra a “sineta”, era aproveitada de melhor forma para o funcionamento das aulas dos diferentes anos do curso de “professorado”. O portão largo da direita dava entrada para a escola de professora d. Paulina e do Sr. Chico Pinheiro. No sobrado funcionava o curso superior. Como professores de saudosa memória, figuraram: Capitão Candinho, João Maciel, Padre João Pimentel, o respeitável Antônio Rodrigues, ainda vivo, João Alvarenga, mestre de música, Guilherme Barreto, Chico Pinheiro, d. Paulina, d. Idlina Galvão, adjunta e muitas outras. [...] A reforma trouxe como consequência a “Escola

Normal”. Foi transferida para o sobrado do dr. Galdino no largo do João Mourão e depois para o prédio situado na esquina da rua da Prata, com o largo S. Francisco. Remodelada, aí teve seu período áureo, tendo um curso anexo de Agrimensura, de que se aproveitaram o Moraes, o Gustavo Reis e alguns outros. Muitos melhoramentos foram introduzidos pelo seu diretor Carlos Sâncio e depois pelo seu substituto Campos Cunha, prestando sempre relevantes serviços à instrução pública e às classes médias. Foi suprimida como medida de economia. Triste terra! Desgraçado Estado! (O REPÓRTER *apud* GAIO SOBRINHO, 2000, p. 97).

A extensa citação é parte de uma crônica contendo memórias do ex-aluno de pseudônimo TOG, referindo-se à Escola Normal de São João del-Rei (ENSJDR). Esta foi publicada no jornal *O Repórter*, em 1912, e faz parte da série de quatro crônicas intitulada *Reminiscências: São João del-Rei 1886-1893 – ensino primário e secundário*. Essa crônica, segundo Gaio Sobrinho (2000), era dedicada ao Externato da cidade, porém se aplica mais à Escola Normal. O texto contém vários indícios sobre o funcionamento dessa escola. O primeiro deles é como a criação desta esteve imbricada ao funcionamento do Externato, por isso se faz necessário compreender um pouco da trajetória dessa instituição.

Os externatos públicos provinciais, de acordo com Leonardo Neves (2006), eram instituições de ensino secundário criados, em Minas Gerais, pela Lei nº 1.267, de 2 de janeiro de 1866, sendo um na capital e os outros em Sabará, Campanha, Minas Novas e São João del-Rei. No entanto, essa primeira fase dos externatos, segundo o autor, foi de duração breve, pois estes foram extintos em 1868, ficando o ensino secundário na Província restrito a aulas avulsas até 1871, quando a Lei Provincial nº 1.769, de 4 de abril de 1871, autorizou o presidente da Província a “criar um liceu ou externato nesta capital, no qual lecionem os preparatórios necessários para admissão nas faculdades e cursos superiores do Império [...] e a restaurar os externatos das cidades de S. João del-Rei, Campanha e Minas Novas”.

O Externato de São João del-Rei foi instalado em 1872 e deveria seguir o modelo da instituição da capital, compreendendo as seguintes cadeiras: 1ª Latim; 2ª Português e Geografia; 3ª Francês e Inglês; e 4ª Matemáticas Elementares. Porém Leonardo Neves (2006) ressalta:

Mesmo com uma matrícula e uma frequência regular o vice-presidente da província revela ser dispendioso manter esses quatro externatos em Minas Gerais. Segundo ele, bastava para a província que o ensino secundário fosse transmitido apenas pelo Liceu Mineiro na capital e os externatos deveriam ser substituídos por aulas avulsas nas sedes de comarcas (*Ibidem*, p. 148).

Em SJDR, mesmo marcado pela descontinuidade, o Externato foi a única escola secundária e pública da região. Desde 1884, funcionou no mesmo prédio que a Escola Normal. De acordo com Gaio Sobrinho (2000), essas instituições coexistiram anexas até 1889. Posteriormente “as referências ao Externato escasseiam, do que talvez se possa concluir seu fechamento, no início da era republicana, quando o prédio passou a albergar uma guarnição militar” (*Ibidem*, p. 95). O jornal *A Pátria Mineira*, de 30 de junho 1892, anunciou que a Escola Normal mudar-se-ia para um prédio alugado em frente à Igreja São Francisco e não apresenta referência sobre a continuidade ou o fechamento do Externato (GAIO SOBRINHO, 2000, p. 96).

Esse edifício pertencia ao major José Olympio de Oliveira. De acordo com o relatório de Albino Alves Filho, entre 1898 e 1899, os aluguéis do referido prédio aumentaram e, ao final desse período, o local foi desocupado, pois passaria por reformas. Assim, a ENSJDR se transferiu para o edifício localizado na Praça de Tamandaré, de propriedade de D. Jacintha das Neves, onde continuou até março de 1900. Após a conclusão dos consertos, a Escola Normal retornou ao prédio no Largo de São Francisco e continuou lá até pelo menos 1902 (MINAS GERAIS. APM. SI. Série 4.2. Caixa 24. 1902).

A ENSJDR foi inaugurada em novembro de 1884, conforme noticiou um periódico da cidade: “No dia 12 do corrente, realizou-se nesta cidade a inauguração da Escola Normal no próprio nacional, antiga Intendência, junto ao prédio em que funciona o Externato” (ARAUTO DE MINAS, 15 nov. 1884 *apud* GAIO SOBRINHO, 2000, p. 94).

E conforme estabelecido pela Lei nº 3.116, de 6 de outubro de 1883, as cadeiras do Curso Normal seriam anexas às já existentes no Externato, da seguinte forma:

I – A cadeira de Língua nacional e Literatura será regida pelo professor de português; II – A de Aritmética, Escrituração mercantil pelo de Matemáticas; III – A de Pedagogia, Instrução Moral e Cívica, pelo de Latim; IV – A de História e Geografia, pelo professor de História; V – A de Francês, Noções de Ciências Físicas e Naturais pelo de Francês; VI – A de Desenho Linear e de Imitação, pelo de Inglês; VII – Uma cadeira de ensino de Música, vencendo o professor quatro mil contos anuais (*apud* GAIO SOBRINHO, 2000, p. 93).

Além disso, a lei estabelecia que os professores tivessem acrescidos aos vencimentos 500 mil réis de gratificação pelas aulas assumidas. Também instituía que duas cadeiras de instrução primária, que já existiam, seriam anexas à Escola Normal: uma do sexo feminino; outra do masculino. Os professores dessas cadeiras receberiam 200 mil réis de gratificação. Segundo Maria Aparecida Arruda (2011), o corpo docente foi nomeado, em 1884, da seguinte forma:

- Da cadeira de português e literatura nacional o professor de latim do Externato da mesma cidade, Antônio Rodrigues de Melo;
- Da cadeira de aritmética e escrituração mercantil, o professor de francês- Cândido José Tolentino;
- Da cadeira de música, o cidadão José Eugênio de Castro;
- Da aula prática do sexo masculino, o professor Francisco de Paula Pinheiro, cuja cadeira fica anexa à dita escola;
- Da do sexo feminino, provisoriamente, a prof.^a D' Anna Thereza de Adelaide Pallhares, ficando, para isso, também anexa àquela escola, a 2^a cadeira de igual sexo existente na mesma cidade (MINAS GERAIS. APM, Pasta de correspondência expedida pela Inspetoria de Instrução Pública, cx. 3 *apud* ARRUDA, 2011, p. 156 e 157).

A legislação desse período estabelecia que a nomeação de professores deveria ser mediante concurso. Entretanto esses eram contratados como substitutos e acabavam assumindo a cadeira (*Ibidem*, p. 158).

No Período Republicano, o programa e o corpo docente da ENSJDR foram ampliados, sendo para a cadeira de Português e Literatura Nacional designado Carlos Sânzio de Avelar Brotero; para Francês, Sebastião Rodrigues Sette Câmara; para Geometria e Agrimensura, Cândido José Coelho de Moura; para a de Aritmética e Álgebra Elementar, João Batista Maciel; para Geografia Geral e do Brasil e Cosmografia, José Olímpio de Oliveira; para a de História Geral e do Brasil e Noções de Economia Política e Social, Balbino Cândido da Cunha; para Ciências Físicas e Naturais e Agronomia, Antônio Augusto Campos da Cunha; para a cadeira de Pedagogia, Instrução Cívica e Legislação de Instrução Primário, Francisco de Paula Pinheiro; para Música e Canto, João Batista de Almeida Alvarenga; e para reger as Aulas Práticas do Sexo Feminino e Masculino, a professora D. Paulina Emília de Oliveira H. Cardoso e o professor João Francisco Chantal, respectivamente (MINAS GERAIS. APM. Relatório da Secretaria do Interior. 1893).

A Escola Normal de São João del-Rei funcionou por mais de 20 anos e formou aproximadamente 200 professores. E mesmo com as reivindicações da comunidade, foi extinta em 1906 (GAIO SOBRINHO, 2000, p. 97).¹⁰ Sobre os motivos que levaram a supressão dessa escola, Maria Aparecida Arruda (2011) destaca que, em 1898,

Foi fundado em São João del-Rei, sob organização e orientação das “freiras vicentinas”, o Colégio Nossa Senhora das Dores (CNSD), uma instituição confessional de cunho religioso, voltado para a formação de professoras primárias [...] para alguns não se justificava o funcionamento simultâneo de duas escolas de formação primária na região. Para outros a medida foi tomada simplesmente como medida de economia (*Ibidem*, p. 164).

A ENSJDR teve uma duração relativamente breve, no entanto o estudo dessa instituição permite a compreensão de temas que circularam na cidade, na passagem do XIX para o XX, e que se constituíram como parte do pensamento da elite local, como é o caso da higiene. Além disso, a reflexão sobre esse tema contribui para a compreensão da estreita relação entre higiene e educação nos primórdios da República.

As escolas normais foram criadas com o objetivo de proporcionar um saber especializado aos docentes e prepará-los para o exercício do magistério. Por isso, na prática, nos primórdios dessas instituições, era comum o exercício da docência por profissionais não habilitados pelas escolas normais, principalmente pelas precariedades e descontinuidades já anunciadas. Outro aspecto recorrente nas escolas normais, e já anunciado por Cecília Vieira do Nascimento (2011), ao analisar a Escola Normal de Sabará, em princípios do XIX, é que esta poderia ser um espaço de formação para além dos que almejaram ser professores primários, pois “representaram a oportunidade de formação pública e gratuita que ultrapassava o ensino elementar das primeiras letras” (*Ibidem*, p. 136).

Em SJDR, é possível que isto tenha ocorrido, pois a Escola Normal foi criada anexa ao Externato. Tais instituições tinham praticamente o mesmo corpo docente e funcionavam em um único prédio. A trajetória dessas escolas se

¹⁰ O funcionamento da ENSJDR passou por períodos de vulnerabilidade, como entre 1899 a 1903, quando o Estado de Minas Gerais viveu um período de instabilidade financeira e mandou fechar algumas escolas normais. No entanto, a ENSJDR continuou funcionando, por meio de um acordo com a Câmara Municipal e da aceitação, por parte dos professores, de receber metade dos vencimentos. Para mais informações sobre essa questão, ver Gaio Sobrinho (2000) e Romão (2012).

confundiu até que o Externato foi extinto. Era possível que alguns alunos do Externato continuassem seus estudos na Escola Normal mesmo não objetivando se dedicar ao magistério.

2.2 Noções, fontes e suas correlações

A higiene, hoje frequentemente relacionada ao asseio pessoal, no século XIX, era associada ao bom governo da sociedade, principalmente dos espaços públicos. De acordo com Gondra (2004), era definida como “a ciência que trata da saúde com o duplo objetivo de sua conservação e aperfeiçoamento”. Uma definição do termo amplamente difundida no XIX é da obra de um médico francês, Alfred Becquerel, na obra *Traité elementaire d'hygiene privée et publique*,¹¹

A higiene é aqui entendida dentro de seu sentido mais geral; nós a devemos compreender como a saúde individual e coletiva. A parte desta ciência que trata da saúde individual recebeu de modo generalizado o nome de *higiene privada*; e aquela que trata da saúde coletiva é chamada de *higiene pública* (BECQUEREL *apud* GONDRA, 2004, p. 28).

Neste estudo, o objetivo central é compreender como discursos produzidos sobre prescrições higiênicas circularam em São João del-Rei, sendo apropriados¹² e representados¹³ pela elite¹⁴ local pelo viés educativo. Para isso, o

¹¹ Tratado de Higiene Privada e Pública (tradução nossa).

¹² As *apropriações*, segundo Roger Chartier, são práticas de produção de sentido, dependentes das relações entre texto, impressão e modalidades de leitura. Assim, a noção de apropriação “visa uma história social dos usos e das interpretações, referidas as suas determinações fundamentais e inscritas nas práticas específicas que as produzem” (CHARTIER, 1991, p. 180). Assim, o autor indica uma questão fundamental na sua proposta, o destaque às interpretações que remetem à noção de representação social.

¹³ Para Chartier, a representação pode ser entendida como a forma como um grupo social percebe o real, com base em esquemas partilhados e de como produzem significados, construindo assim o “mundo como representação”. Ainda de acordo com Chartier, a representação apresenta três modalidades de relação com o mundo social, assim divididas: 1. “[...] o trabalho de classificação e de delimitação que produz as configurações intelectuais múltiplas, através das quais a realidade é contraditoriamente construída pelos diferentes grupos”; 2. “[...] as práticas que visam fazer reconhecer uma identidade social, exibir uma maneira própria de estar no mundo, significar simbolicamente um estatuto e uma posição [...]”; 3. “[...] formas institucionalizadas e objetivadas graças às quais uns ‘representantes’ (instâncias coletivas ou pessoas singulares) marcam de forma visível e perpetuada a existência do grupo, da classe ou comunidade” (CHARTIER, 1991, p. 183).

estudo foi estabelecido conforme anunciado, com base em duas perspectivas: o ensino da higiene dentro e fora da escola normal, ressaltando que essas não são realidades distintas, ao contrário, uma influencia a outra, numa via de mão dupla, como indicam as fontes estabelecidas para a pesquisa.

A dimensão educativa para além do ambiente escolar foi analisada com base nos jornais da cidade, pois, segundo Palhares-Burke (1998, p. 147), ao longo do século XIX, “A imprensa passa a ser constantemente referida como o meio mais eficiente e poderoso de influenciar os costumes e a moral pública”. E essa perspectiva educacional do jornal, de querer civilizar a população, é que mais interessa nesta pesquisa. Assim, os periódicos são-joanenses da primeira década republicana foram uma das fontes utilizadas.

O advento da República intensificaria, em algumas cidades brasileiras, os debates sobre as reformas imprescindíveis para superar o atraso do Brasil e torná-lo um país civilizado, sendo a questão da higiene um dos temas centrais nesse cenário. Entretanto Sidney Chalhoub (1996) mostra que a higiene já era tema discutido no Rio de Janeiro desde princípios do XIX. Esta era, segundo o autor, considerada uma “forma ‘científica’ e ‘neutra’ de gestão dos problemas da cidade e das diferenças sociais nela existentes” (*Ibidem*, p. 35).

Essa noção de atraso será importante neste trabalho, pois termos como “desordem” e “imundície” revelam que a elite desse período queria superar o atraso advindo, principalmente, do Período Colonial e de séculos de escravidão (CHALHOUB, 1996). Para superar tal atraso, uma das alternativas colocadas no período, era a de instruir a população “mestiça” e “ignorante” via higienização e europeização.

Para Chalhoub, higiene e civilização são termos complementares, pois a elite da época almejava civilizar a Corte via medidas higienizadoras, em oposição ao atraso dos tempos coloniais. Nesse sentido, o autor ressalta que a higiene estava presente nos debates de políticos e governantes nas últimas décadas dos Oitocentos, sintetizados em dois princípios essenciais:

¹⁴ A noção de *elite* tem um sentido amplo e, por vezes, pouco claro. De acordo com Flávio M. Heinz (2006), o termo tem sido usado pelos historiadores para analisar grupos de indivíduos que ocupam posições-chave em uma sociedade e que “dispõem de poderes, de influências e de privilégios inacessíveis ao conjunto de seus membros” (*Ibidem*, p. 8). O termo elite será usado neste trabalho para designar o grupo social que ocupa postos de comando em São João del-Rei, seja na política, nos jornais, ou por concentrarem riquezas, ou por terem uma formação intelectual.

Em primeiro lugar, está presente a ideia de que existe um “caminho da civilização”, isto é, um modelo de “aperfeiçoamento moral e material” que teria validade em qualquer “povo”, sendo dever dos governantes zelar para que tal caminho fosse mais rapidamente percorrido pela sociedade em seu domínio. Em segundo lugar, há a afirmação de que um dos requisitos para que uma nação atinja a “grandeza” e a “prosperidade” dos “países mais cultos” seria a solução dos problemas de higiene pública (CHALHOUB, 1996, p. 35).

Assim, Chalhoub entende que a questão da higiene pública esteve relacionada com o desejo de “fazer a civilização europeia nos trópicos” (*Ibidem*, p. 35). A hipótese deste estudo é a de que tal proposta foi se espraiando por localidades do interior, que nem mesmo chegavam a ser capital do Estado, como São João del-Rei. Vale ressaltar uma particularidade desta em relação a outras cidades médias, pois foi cogitada para ser a nova capital de Minas Gerais no final do século XIX e perdeu para Curral del-Rei por uma diferença de apenas dois votos (VISCARDI, 2007). Dessa forma, o estudo sobre SJDR apresenta indícios de como uma elite regional queria civilizar-se, difundindo as propostas higienizadoras na cidade.

Os jornais foram usados como meios privilegiados para entender esse processo. Devido a dificuldades financeiras ou por não saberem ler, era possível que muitos são-joanenses não tivessem acesso aos periódicos, o que não significava que os temas tratados nos jornais não circulassem. Segundo Christianni Cardoso Morais (2002), é possível que leituras comunitárias ou em voz alta fossem comuns em SJDR desde as primeiras décadas do século XIX.

Entretanto, segundo Capelato (1994), os periódicos não podem ser entendidos como um relato fiel da verdade, pois é um espaço de disputas que registra pontos de vista: “O jornal, registra, comenta e participa da história” (*Ibidem*, p. 17). De acordo com Vieira (2007), não existe o certo ou o errado, mas a visão adotada pelo jornal.

E, para compreender o posicionamento do periódico, é necessário conhecer a sua tiragem, o perfil dos anunciantes e dos editores, sua posição política e sua periodicidade. Os jornais são uma representação do real, ou de particularidades, e frutos de práticas sociais. Em São João del-Rei, não foi diferente, os periódicos evidenciam a forma como a elite cultural da cidade representava a

realidade e entendia a higiene, apropriando-se gradativamente desse campo científico em processo de afirmação.

Segundo Viegas (1942), entre 1890 e 1906, foram publicados 25 jornais em São João del-Rei.¹⁵ Para este trabalho, foram selecionados três deles: *A Pátria Mineira*, *Renascença* e *O Resistente*, pois foi possível constatar que eles eram representativos de dois grupos políticos da cidade. Os republicanos, representados pelo *A Pátria Mineira*; e os conservadores do Período Imperial, pelas folhas *Renascença*¹⁶ e *O Resistente*.¹⁷

Estas últimas tinham como redator o professor Severiano Nunes de Rezende (AMARAL, 2008). Este, nascido em 1847, filho de português, membro do Partido Conservador, foi deputado provincial e estadual, e também diretor da Escola Normal de São João del-Rei. Além disso, teve um filho que se tornou padre e uma filha, Alice, que, em 1890, casou-se com Carlos Sânzio de Avelar Brotero. Este foi major e professor de Português da ENSJDR. A partir de 1895, Brotero se tornou o redator de *O Resistente*, que, já na sua primeira página, afirmava ser uma continuação das folhas de Severiano Nunes de Rezende e, por consequência, dos conservadores do Império (CINTRA, 1982).

A Pátria Mineira circulou em SJDR entre 1889 e 1894.¹⁸ Segundo Amaral (2008), foi a primeira folha abertamente republicana e se tornou um poderoso instrumento desse partido. Seu redator era Sebastião Rodrigues Sette e Câmara. Este, em 1887, foi nomeado professor de Inglês e Francês do Externato e de Francês da Escola Normal, ambos em São João del-Rei (CINTRA, 1982). Além disso, sabe-se que o jornal era publicado semanalmente e também não foram encontradas informações sobre a tiragem. Os anunciantes eram principalmente comerciantes locais, médicos e advogados que ofereciam seus serviços. O primeiro

¹⁵ Esses periódicos foram, em sua maioria, de duração breve, não duraram mais de um ano e tiveram poucas edições (VIEGAS, 1943).

¹⁶ Tal periódico circulou em 1890 (VIEGAS, 1943) e restou, nos arquivos consultados, apenas a 7ª edição, de 13 de fevereiro de 1890.

¹⁷ Esse periódico circulou entre 1895 a 1906 (VIEGAS, 1943). Era publicado semanalmente e não foram encontradas informações sobre a tiragem. Os anúncios versam principalmente sobre o comércio local e da região, e também sobre a oferta de serviços de profissionais especializados, como médicos, farmacêuticos, professores e advogados.

¹⁸ Segundo Amaral (2008), esse periódico extinguiu-se quando os editores julgaram estar consolidada a causa republicana.

exemplar desse jornal o apresenta para os são-joanenses, conforme explicitado no trecho a seguir:

Além de artigos doutrinários e noticiosos sobre a ideia republicana, ela se preocupará com os interesses econômicos e industriais do país em geral e especialmente com o desta província. Seu maior empenho será oferecer aos assinantes leitura instrutiva, variada e útil à causa pública – e para satisfazê-lo solicita a colaboração dos escritores que [quiserem] honrá-la com seus artigos (A PÁTRIA MINEIRA, 14 jan. 1889, p. 1).

Ao todo, foram analisados 140 exemplares dos três periódicos, entre 1890 e 1906, disponíveis em banco de dados do Arquivo Público Mineiro, na Biblioteca Municipal Baptista Caetano d’Almeida e no Arquivo do IPHAN em SJDR. Neste conjunto, foram encontrados, em 49 exemplares, anúncios, notícias ou artigos que abordam o tema da higiene, sendo representativo, e revelando a importância do tema nos anos iniciais da República.

Luciano da Silva Moreira (2011) afirma que os jornais do século XIX foram predominantemente de duração breve e eram especialistas em fomentar polêmicas e defender o interesse de grupos ou lideranças políticas, e também em divulgar princípios doutrinários, principalmente os ideais republicanos. Além disso, Moreira ressalta que estes eram discutidos publicamente, o que contribuía para a circulação de ideias e práticas. Assim, a imprensa assumiria o papel de auxiliar as elites no projeto de civilização da população, tentando provocar a mudança de hábitos e valores por meio da formação moral e intelectual. No caso de São João del-Rei, os jornais analisados fornecem indícios dos debates em circulação na cidade.

Nos exemplares de *A Pátria Mineira*, além do republicanismo, as notícias versavam sobre o perigo do contágio de doenças como a varíola e a febre amarela; a importância da higiene; a necessidade de melhoramentos municipais, obras de esgoto e saneamento. Ademais, traziam artigos de médicos, como o Dr. Francisco de Paula Moreira Mourão, são-joanense que viveu entre 1855 e 1930, e o Dr. Affonso Henrique de Azevedo que, segundo Cintra, nasceu em Aracaju, formou-se em Medicina e clinicou em São João del-Rei. Esses médicos escreveram principalmente sobre a importância da higiene pública e sobre o perigo de contaminação da água pelos esgotos em SJDR.

Os periódicos *O Resistente* e *Renascença* também abordavam a higiene e, nesses jornais, é possível perceber críticas ao governo local, que não conseguia resolver os problemas relativos aos melhoramentos municipais, incluindo a questão da água e dos esgotos. Na folha *O Resistente*, a coluna *Os esgotos*, do médico Caetano Werneck, indicia como os jornais atuavam instruindo a população nos preceitos higiênicos.

A preocupação com a higiene não estava só nos jornais são-joanenses. Foi ainda assunto dos governos do Estado e do Município. O governo estadual, em 1891, criou o Instituto Vacínico, subordinado à Secretaria do Interior, que foi responsável pela aplicação de vacinas em Minas Gerais até 1895. Nesse ano, pela Lei nº 144, foi organizado o Serviço Sanitário de Estado, também subordinado a SI, que tinha a função de realizar a vacinação e estudos buscando a cura de doenças. Além disso, era responsável pelo controle do trabalho de médicos, farmacêuticos e parteiras. A este também era atribuído o serviço geral de profilaxia e desinfecção na capital e, nos municípios, de remoção e isolamento de doentes.

Essa lei foi regulamentada pelo Decreto nº 876, de 1895, que criou a obrigatoriedade da vacinação e revacinação, principalmente contra a varíola, para matrícula nas escolas. Era exigido um atestado de vacinação no ato da matrícula em todas as escolas. Esse decreto também estabeleceu que a Polícia Sanitária seria responsável pela prevenção e repressão de abusos que pudessem comprometer a saúde pública e a punição seria a multa e (ou) fechamento do estabelecimento que não obedecesse às normas sanitárias.

A legislação estadual é importante, pois indica a preocupação governamental em relação à higiene. Entretanto a ênfase será para as leis do Município de SJDR, pois, segundo Maria Marta de Araújo (2007, p. 83-84),

Desde o século XVI, o estatuto de governo local, com os conselhos e municípios de velha origem, foi o remédio adotado pela metrópole para induzir o povoamento, com a disciplina dos moradores [...] em Minas Gerais, a intensidade do processo de ocupação do território durante o século XVIII propiciou não apenas o desenvolvimento de uma ampla rede de núcleos urbanos, mas também formas de sociabilidade e cultura intimamente associadas à experiência cidadina.

Devido a essa trajetória de relativa autonomia dos municípios mineiros, foi necessário entender o papel das câmaras municipais, que eram responsáveis pela “fixação e fiscalização de posturas, designação que era dada às leis ou usança no

governo administrativo, fazendário e fiscal das cidades e vilas” (ARAÚJO, 2007 p. 85). Assim, as câmaras eram, entre outras coisas, responsáveis pela construção de edifícios e obras públicas, calçamento, limpeza e conservação das ruas, e por isso o *Código de Posturas* versa sobre esses temas. Os almocadens de cada termo eram os responsáveis por fiscalizar se as posturas eram cumpridas, depois de fixadas em locais públicos.

O Código de Posturas da cidade de São João del-Rei embutiu em suas normalizações um projeto de civilizar a cidade. Esse foi concluído em 1887, às vésperas da República, mas, de acordo com Araújo (2007), manteve-se vigente até as primeiras décadas do século XX; por isso é uma fonte privilegiada que “guarda em si tanto os elementos de continuidade em relação ao passado e a uma tradição política de reconhecimento do poder local como de mudança, num diálogo com o urbanismo próprio do final do século XIX” (*Ibidem*, p. 87). O primeiro artigo desse código já define que “julgar-se-à infração toda a ação ou omissão contrária às disposições deste código” (SÃO JOÃO DEL-REI, 2007). Por isso as normas deveriam ser cumpridas; o não cumprimento poderia ser punido com multa ou até prisão.

Outra fonte importante na pesquisa foram os relatos deixados por viajantes que passaram pela Comarca do Rio das Mortes. Com clima ameno e geograficamente bem situada, SJDR foi parada de muitos viajantes europeus e brasileiros que passaram pela Província mineira e, nesse percurso, elaboraram textos que auxiliam na compreensão da ambiência dessa cidade. Esses trabalhos mostram diferentes olhares sobre questões relativas ao cotidiano local, inclusive sobre as condições de higiene.

A análise desse tipo de fonte é particularmente interessante e complexa. Segundo Robert Darnton (1986, p. 144), nesse tipo de texto, “cada frase expressa uma consciência estranha tentando ordenar um mundo que não existe mais”. Por isso é importante se concentrar mais nos modos de escrever e nas entrelinhas do que no fato descrito. O objetivo não é descobrir a verdadeira cidade, mas sim como ela foi representada por aquele sujeito, em determinado momento, sendo para isso fundamental conhecer um pouco da trajetória desses autores.

Entre os viajantes que passaram por SJDR, está o francês Auguste de Saint-Hilaire, que esteve no Brasil entre 1816 e 1822, percorrendo os Estados do Rio de Janeiro, Espírito Santo, Minas Gerais, Goiás, São Paulo, Santa Catarina e

Rio Grande do Sul. Em suas viagens, organizou uma grande coleção de plantas e animais, mas não se limitou à Botânica, também coletou dados importantes referentes à Geografia e à História.

Saint-Hilaire elaborou um relato sobre SJDR em *Viagem pelo distrito dos diamantes e litoral do Brasil* (1974), obra publicada quando retorna à França, em 1833. O autor se dizia um cientista e por isso se considerava imparcial, como mostra a passagem a seguir: “Para publicar esse resumo histórico, submeti-o antes a testemunhos oculares os mais informados e os mais imparciais: a aprovação dessas testemunhas é uma garantia da exatidão que apresenta os fatos” (*Ibidem*, p. 11). Mesmo sendo um relato do início do século, é interessante observar que as preocupações com a higiene já eram uma questão de período anterior ao estudado, como quando o autor trata da “falta de civilidade” dos são-joanenses pela falta de saneamento no município.

O inglês Richard Francis Burton era escritor e diplomata. Esteve no Oriente Médio, na África e nos Estados Unidos. Burton também passou pelo Brasil, entre 1864 e 1868, quando foi nomeado cônsul britânico em Santos. Sua atuação como diplomata não é tão lembrada como seus relatos das viagens que empreendeu pelo território brasileiro. Sua passagem por SJDR é descrita no livro *Viagem do Rio de Janeiro a Morro Velho* (2001), no qual relata um pouco da sua estada e de suas impressões do lugar e das gentes.

Outro autor que escreveu sobre São João del-Rei foi Carlos Maximiliano Pimenta de Laet. Este não era estrangeiro. Era natural da Província do Rio de Janeiro e também não esteve só de passagem. Laet foi para SJDR em 1893, quando precisou se refugiar devido a perseguições políticas decorrentes da Revolta da Armada, por ser considerado monarquista. No período em que esteve na cidade, escreveu a obra “Em Minas” (1894) que, apesar do sentido amplo, refere-se principalmente a São João del-Rei e Tiradentes.¹⁹

Além dos viajantes que passaram por SJDR, alguns cronistas locais também trazem informações importantes sobre essa cidade. Augusto das Chagas Viegas, apesar de não ser são-joanense, foi para essa cidade aos 14 anos, quando estudou no Externato e, depois, na Escola Normal. Posteriormente, foi para Belo

¹⁹ Na época, São José del-Rei.

Horizonte, onde e se graduou em Direito. Na carreira política, assumiu os cargos de vereador por SJDR, secretário de Finanças do Estado e deputado federal por Minas Gerais (CINTRA, 1994).

Viegas também atuou como jornalista e escreveu o livro *Notícias de São João del-Rei* (1943), no qual mescla as memórias da sua juventude aos acontecimentos contemporâneos à sua escrita. Ao longo do livro, o autor tece diversos elogios à cidade, principalmente no que diz respeito à saúde e à instrução pública, exaltando o glorioso passado da cidade desde os tempos de Vila.

O são-joanense Aureliano Pereira Corrêa Pimentel foi professor de Filosofia, Latim, Português e Literatura em SJDR. Além disso, foi professor no Colégio D. Pedro II, chegando a se tornar reitor. Esse fato, segundo Cintra (1994), causou estranhamento na época, mas Carlos Laet afirma ter escutado do próprio imperador a justificativa: “É um sábio, um verdadeiro erudito que descobri em São João del-Rei” (LAET *apud* CINTRA, 1994, p. 50). Esse autor também foi escolhido pela Câmara Municipal para responder a um questionário enviado pela Biblioteca Nacional, contendo aspectos descritivos de SJDR, concluído em 1881. O resultado desse trabalho também foi publicado na *Revista do Arquivo Público Mineiro*, em 1905, intitulado *Corographia mineira: Município de S. João d’EL-Rei* (PIMENTEL, 1905).

E, por fim, outro cronista importante é José Antônio Rodrigues que, em 1859, publicou *Apontamentos da população, topografia e notícias cronológicas do Município da Cidade de São João del-Rei*. Esse autor era natural de SJDR, um jornalista reconhecido na cidade e também dono de uma tipografia. Além disso, há registros de que foi veterano da Revolução Liberal de 1844 (AMARAL, 2008).

Os jornais e os autores referenciados foram utilizados na compreensão sobre como discursos produzidos sobre as prescrições higiênicas circulavam na cidade de SJDR. A outra perspectiva de análise buscou o entendimento de como esse tema circulou na Escola Normal de São João del-Rei. Tais planos de análise se entrecruzam e se confundem, conforme anunciado anteriormente.

A presença da imprensa periódica em SJDR, desde o início do século XIX, está intimamente ligada à questão educacional, como demonstra Mônica Yumi

Jinzenji (2008).²⁰ Segundo a autora, os mesmos sujeitos que circulavam na escola estavam também nos jornais, e isso poderia ser um dos fatores que contribuíram para o que a autora denomina de aliança entre esses espaços (imprensa e escola). Mesmo o estudo de Jinzenji se referido ao princípio do século XIX, foi possível perceber que, no caso da Escola Normal, isso também ocorria, pois alguns professores da escola escreveram em jornais locais, como Francisco de Paula Pinheiro, que foi redator de *O Combate*, e Carlos Sâncio de Avelar Brotero, que foi redator de *O Resistente*. Segundo Mônica Jinzenji:

Imprensa e escola tampouco disputam espaços; constituem alianças. Em outras palavras, os jornais operam apropriando-se de outros textos, transformando-os e tornando-os parte de si, e fazem o mesmo com a escola, irradiando discussões em torno dessa nascente instituição, seus rituais e conjugando-os ao seu discurso reformador, civilizador, modernizador (*Ibidem*, p. 191).

Dessa forma, o estudo da Escola Normal de São João del-Rei levou em consideração essa aliança. Sendo que a circulação de sujeitos promoveu ainda a circulação de saberes e práticas. No que diz respeito à presença e ensino da higiene na ENSJDR, as principais fontes para o estudo foram a legislação educacional mineira e os documentos produzidos pela escola, pelos alunos, pelos professores e também pela Secretaria do Interior. A legislação é parte do processo educacional, sendo, a todo o momento, reinventada. Sobre o estudo desse tipo de documento, Luciano Mendes de Faria Filho (1998) ressalta que este permite um triplo movimento:

Inicialmente, uma crítica às concepções mecanicistas da legislação, que, grosso modo, a entende como um campo de expressão e imposição, única e exclusivamente, dos interesses das classes dominantes; em seguida, creio que permitiria surpreender a legislação naquilo que, me parece, ela tem de mais fascinante: a sua dinamicidade; e, finalmente, abriria mais uma possibilidade de inter-relacionar, no campo educativo, várias dimensões do fazer pedagógico, às quais, atravessadas pela legislação, vão desde a política educacional até as práticas da sala de aula (*Ibidem*, p. 98-99).

²⁰ Em sua tese, *Cultura impressa e educação da mulher: lições de política e moral no periódico mineiro O Mentor das Brasileiras (1829-1832)*, Jinzenji (2008) analisa a imprensa periódica como instrumento educativo. Para tanto, investiga a produção, circulação e recepção do periódico *O Mentor das Brasileiras*, impresso em São João del-Rei, no período entre 1829 e 1832.

Tendo em vista essa forma de compreender a legislação é que se buscou pensar as leis do final do século XIX e início do XX, principalmente no que se refere à dinamicidade e à relação com a prática na escola. Refletindo sobre isso, foram pesquisadas fontes que revelam pistas sobre a ENSJDR. Esses documentos se encontram no Fundo Secretaria do Interior e foram, em parte, organizados pelo Projeto Memória, como já anunciado anteriormente.

Entre as várias atribuições do secretário do Interior, o que mais interessou foi a instrução pública e a regulação que essa Secretaria exercia sobre as escolas, principalmente sobre as escolas normais, o que pode ser identificado por meio da legislação, principalmente pela Lei nº 41, de 1892:

Art. 200. A fiscalização das escolas normais compete ao Secretário do Estado da instrução pública, que a exercerá diretamente na Capital e por intermédio dos inspetores escolares nas outras escolas.

Parágrafo único. A direção delas, no tocante ao ensino e regime interno, compete a um diretor, que velará pela disciplina e moralidade dos alunos e cumprimento de deveres dos professores.

Nesse fragmento da lei, é possível perceber a regulamentação que a Secretaria do Interior estabelecia para as escolas normais. No que diz respeito aos programas oficiais presentes na legislação, esta não estipulava qual era o programa de cada cadeira.²¹ Este deveria ser elaborado pela congregação e ser cancelado pelo Conselho Superior de Instrução Pública. Sobre isso, a lei estabelecia que:

Art. 201. Os professores constituirão uma congregação que se reunirá:

1º - Dois meses antes da abertura das aulas para organizar o programa de pontos de ensino e submetê-lo à aprovação do conselho superior de instrução e para escolher compêndios entre os adotados no distrito federal e neste Estado;

2º - Cinco dias antes do encerramento das aulas para estabelecer o programa de pontos para os exames; [...]

Por isso é necessário ressaltar que os programas que serão analisados provavelmente passaram por algum tipo de fiscalização governamental,

²¹ Nesse período, uma cadeira era composta por várias matérias, que eram assumidas por um professor nomeado via concurso público (*Relatório do Inspetor Extraordinário de Ensino, 1901*. MINAS GERAIS. APM. SI. Série 4.2. Caixa 24).

possivelmente dos inspetores de ensino. O Decreto nº 607, de 1893, também ressalta esse controle quando, no artigo 25, trata do dever do diretor de escola normal, que deveria fazer relatórios detalhados sobre as rotinas escolares e enviá-los à SI.

Além disso, segundo o parágrafo 12, o diretor deveria “enviar ao Secretário do Interior, ou a quem de direito, as provas escritas e mais papéis concernentes aos exames e concursos, acompanhado das precisas informações”. Tal apontamento não significa que a lei fosse cumprida literalmente, mas encontrar esses tipos de documento junto aos outros da Secretaria do Interior é um forte indício de que estes foram remetidos a essa Secretaria. Assim, vale ressaltar que os documentos estudados foram provavelmente enviados a SI em decorrência da legislação e, portanto, ajudam a compreender a prática desse ensino dentro de certos limites (o que podia e, ou, deveria ser mostrado ao Estado).

A prova é um tipo de prática escolar (não a única) que revela aspectos como critérios de aferição do conhecimento. Além disso, a prova é reveladora das rotinas e temporalidades escolares e dos conteúdos ensinados. Esse tipo de documento permite diversas possibilidades de análise de práticas escolares.

Nessa pesquisa, a prova foi analisada como um tipo de fonte que permite alcançar os conteúdos desenvolvidos pelos professores, pois é um exercício, uma atividade do aluno observada pelo professor, podendo ser entendida também como exercício de controle (CHERVEL, 1990). Além disso, Maria Cristina Soares Gouvêa (2006) ressalta que o estudo de provas revela

As transformações no currículo da Escola Normal, indicando os deslocamentos e estabilizações do *corpus* disciplinar. Além disso, as provas possibilitam-nos ter acesso à materialidade dos processos avaliativos, dando visibilidade não apenas ao *corpus* de conhecimento entendido como fundamental para a prática docente, mas também às estratégias de avaliação e correção do desempenho dos alunos, historicamente definidas (*Ibidem*, p. 144).

O processo de profissionalização docente é também um elemento que pode ser analisado no estudo desse tipo de provas, ou seja, os conteúdos essenciais ao professor para a prática docente. Neste trabalho, a ênfase foi dada ao como a higiene se apresentava nos programas da ENSJDR, buscando compreender as representações elaboradas sobre os preceitos higiênicos presentes nesses registros.

Assim, foi preciso refletir sobre quem eram os sujeitos dessas práticas, principalmente os professores do conteúdo de higiene, sendo Francisco de Paula Pinheiro professor da cadeira de “Pedagogia, Instrução Moral e Cívica, Legislação do Ensino Primário e Higiene” e João Batista de Campos Cunha professor da cadeira de “Ginástica e Evoluções Militares”.

Maria Aparecida Arruda (2011), ao abordar a formação do corpo docente no Colégio Nossa Senhora das Dores (CNSD), em São João del-Rei, explica que, além das irmãs vicentinas, outros sujeitos circularam nesse ambiente, com formação diversificada

Seja como professores de outras instituições de ensino, seja como inspetores de Estado, fiscalizadores de exames de disciplinas do CNSD, na forma do regulamento das Escolas Normais. O quadro se complementa com a presença de militares (capitão, major), assim como médicos, advogados e religiosos – sacerdotes e freis – e leigos. Em tempo, há que se considerar, via de regra, a presença marcante desses profissionais no magistério público e particular ao longo de todo o século XIX (*Ibidem*, p. 112).

Além disso, Gondra e Schueler (2008) ressaltam que, no século XIX, era difícil a contratação de professores formados para lecionar, ocasionando a escolha de sujeitos que tinham experiência diversa e com diferente formação. Na Escola Normal de São João del-Rei, havia um quadro similar: alguns professores, eram jornalistas, médicos, advogados ou militares.

Francisco de Paula Pinheiro, *Mestre Chico* para os alunos ou *Chico Rato* para os inimigos políticos, foi, nos primeiros anos de funcionamento da Escola Normal, professor da cadeira anexa de ensino primário, “Aula Prática do Sexo Masculino”, depois se tornou secretário até que, em 1890, assumiu a cadeira de “Pedagogia, Instrução Moral e Cívica, Legislação do Ensino Primário e Higiene Escolar”. As memórias de um ex-aluno ajudam a compreender um pouco desse sujeito:

Nessa época o mestre estava no rigor dos anos, não tinha cabelos brancos, nem óculos pretos e muito menos ventre desenvolvido. Romancista e poeta. Era tenente ou capitão da Guarda Nacional. Gênio sempre alegre e bom demais para a meninada, mesmo porque os professorandos eram os mestres, enquanto ele futricava a politicagem que era sua cachaça... Às vezes, por felicidade, as lições eram tomadas pelas moças. Que delícia quando eram bonitas! [...] Nenhum vestígio existe hoje mais do velho casarão do Externato, onde tantas moças e moços se instruíram e que por

certo se recordarão com saudades. Fique certo o mestre Chico, que a ele também se estendem as saudades. O seu carinho e brandura, aliados aos ensinamentos, deixam para sempre, em todos os corações de seus discípulos, recordações que nunca se apagarão. Ao mestre velho Chico, S. João muito deve pelos seus serviços prestados à instrução primária (O REPÓRTER *apud* GAIO SOBRINHO, 2000, p. 110-111).

Durante mais de 30 anos, Francisco de Paula Pinheiro atuou como professor em SJDR e foi também figura importante nos debates políticos da cidade, defendendo a causa republicana e a abolição. Era redator das folhas *O Autonomista* e *O Combate*, escreveu artigos em diversos jornais de SJDR e região, fazendo circular o pensamento liberal.²² Em 1884, convocou o povo são-joanense para criar o Clube Abolicionista, mesmo ano de fundação da Escola Normal, fazendo com que esses temas circulassem nessa instituição.

Francisco Pinheiro defendia com afinco seu posicionamento político, tornando-se inimigo declarado dos conservadores. Ao longo do século XIX, as disputas entre estes e os liberais inundavam as páginas dos jornais são-joanenses. Severiano Nunes de Rezende, Carlos Sânzio de Avelar Brotero e Francisco Otaviano de Chagas Lopes foram alguns dos adversários de Chico Rato e utilizavam-se dos periódicos para atacá-lo.

Francisco Otaviano de Chagas Lopes criticou matéria publicada na folha *Paraybuna*, conforme deduziu, de Francisco de Paula. Segundo Francisco Otaviano, “Não é preciso muita perspicácia para se enxergar debaixo da máscara de anônimo o semblante boçal de Chico Rato, de olhos gateados, nariz chato, cabelos de carapinha”. E ele continua as ofensas: “Jogador de profissão, larápio, fintador de fazenda alheia e conjunto de vícios degradantes”. Em seguida, critica o fato de um professor público tecer críticas ao governo imperial:

O ingrato, que tem mordido a mão dos seus benfeitores, o desvalido, que para recolher-se a uma casa de educação andou mendigando aos conservadores e que por onde quer que andou fintou a meio mundo, enxovalhando o cargo de preceptor da mocidade a quem perverte em vez de levar pelo bom caminho (ARAUTO DE MINAS, 17 maio 1880)²³.

²² Em São João del-Rei, na segunda metade do século XIX, existia claramente dois grupos políticos: os conservadores e os liberais. O primeiro era mais homogêneo, dos monarquistas e proprietários de terras, e tinha a folha *Arauto de Minas* como maior divulgadora de suas ideias. Já o segundo grupo, dos liberais, era um mais heterogêneo e aglutinava diversas correntes, entre elas a de Francisco de Paula Pinheiro, republicano e abolicionista (AMARAL, 2008).

²³ Recorte de jornal inserido no processo crime SJC-00332.

Alguns dias após a publicação dessa matéria, Francisco Pinheiro encontrou seu inimigo político lendo o referido jornal em um botequim. Reagiu, rasgando o jornal e esfregando-o na boca de Francisco Otaviano. Este entrou com um processo, sendo Francisco Pinheiro condenado a dois anos de prisão e multa correspondente a duas terças partes do tempo.²⁴ O fato de um professor da Escola Normal ter sido preso durante o período em que exercia o cargo e, mesmo assim, continuar no referido cargo é intrigante.

Nesse período, os valores morais e bons antecedentes eram requisitos básicos para um professor. A Lei nº 13, de 28 de março de 1835, estabelecia que os professores poderiam ser brasileiros ou estrangeiros²⁵ e precisavam ter mais de 18 anos, bom comportamento e os conhecimentos exigidos por lei. O bom comportamento deveria ser comprovado com “documentos fidedignos, em que não só se declare expressamente que o pretendente é de vida regular, e próprio para o ensino da mocidade” e que não tenha sido condenado a furto ou roubo.

O crime cometido por Francisco de Paula Pinheiro, conforme especificado no processo-crime, foi o de injúria. E mesmo não tendo sido roubo ou furto, como classificava a lei, comprometia a carreira docente. Assim, é possível que esse professor tenha sido criticado nesses anos finais do Império pela defesa do republicanismo, da abolição e pela sua conduta pouco adequada para um docente.

Todavia, com a República, a questão se inverteu, e o posicionamento de Francisco de Paula Pinheiro possibilitou que esse conseguisse um cargo de maior prestígio na Escola Normal, passando de professor da cadeira de instrução primária, anexa à ENSJDR, da “Aula Prática do Sexo Masculino” para professor da cadeira de “Pedagogia, Instrução Moral e Cívica, Legislação do Ensino Primário e Higiene Escolar” do Curso Normal. E em 1895, foi Francisco Pinheiro que acusou os conservadores de tecerem críticas ao governo republicano.

Francisco Pinheiro foi acusado de, junto a Modesto Vieira da Costa, apossar-se de uma carta escrita por Carlos Sânzio de Avelar Brotero a Severiano Nunes

²⁴ MINAS GERAIS. Tribunal de Justiça. Disponível no Acervo do Museu Regional de São João del-Rei/IPHAN. SJC-00332.

²⁵ Em circunstâncias iguais, os brasileiros teriam preferência aos estrangeiros, e estes deveriam ter fluência na língua portuguesa para assumir o cargo.

Cardoso Resende, seu sogro e que, na época, era deputado estadual e residia na capital. O conteúdo da carta foi publicado no jornal *O Autonomista*. Os acusados, ao publicarem a correspondência, afirmam tê-la recebido anonimamente. A referida carta criticava o governo local pela demissão de um professor da Escola Normal e também criticava um grande inimigo político de ambos:

O que é que o *siô* Chico Rato fez para ser tão feliz? Ser gatuno, estelionatário, falsário, vendilhão, traidor, cáften, ingrato, ignorante e atrevido? Pois então sejamos como ele ou pior que ele, para sermos mais felizes, este mundo tem coisas... (O AUTONOMISTA, 15 jul. 1895)²⁶

Carlos Sânzio demonstra que não estava satisfeito com Francisco Pinheiro, provavelmente pelos benefícios que este começava a conseguir em decorrência do novo governo republicano, possivelmente o motivo da sua felicidade. Indício disso é que a denúncia contra ele e Modesto Vieira foi considerada improcedente por falta de provas, segundo consta do processo.²⁷

Outro sujeito fundamental nessa análise é o professor da cadeira de “Ginástica e Evoluções Militares”, João Batista de Campos Cunha. Sobre este temos poucos vestígios, apenas que foi aprovado em concurso para a referida cadeira em 1894, permanecendo até 1898, quando esta foi extinta. Porém, no relatório do inspetor extraordinário de Ensino em Comissão Especial, Albino de Alves Filho (1901),²⁸ há um relato que dá algumas pistas. Ao narrar as disputas políticas entre professores, descreve um episódio, de 1896, no qual o professor de Pedagogia (Francisco Pinheiro) foi agredido por alunos da Escola Normal que tinham afinidade com o professor de Língua Portuguesa e, na época diretor, Carlos Sânzio. Em decorrência disso, os professores de “Pedagogia”, de “Ciências Físicas e Naturais” e de “Ginástica” passaram alguns dias sem lecionar com receio de novas agressões. Tal relato indicia para um possível alinhamento de posições políticas entre os referidos professores.

²⁶ Recorte de jornal inserido no processo crime SJC-00164.

²⁷ Disponível no Acervo do Museu Regional de São João del-Rei/IPHAN. SJC-00164.

²⁸ Relatório apresentado ao secretário do Interior, Wenceslau Braz, em 1901. Esse documento contém informações sobre rotinas da escola na percepção desse sujeito, incluindo um histórico, a disciplina dos alunos e professores, as formas de ensino, a matrícula e frequência de alunos. Também tem uma parte reservada, na qual descreve infrações dos professores (APM. Sl. Série 4.2 Caixa 24).

A análise desses documentos possibilitou a investigação de elementos que compõem a cultura escolar da Escola Normal desse período em que a higiene começou a ser uma preocupação nas escolas mineiras, em especial em São João del-Rei. Operando com a noção de cultura escolar, no que Luciano Mendes de Faria Filho entende como

A forma como em uma situação histórica, concreta e particular, são articuladas e representadas, pelos sujeitos escolares, as dimensões espaço-temporais do fenômeno educativo escolar, os conhecimentos, as sensibilidades e os valores a serem transmitidos, a materialidade e os métodos escolares (FARIA FILHO, 2003, p. 85).

Essa perspectiva é fundamental, porém ainda é bastante ampla para esta pesquisa. Com base na noção de cultura escolar, Gondra (2004) elabora outra: a de cultura da higiene. Esta, segundo o autor, convive e compete com a dimensão de cultura escolar no Brasil oitocentista, pois, nesse período, seria possível identificar aspectos da doutrina higienista sendo apropriados pelos sujeitos da escola e ajustados aos códigos dessa ordem em processo de consolidação, o que fará atingir, em parte, o objetivo de “medicalização” da escola nos termos propostos por Foucault. Assim, neste estudo, a cultura escolar nos Oitocentos foi compreendida também como a cultura da higiene.

A proposta, nesse caso, buscou analisar como discursos produzidos sobre prescrições higiênicas que circularam no final do século XIX e início do XX foram apropriados no campo educacional, tendo como *locus* a Escola Normal de São João del-Rei. Esse processo foi investigado com base em fontes produzidas pelos professores e pelos alunos e à luz dos debates em torno do campo “História das Disciplinas Escolares”, buscando compreender o processo de conformação da higiene na escola. O termo conformação “contempla a definição dos saberes a serem transmitidos e avaliados no interior de cada disciplina, das fronteiras entre os saberes, considerando as normas e práticas que precisam o *corpus* disciplinar num certo momento histórico” (GOUVÊA, 2006, p. 141).

A noção de disciplina escolar é debatida por diversos pesquisadores da História da Educação. Segundo André Chervel (1990), existe uma tendência entre os docentes em estudar a história da própria disciplina e pouco se estuda sobre o conceito desta. Por isso o autor defende que o historiador, ao mesmo tempo em que estuda uma disciplina, tem também a tarefa de definir o termo.

De acordo com Chervel, o termo disciplina, até o século XIX, tem o sentido de vigilância e somente a partir da segunda metade do XIX e início do XX é que este assume o sentido de “ginástica intelectual”, que serve para “formar espíritos”. Entretanto esse termo somente era usado para se referir às humanidades clássicas. Somente após a I Guerra Mundial é que passou a designar “uma rubrica que classifica as matérias de ensino” (CHERVEL, 1990, p. 180).

No que diz respeito à relação entre as disciplinas e as ciências de referência, Chervel defende que a disciplina escolar não é apenas mera transposição das disciplinas científicas nem uma mera vulgarização do conhecimento científico e que a Pedagogia é “parte do mecanismo que transforma o ensino em aprendizagens” (CHERVEL, 1990, p. 182). Assim, uma disciplina escolar também cumpre finalidades sociais e nem sempre tem sua formação inicial nas universidades para depois ser criada nas escolas.

Além disso, Chervel afirma que uma disciplina escolar tem diversas finalidades, que podem ser religiosas, sociopolíticas, psicológicas, etc. Por isso, não podemos “nos basear unicamente nos textos oficiais, para descobrir as finalidades do ensino” (CHERVEL, 1990, p. 191). Essa afirmação do autor reforça a necessidade de se pesquisarem documentos, como provas e programas de ensino, para buscar compreender como se dá a formação de uma disciplina.

Antonio Viñao (2008) também é um estudioso da História das Disciplinas Escolares e, entre outras questões, trata da dificuldade na definição do termo disciplina e exemplifica o caso do Canto que, em 1901, seria uma disciplina, conforme os planos de ensino, ou poderia ser apenas uma atividade ou exercício da disciplina de Música. Com base nesses questionamentos, o autor reflete sobre essa dificuldade de definição do termo disciplina, importante para este trabalho:

Esta dificuldade tem feito com que, em algum caso, se proponha a suspensão temporal do uso do termo disciplina para trabalhar com os “temas” ou “atividades”, já que isso facilitaria responder a questão de que temas ou atividades são compartilhadas entre várias disciplinas ou desempenham um papel chave de organização das mesmas (*Ibidem*, p. 202).

Assim, neste trabalho, entende-se a higiene como um tema que, no programa da Escola Normal de São João del-Rei, era partilhado por mais de uma cadeira, sendo possível identificar sua presença em “Pedagogia, Instrução Moral e

Cívica, Legislação do Ensino Primário e Higiene Escolar”, “Ciências Físicas e Naturais”, “Ginástica e Evoluções Militares” e “Aula Prática do Sexo Feminino”.

Os capítulos seguintes apresentam as formas como a elite são-joanense se apropriou do discurso higiênico e fez circular práticas prescritivas higiênicas no campo educacional, na ENSJDR e também fora do ambiente escolar, por meio da análise da presença dessa temática na imprensa são-joanense no final do século XIX e início do XX.

3 A HIGIENE NA CIDADE DE SÃO JOÃO DEL-REI

A cidade não é uma invenção do mundo contemporâneo. Há muito tempo, ela existe nos diversos cantos do planeta. Desde a Antiguidade, diferentes povos já se organizavam em cidades-Estados. Com o passar do tempo, as urbes foram se modificando e se reinventando, muitas desapareceram, e uma quantidade ainda maior surgiu no Ocidente e no Oriente ao longo da Modernidade (REMÓND, 1974).

No Brasil, a vida urbana é mais recente. As primeiras vilas surgiram na Colônia, mas foi ao longo do século XIX que a urbanização se expandiu. O crescimento das cidades provocou mudanças nas relações sociais e nos comportamentos de seus habitantes. Essas diferenças estão relacionadas a uma transformação no modo de viver e nos hábitos urbanos.

A diversificação das atividades e a aglomeração de pessoas fizeram surgir várias necessidades, entre elas a de desfazer-se dos resíduos, pois o acúmulo de lixo e esgoto é considerado um dos principais causadores de doenças infectocontagiosas. Remónd (1974, p. 145) ressalta:

As cidades [...] constituem também o domínio de eleição das grandes epidemias: mesmo no século XIX. Mas, pouco a pouco, elas recuam, contidas, subjugadas, depois prevenidas pelo progresso da ciência, da higiene, da vacinação sistemática. As cidades atingirão um grau de salubridade muitas vezes superior ao dos campos.

Por isso, ao se tratar da organização do espaço urbano no Brasil, é importante abordar a higiene pública, que assume papel fundamental na organização da cidade e na condução ao processo de civilização tão almejado pelas elites, pelo governo imperial e, posteriormente, pelos republicanos.

As fontes mobilizadas neste capítulo possibilitaram a elaboração dessa trama, que contém vestígios de como discursos produzidos sobre as prescrições higiênicas circularam em São João del-Rei, sendo apropriados e representados pela elite local por meio do ensino da higiene fora do espaço escolar. Para isso, foi fundamental a compreensão do processo de urbanização de SJDR para a apreensão da importância atribuída à higiene nesse contexto.

3.1 São João del-Rei: de vila a cidade

Ainda no Período Colonial, a descoberta do ouro impulsionou a formação das vilas mineiras, pois, segundo as prescrições do governo, as vilas deveriam ser criadas próximas às lavras, para controlar a cobrança do quinto.²⁹ Nesse contexto, o Arraial de Porto Real da Passagem se tornou a vila de Arraial Novo do Pilar, em 1713, à esquerda do Córrego do Lenheiro (CUNHA, 2007). A seguir, uma fotografia desse córrego, provavelmente da segunda metade do século XIX, visto que as duas margens já se encontram urbanizadas.



FIGURA 1 - Fotografia de vista parcial do Córrego do Lenheiro.

Fonte: MINAS GERAIS. APM NCS-153 (01). [1894].

Em 1838, por meio de uma lei provincial, a vila se tornou cidade, com o nome de São João del-Rei e, mesmo após a decadência da mineração, foi nomeada sede da Comarca do Rio das Mortes, sendo formada pelos termos de São José del-

²⁹ Tributo que incidia sob toda a produção aurífera na Colônia, correspondendo a 20%, ou seja 1/5 da produção.

Rei, Tamanduá e Lavras. Em 1841, Tamanduá foi substituído por Oliveira e, depois, São José del-Rei se separou, recebendo o nome de Tiradentes. Nos anos que se seguiram, outros termos foram se separando até que, após a República, a Comarca passou a se chamar apenas São João del-Rei, pois ficou restrita a esse Município (CUNHA, 2007).

Durante o século XVIII, a Comarca do Rio das Mortes se beneficiou com a extração do ouro. A população aumentou, chegando a 7 000 habitantes, e foram construídas algumas igrejas, a Câmara Municipal, a Cadeia e o Fórum. No entanto, a crise da economia aurífera levou alguns estudiosos a considerarem que a Província mineira enfrentou um período de estagnação econômica (*Ibidem*).

Vale considerar que o desenvolvimento de São João del-Rei nos Oitocentos contradiz a tese de estagnação econômica de Minas após a decadência da extração aurífera. Estudos recentes mostram que, nesse século, Minas Gerais aumentou o número de escravos, o que demonstra o seu desenvolvimento econômico.

Entre esses trabalhos, está a tese de Afonso de Alencastro Graça Filho (2002), que analisa as particularidades de SJDR. De acordo com esse autor, a cidade se tornou região de intenso comércio e abastecedora da Província do Rio de Janeiro, pois, dos 43 produtos exportados, apenas 3 tinham outro destino. Além da criação de gado, porcos e do plantio de açúcar e cereais, SJDR também se tornou ponto importante na intermediação dos negócios entre a Corte e o restante da Província.

A prosperidade de SJDR no século XIX também é ressaltada por Walmir Silva (2007). Após a Proclamação da República, a Câmara Municipal solicitou ao governo provisório a transferência da capital para a região da Várzea do Marçal, lembrando o antigo sonho dos inconfidentes. De acordo com um dos conjurados, Domingos de Abreu Vieira, São João del-Rei seria uma capital melhor, pois era “bem situada e farta em mantimentos” (VIEIRA *apud* VEIGA, 2002, p. 52). A região foi realmente cogitada pelo governo do Estado, mas acabou perdendo para Curral del-Rei.

Essa questão merece uma atenção especial, pois, como demonstra Cynthia Greive Veiga (*Ibidem*), as condições higiênicas do local que seria escolhido para se instalar a nova capital foram relevantes no relatório do engenheiro Aarão Reis, que contava com um médico higienista em sua equipe. Segundo Veiga, entre os quesitos analisados no relatório, “as condições de salubridade são estudadas do

ponto de vista higiênico: análises físico-química e bacteriológica das águas e poeiras atmosféricas, moléstias mais frequentes e estatísticas mortuárias” (*Ibidem*, p. 61).

De acordo com a autora, as candidatas à nova capital tinham problemas com relação à higiene. Juiz de Fora foi considerada uma cidade de solo impróprio, pois foi construída em terreno pantanoso, era profícua em doenças, como a varíola, sarampão, moléstias inflamatórias do aparelho respiratório, sífilis, anemia, entre outras. Além disso, foi considerada insalubre pela falta de sistema de água e de esgotos. A região da Várzea do Marçal (próxima a São João del-Rei) também tinha problemas higiênicos, “como a existência de um lençol d’água muito superficial, causando dificuldades para a canalização de esgotos, além da necessidade de obras para evitar inundações” (*Ibidem*, p. 63). E, por fim, Curral del-Rei não estava isenta de doenças, e as principais relatadas pela Comissão foram o cretinismo e o bócio.

Todas as candidatas apresentavam problemas higiênicos, porém este, mesmo sendo considerado um fator importante, não foi o único na escolha da região onde seria construída a nova capital. E, por uma diferença de dois votos, Curral del-Rei ganhou da Várzea do Marçal. Sobre as causas da derrota da região do Marçal, Veiga aponta uma questão político-econômica: por ser mais central, a região escolhida poderia contribuir para o desenvolvimento do Norte do Estado e tranquilizar os representantes das zonas mais decadentes que se sentiam ameaçados pela prosperidade de São João del-Rei. Assim, a nova capital foi escolhida como forma de conciliação, buscando o equilíbrio político e econômico para o Estado.

Outro indício da prosperidade de São João é que, no século XIX, a arquitetura e a urbanização se sobressaíram às do século anterior, como mostra Augusto Viegas (1943). Segundo esse autor, as principais igrejas da cidade foram concluídas ao longo dos Oitocentos, como a Matriz de Nossa Senhora do Pilar, que teve seu frontispício construído entre 1820 e 1844. A Igreja das Mercês foi remodelada em 1808 e reconstruída em 1877, substituindo a capela que existia desde 1751. A Igreja do Carmo foi iniciada em 1787, mas, em 1879, ainda estava sendo construída. Esses exemplos mostram como as irmandades possuíam recursos para investir na construção dessas igrejas monumentais, o que reforça a tese de prosperidade de SJDR ao longo do século XIX.

Sobre esses vultosos gastos com igrejas no século XIX, Richard Burton fez uma severa crítica, ressaltando o atraso que esse tipo de empreendimento

causava para a civilização da cidade. O viajante argumenta que os investimentos deveriam se voltar para as obras de infraestrutura, como as estradas. Em um de seus passeios pela cidade, observando as construções, Burton (2001) relata em 1869: “Aquele velho adágio, quanto mais perto da Igreja mais longe da graça, tem uma significação geral, e, em todo o Brasil, a Idade da Fé deve ser seguida pela Idade do Trabalho; além do mais, estradas construirão igrejas, mas igrejas não farão estradas” (*Ibidem*, p. 122).

Ademais, as irmandades religiosas e as Igrejas se tornaram promotoras da vida musical e da educação na cidade. São João já tinha uma casa da ópera desde 1782, e um segundo teatro foi construído em 1832, além das várias peças improvisadas que aconteciam na rua. O deputado liberal e negociante Batista Caetano de Almeida criou a primeira biblioteca da Província e uma das primeiras do país,³⁰ e também a segunda folha, *O Astro de Minas*; ambas as iniciativas, em 1827. O sucesso no plano econômico com a exportação de produtos animais, como toucinho e couro, tecidos e outros possivelmente influenciaram nessa efervescência cultural (WALMIR SILVA, 2007).

Graça Filho (2002) argumenta que a expansão urbana de SJDR foi resultado da acumulação de capitais ao longo dos Oitocentos. Entretanto, no último quartel desse século, “com a perda do dinamismo da economia de subsistência, estes capitais se voltariam para a modernização dos transportes e para o setor industrial, como forma de revitalização do município” (*Ibidem*, p. 25). Como, em 1878, o investimento na Companhia Estrada de Ferro Oeste de Minas e, em 1891, na Companhia Industrial São-joanense. Dessa forma a elite local tentou superar o risco de definhamento econômico do final do século.

Para o viajante Saint-Hilaire (1974), essa prosperidade de SJDR tem alguns limites, pois, mesmo a Comarca do Rio das Mortes sendo “vasta em suas plantações, sua fecundidade e sua riqueza” (*Ibidem*, p. 100) ressalta que essa grandiosidade se restringia à cabeça da Comarca, os outros termos não ostentavam a mesma fartura. O viajante destaca que esse sucesso se devia à proximidade da cidade com a Corte, que consumia grande parte dos gados e porcos produzidos. Esse sucesso comercial é, segundo o autor, um dos motivos que fizeram desta a

³⁰ Sobre a criação dessa biblioteca e de práticas de leituras e letramento em São João del-Rei no século XIX, ver o trabalho de Christianni Cardoso Morais (2002).

mais populosa das cinco comarcas da Província,³¹ tendo 200 mil almas, o que equivalia a mais de um terço das de Minas Gerais.

Depois de elogiar o sucesso econômico de SJDR, o viajante ressalta aquilo que chama de “inferioridade de civilização” dos são-joanenses. Para Saint-Hilaire (1974), os habitantes dessa cidade não haviam atingido o grau de civilidade da França e atribuiu a responsabilidade disso aos comerciantes portugueses:

De qualquer modo, se a posição geográfica da comarca do Rio das Mortes e a natureza de suas riquezas tendem a aumentar o número de habitantes dessa região, elas não influem de modo tão feliz na sua civilização. Como esses emigrados portugueses que aumentam sem cessar a população da comarca de Rio das Mortes, e sobretudo a de S. João del-Rei, não receberam nenhuma educação, e como sua ignorância não os impede de gozar, quando enriquecem, dessa consideração que infelizmente se dá aos ricos, eles não pensam em dar instrução aos seus filhos. Os costumes grosseiros, favorecidos ainda pelos hábitos rurais, perpetuam-se nas famílias. Observa-se na comarca do Rio das Mortes menos conhecimentos, menos polidez e menos hospitalidade que nas outras partes da província (*Ibidem*, p. 107).

De certa forma, pela análise das fontes utilizadas neste estudo, foi possível perceber que a elite da cidade se reconhecia nessa crítica e por isso desejava civilizar-se. Os são-joanenses almejavam alcançar o estágio de desenvolvimento de países europeus, principalmente a França, e se inspiravam nos processos de reformas urbanas e educacionais que eram conduzidos pelo Rio de Janeiro. Tal sentimento acompanhou os são-joanenses ao longo do século XIX.

Com o estabelecimento da República, esse adágio se fortaleceu, e a elite local passou a relacionar os problemas urbanos ao atraso atribuído ao Período Imperial. Em jornais de SJDR da primeira década da República, foi analisada a presença desse debate e sua relação com os processos educativos característicos do período.

³¹ As outras comarcas eram Vila Rica, Serro Frio, Rio das Velhas e Paracatu.

3.2 A higiene almejada pela elite são-joanense

A busca pela civilização da elite são-joanense aparece em vários aspectos, principalmente na procura de condições higiênicas para uma cidade ideal. Esse projeto de civilização no final do século XIX se entrelaça em dois outros, como mostra Chyntia Greive Veiga (2002): o pedagógico e o dos urbanistas que, segundo a autora, se relacionam, pois “ambos planejam construir um ser humano de tipo ideal enquanto ser social civilizado” (*Ibidem*, p. 21). Por isso a afinidade das reformas urbanas com a educação era estreita. Segundo a autora, a união desses projetos pretendia:

Passar a limpo a história humana calcada em superstições, misérias e ignorâncias e preparar os homens para o tempo novo, do progresso, da cultura e da riqueza. A intensa produção no campo do conhecimento, presente no final do século passado, evidencia que tais projetos são um desafio permanente, oriundo das novas diferenças nas quais a sociedade foi se constituindo (*Ibidem*, p. 21).

O projeto de reforma urbana do final do século XIX esteve ligado à questão higienista. Os cientistas eram os portadores dos saberes legítimos que levariam os povos rumo à civilização e ao progresso, principalmente nesse período de transição do Império para a República. Os médicos e os engenheiros eram vistos como atores fundamentais nesse processo, pois, por meio das reformas urbanas e sociais, levariam o País ao tão sonhado progresso, ao mesmo tempo em que se afirmavam como profissionais habilitados para tal finalidade. Em São João del-Rei, mesmo não contando com muitos profissionais desses campos, tais prescrições higiênicas chegaram à cidade e se difundiram.

Nesse sentido, o trabalho de Simone Kropf (1996) é valioso para a análise de São João del-Rei. A autora estuda o projeto dos engenheiros para a reforma urbana da então capital federal, o Rio de Janeiro, porém mostra que esse discurso não se limitava apenas a essa cidade. Os engenheiros ambicionavam que esse fosse um projeto modelo para o restante do País. Será que tal ambição chegou a SJDR?

Por meio do estudo de duas monografias apresentadas no Congresso de Engenharia e Indústria, Kropf analisa o pensamento dos engenheiros sobre as

reformas higiênicas na transformação das cidades em modelos de civilidade. A primeira é a de Francisco Liberalli, *Obrigatoriedade da prévia fixação de linhas gerais a que devem ficar sujeitos os arruamentos e nivelamentos de novas povoações e o desenvolvimento das existentes*; e a outra é a de Joaquim Silvério de Castro Barbosa, *Regras gerais que se devem prescrever para as construções das cidades, tendo especialmente em consideração as condições peculiares de nosso País*.

O estudo desses trabalhos evidencia, segundo a autora, o olhar pragmático dos engenheiros que queriam agir e transformar a realidade, utilizando o arcabouço teórico dos higienistas. Assim, responsabilizavam o ambiente pelas debilidades físicas e morais dos homens, pois:

O solo e o ar contaminados pelas emanções metíficas oriundas dos processos de decomposição e putrefação das matérias orgânicas eram os principais agentes responsáveis pelas condições de insalubridade das cidades, tornando-se suscetíveis à constante propagação de epidemias (KROPF, 1996, p. 105).

A engenharia propunha que primeiro deveria ser localizado o problema e, baseado nas orientações sobre o espaço urbano, defendia o princípio da circulação e do movimento. De acordo com esse fundamento, a rua seria o primeiro espaço normalizado em decorrência da grande circulação de pessoas e mercadorias. Ademais é possível perceber a influência dos princípios higienistas nas teses dos engenheiros, como mostra Kropf (1996, p. 107-108).

Através do princípio da circulação, as premissas da teoria higienista são apropriadas pela competência própria de um saber pragmático que se declara capaz de imprimir-lhes operacionalidade e transformá-las em obras concretas para a solução de problemas detectados. O ar, a luz, a água, o solo, as ruas, as praças, as casas e até mesmo os costumes dos habitantes, enfim, todos os elementos constitutivos do espaço urbano eram vistos como sujeitos às medidas normalizadoras da engenharia [...].

Essa passagem do texto mostra que eram preocupações dos engenheiros higienistas os espaços públicos e privados, e vai além, evidenciando que, nas teses dos engenheiros, havia uma preocupação com os costumes dos habitantes, ou seja, como eles deveriam agir nessa cidade civilizada. E, por isso, era essencial educar a população ao mesmo tempo em que se saneava a cidade. No que diz respeito aos espaços públicos, a rua era uma das maiores preocupações nas cidades, pois esta era

A artéria pela qual se palpa a saúde física e mental de um povo que goza de higiene e civilização. Ela deve satisfazer a determinadas condições de salubridade, de comodidade, de segurança pública e atender às regras com relação ao alinhamento, limpeza e o mais que se refere às construções sobre o solo e abaixo dele (LIBERALLI *apud* KROPF, 1996, p. 113).

A rua, ainda segundo Liberalli, era, na concepção da engenharia, um espaço privilegiado por onde deveria começar a regeneração da cidade, tendo atenção especial à ventilação, pois a falta desta era considerada responsável pela proliferação de doenças, assim como o acúmulo de lixo e a poluição dos córregos e rios. São João del-Rei, desde as primeiras décadas do século XIX, era um lugar de passagem, de entrada para Minas Gerais, de pessoas e mercadorias, de chegada e partida para o Rio de Janeiro e deste para o mundo. Assim, a rua também era uma preocupação constante nessa cidade.

Nas edições da folha *A Pátria Mineira*, entre 1890 e 1898, havia uma coluna chamada *Melhoramentos locais*. Esse espaço era reservado para debater as reformas realizadas em São João del-Rei e criticar o que precisava ser executado. A rua era tema constante, como pode ser percebido nesse trecho do jornal, quando relatam as impressões sobre a Rua do Comércio:

Visitamos o matadouro e só temos que elogiar o que ali vimos. Aqueles que passavam por aquelas imediações noutros tempos não podem deixar de hoje reconhecer o zelo e a boa vontade da Intendência. Prosseguem com a atividade e a necessária fiscalização os serviços de abertura de vala de esgotos da Rua do Comércio (A PÁTRIA MINEIRA, 15 maio 1890, p. 2).

Elogiar a Intendência era uma forma de exaltar também o governo republicano e a reforma urbana, mesmo que rudimentar, empreendida por esse governo em SJDR. Além disso, ainda nesse fragmento de texto, é possível perceber a crítica embutida na expressão *noutros tempos*, referindo-se ao Império, período em que, na visão dos republicanos, era marcado pela ausência de investimentos em reformas públicas e, como consequência, de atraso em relação aos países civilizados.

O periódico também cobrava das autoridades melhoramentos que precisavam ser realizados. No entanto, por ser uma folha republicana, não criticava o governo e, em alguns casos, responsabilizava o antigo governo Imperial pelos problemas da cidade, como mostra o trecho a seguir:

O zelador de águas continua em suas aliás dispensáveis funções. Vencem 40 mil réis por mês e ainda no domingo as torneiras estavam secas às 7 horas da manhã. Semelhante emprego, sem atribuições definidas e sem fiscalização, é péssima herança que a intendência recebeu da antiga Câmara (A PÁTRIA MINEIRA, 15 maio 1890, p. 2).

Outra coluna *Notícias locais*, de 25 de dezembro de 1890, desse mesmo jornal traz uma informação importante: no dia 21 daquele mês, foi celebrada a assinatura de contrato para implantação da iluminação elétrica, dos esgotos aperfeiçoados e do abastecimento de águas. Esse evento foi celebrado na cidade, contando com uma solenidade, incluindo banda de música e foguetes. Além disso, o intendente recebeu uma homenagem pela assinatura do contrato e, agradecendo, afirmou que

Os melhoramentos destinados a São João del-Rei eram de natureza a colocá-la em primeira plana e davam-lhe o direito à grande preponderância no atual período de organização, em que deveriam ser escolhidas capitais para as novas subdivisões no território mineiro (A PÁTRIA MINEIRA, 25 dez. 1890, p. 2).

Entretanto, a assinatura do contrato não foi de festa para todos. É possível que tenham existido críticas sobre o ocorrido, pois, segundo o jornal, “apesar dos boatos arrasadores, espalhados com o fim de desviar o povo” (A PÁTRIA MINEIRA, 25 dez. 1890, p. 2), o evento alcançou êxito. A fala do intendente mostra o objetivo de alçar SJDR à categoria de civilizada e em condições de se tornar a nova capital do Estado. O plano de reformar SJDR surgiu em contexto de debates das propostas de mudanças da capital, sendo a Várzea do Marçal uma das candidatas, pois a reforma urbana poderia contribuir para a escolha dessa região.

Porém essas reformas tão desejadas pelos são-joanenses teriam de esperar. Como se pode notar na edição de *A Pátria Mineira*, de 20 de julho de 1893, esse projeto foi adiado. A tentativa de reformar São João del-Rei e transformá-la em uma cidade moderna e civilizada teria de aguardar:

Consta-nos em sessão da câmara municipal, no dia 17 do corrente ano, o Dr. Francisco de Paula Moreira Mourão desistiu, em nome do Dr. Pedro Nolasco, do contrato de construção da rede de esgotos, abastecimento de água e iluminação à luz elétrica dessa cidade (A PÁTRIA MINEIRA, 20 jul. 1893, p. 2).

De acordo com Augusto Viegas (1943), essas reformas esperaram mais alguns anos e só foram implantadas em 1916, na administração de Odilon Andrade, pelo médico Domingos da Rocha e pelo engenheiro José Carneiro Felipe. Em SJDR, mesmo não existindo um sistema de saneamento, conforme os modernos padrões de civilidade, havia preocupação com a correta destinação dos esgotos e com a qualidade das águas. A esse respeito, Viegas (1943) afirma que a Câmara, em 1887, construiu instalações que forneceriam meio milhão de litros de água a cada 24 horas, o que, segundo ele, correspondia ao progresso dessa cidade. Tais obras foram realizadas pelos engenheiros Francisco Bicalho, Fernandes Pinheiro e Hermilo Alves.

A Câmara, também em 1887, elaborou o *Código de Posturas Municipais*, que regulava a vida na cidade e, entre outras determinações, continha diversas prescrições higiênicas. Entre elas, que todo indivíduo encontrado bebendo água, encostando os lábios nas torneiras dos chafarizes municipais, levaria uma multa e mais cinco dias de prisão e o dobro desse tempo caso fosse reincidente. A mesma pena teriam os que fossem lavar utensílios domésticos, alimentos, roupas ou outros objetos. Dessa forma, por meio do Código, é possível perceber a existência de preocupação com a proliferação de doenças infectocontagiosas, seja pelo contato dos lábios no chafariz ou pela proibição de lavar objetos, visando a manter limpo e protegido de doenças esse local público.

Mesmo não tendo uma rede de esgotos, São João del-Rei era considerada, por muitos viajantes e cronistas, como de clima ameno. Para Carlos Laet (1894), mesmo com a ausência de um sistema de esgotos, SJDR tinha boa salubridade. O viajante ressalta que isso se deve mais às condições do clima ameno, que eram favoráveis à boa circulação do ar, do que pelas reformas realizadas, pois estas eram quase inexistentes. Sobre isso citou o relatório do Dr. Carvalho de Almeida, a respeito das condições higiênicas da região, e descreveu que esse médico:

Não trepida em afirmar que na cidade há completa ausência de preceitos mais elementares da higiene sobressaindo na postergação de tais preceitos o arrojo das fezes, por condutos imperfeitíssimos, ao ribeirão que descoberto atravessa a cidade. E, no entanto, acrescenta logo, S. João del-Rei é eminentemente salubre; seu clima, como o de Barbacena, é procurado pelos que durante o verão ali se refugiam contra o calor e as epidemias que assolam as regiões de serra abaixo; ou à suavidade do seu

ambiente e uso de Águas Santas, reputadas medicinais, pedem o restabelecimento da saúde comprometida à restauração das forças depauperadas por outros climas (*Ibidem*, p. 70).

E por não ter um sistema de esgoto, essa questão também era preocupação do governo municipal, como pode ser observado no *Código de Posturas*. Tal regulamento estabelecia que os proprietários de terrenos nas margens dos córregos que corresse pela cidade eram obrigados a mantê-los limpos no espaço em que passassem por sua propriedade.

Esse código ainda estabelecia que o fiscal tinha o direito e a obrigação de fiscalizar os quintais, pátios e áreas das casas, e terrenos situados dentro dos limites dos municípios, e ainda nos lugares onde houvesse córregos que desaguassem para as povoações. Porém não podia exercer tal função sem solicitar permissão ao morador do local. Essa licença não podia ser negada; e caso isso ocorresse, o indivíduo poderia ser multado. Além disso, a Câmara Municipal normalizou a destinação dos dejetos e, no artigo 237, designou

Para o despejo de matérias fecais o córrego abaixo da ponte da estrada de ferro que segue para o Ribeirão Vermelho, devendo essas matérias ser conduzidas em vasilhas fechadas, das 10 horas da noite às quatro da madrugada. O que tais despejos fizer ou conduzir para lugar impróprio, especialmente no córrego acima da ponte e fora das horas mareadas, será multado [...], sendo servos, sofrerão dias de prisão, ou a multa [...] se seus amos a quiserem pagar (SÃO JOÃO DEL-REI, 2007, p. 180).

É possível notar que, em São João del-Rei, nesse período em que não havia um sistema público de esgotos, o governo local transferia para os cidadãos o dever de dar a destinação correta e mais higiênica aos dejetos, restringindo-se à fiscalização. Contudo, além de regular e fiscalizar, existia, por parte das elites locais, a preocupação em instruir a população a agir conforme os preceitos higiênicos, objetivando construir uma sociedade sadia e civilizada.

Os jornais foram fundamentais nesse processo, pois era por meio deles que a elite local fazia circular as prescrições higiênicas que julgava ser fundamental à população. No que se refere à questão dos esgotos, além de continuarem reivindicando sistema adequado para a eliminação de dejetos, os periódicos tentavam mostrar aos são-joanenses a importância dessa questão, por meio de informações fundamentadas no discurso médico-higiênico. O periódico *O Resistente*, ao longo de 1898, apresentou a coluna do médico Caetano Werneck,

denominada *Os esgotos*. No primeiro exemplar, o médico se apresentou e explicou as intenções da coluna:

Sr. Redator. Agora que a câmara municipal, animada das melhores intenções, pretende realizar diversos melhoramentos dentre os quais sobressai a construção de uma rede de esgotos, todos os habitantes de São João del-Rei devem auxiliá-la nessa louvável e difícil tarefa pelos meios a seu alcance (O RESISTENTE, 7 jul. 1898, p. 1).

O médico ressaltou a atuação do delegado de higiene José Moreira Bastos, que há alguns anos reivindicava as reformas. Assim, Werneck expôs que os esgotos são um problema de todos e que, mesmo com a Câmara Municipal planejando realizar as obras, a atuação da população era fundamental. Por isso, por meio de sua coluna, tentaria ensinar aos são-joanenses alguns dos preceitos higiênicos.

Na primeira edição, explicou que, mesmo não sendo natural da cidade, sentia-se em casa, pois tinha familiares em SJDR e já vivia há algum tempo no local. A primeira crítica do médico foi sobre as condições do Córrego do Lenheiro, que, no período, era conhecido igualmente como “Praia”. Afirma que este tinha aparência feia, escura e era o único esgoto da cidade. Dizia Werneck:

O ribeirão do lenheiro no seu estado atual é um enorme foco de infecção. É indispensável e urgente remediar este estado de coisas que muito depõe contra os foros de cidade civilizada de que há muito tempo e com toda justiça goza São João del-Rei. A *Praia* não pode e não deve continuar a ser o esgoto da cidade (O RESISTENTE, 7 jul. 1898, p. 1).

Ainda na primeira coluna, o autor mostrou que almejava instruir também a elite comercial sobre a importância da rede de esgoto, buscando investimentos destes nas obras. Segundo Werneck o governo municipal não tinha recursos para tal investimento e, assim, “apelou para a boa vontade e o patriotismo dos municipais, emitindo um empréstimo de 600 contos a juro de 8% ao ano” (O RESISTENTE, 7 jul. 1898, p. 1). Esse seria um bom negócio, pois os investidores tinham a oportunidade de prestar serviços à sua terra. Além disso, SJDR receberia mais visitas em busca de clima ameno, o que também seria benéfico aos comerciantes, os quais lucrariam ainda com vendas e aluguéis.

Essa explanação alerta para uma questão importante: a ausência de homogeneidade na elite local. Os médicos, jornalistas e alguns políticos pareciam

estar convencidos de que a tão sonhada civilização somente seria viável com o empreendimento de reformas urbanas higiênicas, tanto que esse tema apareceu com frequência na legislação e nos jornais. De acordo com o comentário de Werneck, a elite econômica, porém, não estava sintonizada com esses preceitos. E por isso essa coluna também se empenhou em convencer os comerciantes locais a investir na implantação da rede de esgoto.

Na segunda coluna, o autor começou reclamando da alteração que fizeram na grafia da palavra “exgoto” e se mostrou mais favorável à simplificação, substituindo o X pelo S e justificou: “É sobrecarregar demais o pobre esgoto, que já tem de carregar tanta coisa feia e por amor à simplicidade e, sobretudo à fluência, que não vem fora de propósito em se tratando de esgotos, persistirei na minha primitiva ortografia” (O RESISTENTE, 14 jul. 1898, p. 1).

A adoção de uma grafia mais fácil por parte do autor parece ser uma aproximação com os leitores. Ao longo do artigo, Werneck expõe claramente sua intenção:

Fechado os parênteses, devo avisar ao leitor que vou tratar de assunto escabroso, mas não pretendo ostentar erudição e tão somente propagar e divulgar algumas noções de higiene que considero indispensáveis a todos; e como me dirijo principalmente ao povo, procurarei dar aos meus escritos o tom de simples palestra (O RESISTENTE, 14 jul. 1898, p. 1).

A primeira lição do médico foi sobre os dejetos. Explicou que, depois da digestão, os alimentos dirigiam-se ao intestino transformado em fezes e depois eram expelidos do organismo, em condições normais, uma vez ao dia. Caso isso não ocorresse, era sinal de prisão de ventre. Sobre isso, o autor alertou que esse mal, “por sua frequência e tenacidade, tem fornecido aos charlatães vasto campo de exploração e na quarta página formigam os anúncios de drogas, quase todas infalíveis para a cura de desagradável estado” (O RESISTENTE, 14 jul. 1898, p. 1).

O jornal era geralmente composto por quatro páginas, e a última costumava ser destinada a propagandas. O médico criticava os medicamentos dos anúncios e afirmava que a lavagem intestinal era o método mais eficaz contra esse mal. A seguir, um exemplo de produto que prometia acabar com a prisão de ventre:

Purgativo Julien

Confeito vegetal, laxativo, refrigerante

Contra Prisão de Ventre

Aprovada pela Central de Higiene Pública do Brasil (O RESISTENTE, 9 jul. 1896, p. 4).

Além desse mal, o medicamento prometia acabar com outras moléstias, como afecções no estômago e fígado, náuseas, gases, cabeça pesada, boca amarga, falta de apetite e dores abdominais. Tudo isso sem sentir gosto ruim, tanto que as crianças o pediam como se fosse um doce de confeitaria. Ao longo do período estudado, tal anúncio, como os outros no jornal, enfatizava ser aprovado pelo órgão competente, tinha a assinatura de um farmacêutico e alegava proveniência de Paris.

Almejando legitimar o uso, os medicamentos se apropriavam do *status* de medicamento higiênico e advindo de país civilizado. Entretanto, mesmo com tais alegações, a crítica do colunista indiciava a existência de provável conflito entre campos (estes ainda em formação) que tratavam da saúde; neste caso, a Farmácia e a Medicina.

Caetano Werneck, ao longo da sua coluna, apropriava-se do discurso de vários cientistas, como Pasteur, para explicar aos são-joanenses a existência dos micróbios e como estes atuavam. Além de micróbios banais e que não causam danos, segundo o médico, existiam os causadores de doenças, como febre tifoide, cólera, disenteria, e por isso alertava sobre o perigo dos dejetos. Estes poderiam provocar enfermidades tanto dentro como fora do corpo, então deveriam ser tirados das casas e ter uma destinação adequada.

A matéria de 21 de julho de 1898 mostra como o médico tentava ensinar sobre a existência dos micróbios e os perigos que estes representavam à saúde pública. Segundo Werneck,

As matérias excrementícias expelidas do organismo e expostas ao ar são invadidas pelos micróbios que pululam no ar e no solo e que vão provocar nelas uma fermentação ativíssima, favorecida em alto grau pela presença do oxigênio e pela humidade representada pela água e pela urina (O RESISTENTE, 21 jul. 1898, p. 1).

O primeiro desses inconvenientes, conforme afirmava Werneck era o despreendimento de gases, irrespiráveis ou tóxicos como o ácido carbônico, o ácido

sulfídrico, o amoníaco, e as ptomaínas, alcaloides de putrefação descobertos por Selmi, e que eram todos excessivamente tóxicos.³² Sobre isso, o médico citou o caso francês:

Esses corpos podem produzir um envenenamento agudo, como se bem observado em Paris por ocasião da limpeza dos esgotos. Os operários revolvendo os depósitos que ali se formam a fim de que a água os carregue, caem algumas vezes literalmente fulminados pela grande quantidade de gases que deles se desprendem (O RESISTENTE, 21 jul. 1898, p. 1).

Segundo o autor, essa questão se agravava nas cidades sem sistema de esgoto (como era o caso de São João del-Rei), onde a população vivia aglomerada. Era mais comum ocorrer “envenenamento”, pois esses gases “viciavam o ar” e eram prejudiciais à saúde. A que chamou de “miséria fisiológica”.

Além disso, ressaltou que as matérias excrementícias misturadas a águas de cozinha ou de lavagem de roupas ficavam carregadas de matérias orgânicas que infiltravam no solo, ficando armazenadas por muito tempo. Isso era um problema público grave, pois, segundo o autor, “A higiene tem demonstrado que o solo assim preparado, isto é, saturado de imundícies de toda a sorte, é um viveiro imenso de macróbios patogênicos ou específicos, isto é, causadores de doenças graves” (O RESISTENTE, 21 jul. 1898, p. 1).

Dessa forma, pode-se notar que tanto o jornal quanto a legislação municipal concordavam sobre a importância da destinação adequada do esgoto como medida higiênica fundamental na prevenção de doenças. Todavia tinham formas de atuação diferentes: a Câmara iria regular a ação dos cidadãos no que diz respeito a essa questão e podia penalizar quem descumprisse as normas. Já o jornal trazia artigos assinados por médicos que, nesse período, tentavam se afirmar como profissionais legítimos a instruir a população nos preceitos higiênicos.

Não eram apenas os excrementos que preocupavam Caetano Werneck. Na coluna IV de *Os esgotos*, o lixo também foi uma questão abordada. De acordo com o colunista, os animais selvagens poluem o ambiente apenas com os seus

³² O Italiano Selmi e o francês Armard Gautier descobriram, quase que simultaneamente, no fim do século XIX, que existem “venenos animais” (leucomaínas e ptomaínas). “As leucomaínas produzem-se nos órgãos durante os estados patológicos, e as ptomaínas originam-se da putrefação orgânica” (QUEIROZ, 2010, p. 57).

dejetos. No entanto dizia que “o homem, essencialmente sociável, invencivelmente solicitado para a vida comum, produz muito maior quantidade de detritos orgânicos putrescíveis” (O RESISTENTE, 28 jul. 1898, p. 1). Nessa coluna, novamente citou o exemplo francês, tentando mostrar o seu afinamento com as propostas daquele país, e relatou que, na região rural francesa, onde faltava higiene, os esgotos e o acúmulo de lixo eram um agravante na transmissão de doenças infectocontagiosas.

No que se refere à quantidade de lixo produzido na cidade, o autor fez um cálculo e disse que SJDR naquele período produzia aproximadamente 510 mil quilos ou litros de lixo por dia. Tal estimativa foi elaborada de acordo com o total de habitantes (10 mil, conforme o censo da Câmara Municipal), utilizando a metodologia de Pettenkofer.³³ Assim, afirma o médico, pelo acúmulo de lixo, o Córrego do Lenheiro causava uma péssima impressão:

A desagradabilíssima impressão que nos produz a *Praia* é agora plenamente confirmada pelo cálculo, e com maior firmeza e convicção poderemos então dizer: A *Praia* não pode e não deve continuar a ser o esgoto da cidade. O que ali corre não é água, é uma solução concentrada de imundícies (O RESISTENTE, 4 ago. 1898, p. 1).

No *Código de Posturas*, essas questões, como a destinação de lixo, os cuidados com a criação de animais e a poluição do ar, também foram abordadas. Assim, para o despejo do lixo, a Câmara designou o campo que fica no triângulo da embocadura do Córrego Água Limpa, o Rio das Mortes e os lugares denominados Buraquinho, Segredo e nas minas antigas da serra atrás do Carmo. Com relação à criação de animais, ficou proibido o curtume de couro, charquear e secar peles, pois também prejudicavam a salubridade. A criação de porcos estaria proibida dentro da cidade, e os vasilhames de água, leite ou outros líquidos deviam estar limpos. Ademais, os animais mortos deveriam ser enterrados em locais designados pela Câmara.

Proibiu, também, a instalação de fábricas cujos vapores exalados alterassem a atmosfera e comprometessem a qualidade do ar. E, por último, os moradores dessa cidade e região do Município eram obrigados a manter limpas as

³³ Max Von Pettenkofer foi um importante higienista da segunda metade do século XIX que introduziu o método experimental no campo da higiene. Este criou, em Mônaco de Baviera (1878), o Instituto de Higiene, dotado de laboratório de pesquisa e de pessoal especializado, assinalando a passagem à higiene científica. Para mais informações sobre esse cientista, ver Ayres (2011).

testadas³⁴ de suas casas que faziam frente a ruas ou praças. É possível perceber que, assim como em relação aos esgotos, o recolhimento e a destinação correta do lixo e a limpeza urbana eram responsabilidade dos moradores, e ao governo municipal cabia apenas fiscalizar e punir os infratores. As medidas adotadas pela Câmara evidenciam a existência de regras sobre as medidas higiênicas que deviam ser tomadas pelos são-joanenses para manter a salubridade da cidade.

Outro aspecto interessante a ser ressaltado é que a Câmara interferia na organização das casas e sobre como criar animais, indo além do espaço público e regulando a vida privada. Assim como o espaço público, a vida privada também era alvo do discurso da Engenharia e da Medicina, como afirmava o engenheiro Castro Barbosa: “Os mais eficazes conselhos higiênicos são os concernentes ao próprio indivíduo e à casa” (CASTRO *apud* KROPF, 1996, p. 118). Assim, “o incentivo de hábitos adequados era considerado um prolongamento, uma consequência necessária das condições satisfatórias a serem cumpridas numa casa em que se pretendia civilizada” (*Ibidem*, p. 120). Por isso também a necessidade de instruir a população quanto aos hábitos de higiene.

As questões relativas à higiene não eram sempre consenso. Divergências sobre o tema podem ser percebidas nos debates em torno da questão da secularização dos cemitérios. Durante o Império, estes eram de responsabilidade da Igreja. A República, com a adoção do Estado laico, transferiu para si o encargo de cuidar desses locais. Carlos Laet, que era monarquista e estava se refugiando em SJDR, afirmava não haver problemas de os cemitérios, nessa cidade, ainda serem de responsabilidade da Igreja e estarem localizados dentro do espaço urbano, como mostra a passagem a seguir, em que descreve a sua visão:

Demais os cemitérios – seis ou sete – estão encravados na cidade ou bem próximos dela. Cada um pode a qualquer hora visitar os seus mortos queridos que ali estão pertinho. Honrados médicos clamam contra essa prática, mas é fato que não tem ela produzido as calamidades a que costumam aludir os partidários da cremação. Junto do cemitério do Carmo há um colégio de meninos; outro não longe do cemitério das Mercês; de frente do de S. Francisco, um colégio de meninas. Nem os brincos da infância perturbam o sono dos mortos, nem os miasmas dos mortos intoxicam a robusta meninada (LAET, 1894, p. 61).

³⁴ O espaço que fica entre o alinhamento das casas e o meio da rua.

O autor não encontrava problema na presença de cemitérios no meio da cidade, nem mesmo se estivessem próximos às escolas. Entretanto já apontava para a questão colocada pelos médicos sobre a distância que esses locais deveriam ter das cidades e dos colégios.

Ainda com relação aos cemitérios, o *Código de Posturas* (SÃO JOÃO DEL-REI, 2007) determinava que estes deveriam ser públicos e de responsabilidade da Câmara. Os acatólicos e suicidas teriam lugar separados, mas todos deveriam ser enterrados. Além disso, as irmandades poderiam ter cemitérios privados desde que os mantivessem limpos.

Mesmo o cemitério tendo deixado de ser responsabilidade das irmandades em SJDR, o pensamento cristão ainda influenciou na forma como o Estado enterrava os mortos, separando os acatólicos. Já o jornal *A Pátria Mineira*, de 30 de janeiro de 1890, logo após a República ser instalada, exaltava a secularização dos cemitérios promovida pelo governo republicano, afirmando que isso era um sinal de civilização, pois essa medida era coerente com a “ciência moderna”:

É assim que a higiene de hoje, com medidas que conduzem ao saneamento da morte, procura atender a 3 fins: proteger os vivos dos cadáveres humanos, respeitar o culto pelos mortos, sentimento superior e universal que existe em nossos hábitos, e em último lugar evitar que seja enterrado um vivo sob sinais de morte aparente (A PÁTRIA MINEIRA, 30 jan. 1890, p. 2).

Essa noção de que enterrar os mortos é uma forma de proteger os vivos foi fator fundamental na opção de enterrar os acatólicos, visando a proteger a população de epidemias. Ainda, o jornal enfatiza que os cemitérios não deveriam ser construídos dentro da cidade nem em elevações, para evitar a contaminação da água.

O caso do arraial do Cajuru foi um exemplo citado pelo periódico. Este se situava próximo a um cemitério e, conforme o jornal, por isso a água tinha cor leitosa e era impura, podendo transmitir doenças. Assim, o *A Pátria Mineira* acastelava que a construção de cemitérios deveria seguir as prescrições higiênicas a seguir:

Os cemitérios devem ser construídos fora do recinto da cidade, numa distancia de 1 000 a 1 500 metros, em terreno seco e colocados de tal forma que os ventos dominantes não levem os eflúvios para a cidade; [...] A profundidade das covas deve ser de 1 metro e 50 a 2 metros, separadas uma da outra de 30 a 40 centímetros de extensão (A PÁTRIA MINEIRA, 30 jan. 1890, p. 2).

Tais cuidados defendidos tanto pelo jornal quanto pela Câmara eram essencialmente formas de civilizar e modernizar a cidade, mas principalmente impedir a propagação de epidemias, muito comuns na época. Existiam basicamente duas formas de combater doenças consideradas infectocontagiosas: os cuidados com a higiene e a vacinação.

Segundo Silveira e Marques (2011), a resistência à vacinação foi uma realidade nesse período e deve ser compreendida pelas representações sociais que envolviam a doença e os métodos de vacinação. Segundo as autoras, no século XIX, diversas doenças (sarampo, coqueluche, escarlatina, beribéri, diarreias, gastralgias, hidropisia, reumatismos, pleurisias, bócio, sífilis, morfeia, opilação, tuberculose, entre outras) atingiram Minas Gerais, mas a varíola (também conhecida como “bexiga”) foi a mais persistente e por isso mobilizou mais esforços no seu combate.

De acordo com as autoras, essa enfermidade despertava pavor em decorrência da “proximidade da morte ou do desamparo, a perda de entes queridos e as deformidades repulsivas” (*Ibidem*, p. 390). A vacina contra a varíola, desenvolvida em fins do século XVIII, foi o primeiro tipo a surgir e era denominada jenneriana ou humanizada. Ainda segundo Silveira e Marques, a sua difusão começou a partir do século XIX pelas mãos de particulares. Em Minas Gerais, ao longo desse século, surgiram órgãos responsáveis pela aplicação da vacina, como a Junta de Higiene, em 1850.

Ao longo dos Oitocentos, a vacinação se tornou obrigatória, e sua recusa podia ocasionar multa e prisão. Entretanto, mesmo assim, a população temia a vacinação e, segundo as autoras, esse medo era “expressão do terror de que grande parte da população devotava aos próprios médicos e aos seus conhecimentos ainda bem pouco eficazes” (SILVEIRA; MARQUES, 2011, p. 393). Em SJDR, o *Código de Posturas* (SÃO JOÃO DEL-REI, 2007) determinava que a vacinação fosse obrigatória a todas as crianças, e os responsáveis que não as levassem poderiam ser multados.

O código impunha outras restrições, visando a impedir a propagação de doenças infectocontagiosas, como que pessoas com esse tipo de enfermidade não poderiam trabalhar em vendas e os doentes também não poderiam esmolar na rua. A Câmara seria a responsável pelos cuidados com os enfermos, e faria todo o possível para evitar o contato destes com o restante da população.

A Santa Casa de Misericórdia de São João del-Rei também era responsável por cuidar dos doentes da cidade. De acordo com Maria Aparecida Arruda (2011), essa instituição filantrópica funcionava desde 1783 como Casa de Caridade. Somente em 1816, tornou-se Santa Casa de Misericórdia, com a finalidade de zelar pelos enfermos e presos pobres, além de recolher e cuidar de crianças órfãs. Porém, pouco depois, a instituição alterou suas diretrizes, como mostra a autora:

Até o ano de 1819, a entidade só abrigava doentes internados na condição de pobres e indigentes. A partir de agosto do mesmo ano, de acordo com uma reunião da Mesa Administrativa, a Casa ficou responsável pelo atendimento aos chamados “pensionistas”, no intuito de angariar verbas para a manutenção desses doentes (*Ibidem*, p. 20).

Os médicos que atuavam nessa instituição eram os mesmos que escreviam nos jornais locais e ainda agiam no combate às epidemias em SJDR. Nesse período, a Medicina ainda estava em processo de afirmação. A inclusão da higiene como campo científico fundamental ao desenvolvimento e ao progresso se deu ao mesmo tempo em que o campo médico estava se instituindo. Todavia, como mencionado, por vezes, os médicos não eram bem vistos pela população em geral, pela própria precariedade desse campo ainda nascente. Por isso utilizavam a higiene para se afirmar como os únicos profissionais capazes de resolver os problemas relativos à saúde da população. Em São João del-Rei, o professor Aureliano Pereira Corrêa Pimentel (1905, p. 4) exalta o pioneirismo dos médicos locais no combate à varíola. Este afirma que, no caso de SJDR, “o município em geral é salubre, e nele se têm contado alguns macróbios”. E no que se refere à atuação dos médicos ao combate a doenças e a aplicação de vacinas, ressalta que:

Segundo as observações de dois inteligentes e adiantados médicos, os Doutores José Mourão e Antônio Bastos, durante a estação fria notam-se as flegmasias próprias do aparelho respiratório, mas benignas em sua solução. O reumatismo, sem que seja raro, não é todavia muito comum; o mesmo se dá com a tuberculose pulmonar, em cuja etiologia parece que representam importante papel, circunstâncias intrínsecas ao organismo. As epidemias que nos têm afligido, se bem que raramente, têm sido as de coqueluche, sarampão e varíola. Das duas primeiras afecções poucos óbitos se registraram; mesmo da última foi relativamente pequeno o contingente fornecido à necrópole. De todos os variolosos, vacinados havia muito, nenhum morreu; tiveram varíola discreta. Nessa ocasião muito se distinguiram pelo seu interesse e dedicação os Doutores Cornélio Milward e José Mourão (*Ibidem*, p. 4-5).

Os médicos utilizavam os jornais como meio de ensinar a população e também objetivavam se afirmar como detentores de saberes relativos à higiene. Conforme se pode notar no trecho da matéria, do Dr. Affonso Henrique de Azevedo, publicada em *A Pátria Mineira*, em 18 de fevereiro de 1894:

Higiene Pública

Agora que a opinião pública se acha desperta pela discussão sobre os melhoramentos higiênicos para esta cidade, julgo não ser descabidas algumas considerações sobre o assunto, tentando deixar assentes doutrinas de harmonia com a higiene moderna, combatendo outras que possam trazer dano à população desta cidade.

Quando se trata de melhoramentos higiênicos não é a massa da população que tem a palavra, porém sim os higienistas.

Essa questão é de muita importância, e de boa solução dela depende o futuro da vida dos habitantes desta cidade.

Vamos sintetizar em perguntas as questões principais sobre esse assunto.

Traz dano para a saúde pública o atual sistema de esgotos? (A PÁTRIA MINEIRA, 18 fev. 1894, p. 2)

Os esgotos também ocuparam um lugar de destaque nesse periódico, mostrando que tal tema circulou em diferentes folhas. No trecho acima, o Dr. Affonso de Azevedo deixou claro que a higiene era fundamental para o desenvolvimento da cidade e que eram os higienistas os detentores desse saber, desqualificando qualquer outro sobre a saúde.

Os farmacêuticos, assim como os médicos, estavam se afirmando como os profissionais habilitados na elaboração de medicamentos. Segundo Tania Maria Fernandes (2004), a partir de 1830, começaram a surgir os primeiros cursos de Farmácia no Brasil ligados às faculdades de Medicina da Bahia e do Rio de Janeiro. Em decorrência disso, o boticário começou a ser substituído pelo farmacêutico. E, com o surgimento desse profissional,

O processo de desenvolvimento da indústria farmacêutica a partir da manipulação de produtos naturais ocorreu em todo o mundo. No Brasil iniciou-se em meados do século XIX, tendo sido apontada, em 1889, no primeiro recenseamento de indústria farmacêutica, a existência de 35 empresas (*Ibidem*, p. 31).

Os laboratórios nacionais produziam uma linha própria de produtos com qualidade similar ao dos países europeus, “centrando a maioria da produção de medicamentos nos remédios populares derivados do reino vegetal” (*Ibidem*, p. 31). Em São João del-Rei, os jornais apresentavam propagandas de remédios, presentes em quase todos os exemplares. Tais anunciados aparecem como dentro dos padrões higiênicos, modernos e civilizados, e preparados por esses profissionais habilitados, como na edição de *A Pátria Mineira* de 20 de fevereiro de 1890:

Extrato concentrado de Salsa, Caroba e Cascas de Laranja Amarga

Aprovado e Autorizado pela Ex.^{ma} Junta de Higiene Pública

Inventado e preparado pelo farmacêutico José Caetano de Almeida Marinho
(A PÁTRIA MINEIRA, 20 fev. 1890, p. 4).

O *Código de Posturas* do Município (SÃO JOÃO DEL-REI, 2007) também influenciava no processo de legitimação desses profissionais da saúde, pois definia que a Medicina somente poderia ser exercida por profissionais habilitados e que apresentassem o diploma à Câmara. Os feiticeiros e adivinhos somente poderiam tratar da saúde caso não houvesse médicos e com prévia autorização. Além do mais, a venda de medicamentos apenas era permitida em drogarias ou farmácias e com licença anual da Câmara.

Como visto até este momento, a higiene foi um tema de ampla circulação em São João del-Rei, na segunda metade do século XIX. Sendo também relevante no debate político, foi mencionada na obra de Carlos Laet (1894). Esse autor afirma não querer falar de política, mas abre uma exceção para contar um caso interessante sobre os dois partidos republicanos da cidade que se denominam “os limpos” e “os sujos”. Segundo Laet (1894, p. 66-67), “A gênese nestes nomes perde-se [...] na escuridão de uma projetada obra de esgotos. Um grupo queria, o dos limpos; e, na bandeira dos sujos, havia o lema *Tudo na praia!* Foram estes os vencedores. A cidade não tem esgotos; mas tem política...”.

Bem como já foi apresentado, SJDR só teria uma rede de esgotos em 1916 e, provavelmente, essas disputas políticas contribuíram para atrasar o processo de implantação dessas reformas. Assim, apenas uma parte da elite local percebia a higiene como elemento fundamental para se tornar civilizada e se apropriou dessas teorias, produzindo representações do discurso higienista,

evidenciando a forma como esse grupo enxergava a realidade, tendo a higiene como um dos pilares do projeto de civilização tão almejado pelos são-joanenses.

Essa elite se apropriou de discursos produzidos sobre as prescrições higiênicas, que já circulavam desde o Império, como sendo parte do pensamento republicano que transformaria o País, inspirando-se no modelo dos europeus, e superaria o atraso atribuído ao Período Imperial. Porém mesmo a higiene tendo circulado em SJDR no período estudado, nota-se que essa proposta se restringiu ao âmbito do discurso, pois a tão sonhada reforma urbana tardou a se concretizar.

Mesmo assim, o intento civilizatório da elite não deveria ficar restrito a esse grupo. O objetivo era disseminar a higiene e levar conhecimento ao restante da população. Para isso a imprensa teve um papel fundamental, fazendo com que a temática da higiene fosse debatida na cidade.

O papel educativo dos jornais, na tentativa de ensinar à população os preceitos higiênicos, guarda relação com a circulação desse tema na Escola Normal da cidade, pois ambos formavam uma aliança na tentativa, seja pela reforma urbana ou pela modificação de hábitos, de transformar São João del-Rei em modelo de civilidade.

4 A HIGIENE NA ESCOLA NORMAL DE SÃO JOÃO DEL-REI

Neste capítulo, o objetivo central é buscar compreender como discursos sobre a higiene que circularam no Brasil no final do século XIX e início do XX estiveram presentes na Escola Normal de São João del-Rei. Para isso, procurou-se compreender o lugar da higiene nos programas dessa escola, e ainda, analisar a circulação de tais práticas para além do ensino, compreendendo o funcionamento dessa escola pela noção de “cultura da higiene”.

Em Minas Gerais, desde os anos iniciais da República, o governo estabeleceu uma série de medidas visando a reformar o sistema educacional, com o objetivo de superar a precariedade da instrução primária e transpor o atraso do Período Imperial, objetivando civilizar os mineiros. Além disso, era necessário preparar os cidadãos para o trabalho e para a República, superando o passado imperial e escravista (GONÇALVES, 2006).

Nesse sentido, é fundamental o entendimento das propostas de reformas empreendidas pelo governo republicano logo em seus primeiros anos. A Lei nº 41, de 3 de agosto de 1892, conhecida igualmente como Reforma Afonso Pena, foi a primeira delas para a instrução pública e estabelecia a reforma para todos os níveis de ensino. Ela propunha, por meio da educação, entre outras questões, superar a herança do sistema escravista e criar condições para consolidar o projeto republicano. De acordo com Irlen Antônio Gonçalves (2006), no âmbito do ensino normal, essa reforma

Trouxe consigo uma grande expectativa, principalmente por parte do governo, pelo fato de esta proposta estar ligada à remodelação do ensino primário, uma vez que a proposição de formar o professor era fundamental para a reforma. Segundo o governo, com a ampliação do programa das escolas primárias, seria maior a exigência de formação do professorado (*Ibidem*, p. 43).

Assim, no artigo 158 da Lei nº 41, a Escola Normal ficou definida como um externato misto e de ensino profissional que deveria fornecer aos candidatos a professores do ensino primário a “educação intelectual, moral e prática necessária e suficiente para o bom empenho dos deveres de professor, regenerando progressivamente a escola pública de instrução primária” (MINAS GERAIS, 1892).

A formação de professores era peça essencial na reforma educacional proposta pelos republicanos, como se pode perceber por meio do ordenamento legal que pretendia regenerar a população por meio da educação. Porém, na prática, nos primeiros anos desse governo, os objetivos não foram alcançados como o almejado. Com base na análise do discurso do presidente do Estado, Jacques Bias Fortes, de 1895, Irlen Gonçalves (2006) mostra as dificuldades enfrentadas pelo governo, ressaltando que:

Sobre o professorado que estava em exercício e sobre o ingresso na carreira do magistério, [Bias Fortes] afirmou que o problema deixado pela reforma de 1892 dificultava o bom desempenho na lida escolar, pois a herança que a reforma deixou – o professor provisório e com um conjunto amplo de matérias para ser lecionadas – não dava margem para o desenvolvimento prático da instrução primária como se desejava (*Ibidem*, p. 44).

Além do extenso programa para o curso primário e da falta de docentes com formação adequada para esse fim, outro problema detectado nos anos iniciais da República era a precariedade no que se refere às questões higiênicas dos estabelecimentos de ensino. Segundo Bias Fortes (*apud* GONÇALVES, 2006, p. 46):

Em muitas localidades, principalmente nas cidades, não existem edifícios para as necessidades da instrução primária e em muitas outras os destinados para esse fim são de todo imprestáveis, que tenham em vista a higiene e a pedagogia, quer as comodidades do professor.

O governante se referia às escolas isoladas que eram descritas nos relatórios de inspetores como espaços improvisados, sem conforto ou higiene, sem material pedagógico e mobília escolar, entendidas como atrasadas e desorganizadas. Tais escolas, segundo Luciano Mendes de Faria Filho (1996), receberam duras críticas de governantes, professores e inspetores, influenciados pela circulação das “modernas” discussões pedagógicas europeias e americanas. Tal contato foi

Possível para alguns através de visitas e estudos fora do país e para outros, através de visitas comissionadas a outros estados brasileiros, como no caso de Estevam de Oliveira, o contato com as inovações pedagógicas, aliado ao exercício mesmo da inspeção, possibilitava a alguns inspetores, aos professores e mesmo aos políticos mineiros produzirem uma representação dos grupos escolares como a instituição que materializando as perspectivas e expectativas mais inovadoras e modernas em termos de instrução primária, significaria um rompimento definitivo com a escola imperial,

tradicional e arcaica, cuja representação acabada era a escola isolada (*Ibidem*, p. 29).

Dessa forma, os grupos escolares foram considerados os espaços mais adequados para a instrução primária.³⁵ Porém, antes do surgimento dessas instituições, um amplo debate referente a essa questão esteve presente, tendo a higiene um papel fundamental, como se pode perceber no relatório *Reforma do ensino público primário e normal de Minas Gerais*, do inspetor de ensino Estevam de Oliveira (1902):³⁶

Se, entretanto, às vistas de um observador consciencioso se desdobrava o quadro tristíssimo do mais descoordenado ensino elementar, na sua distribuição técnica, já por falta absoluta de rudimentar material didático, já por ausência completa, na generalidade dos casos, de aptidão profissional entre os preceptores pensionados pelo Estado; não menos apreensivo e entristecedor era o que se lhe antolhava, quer quanto à educação física do aluno, quer quanto à sua higiene, nos limites internos da escola. De um lado, crianças apinhadas em salas estreitíssimas, sem ventilação e iluminação convenientes, donde, para o visitante, aquele cheiro particularíssimo, nos logres aglomerados, que denuncia o viciamento morbígeno do ambiente respirável; de outro lado, esses mesmos alunos atirados por sobre assentos anti-higiênicos, aliás, propícios à sua deformação física, e onde permaneciam, durante horas de martírio interminável, com as pernas dependuradas, o dorso arqueado, os olhos fitos no livro entremeado de caracteres indecifráveis à sua inteligência atrofiada e mortificada, à infantil concepção daqueles pequeninos cérebros, tão prematuramente deformados, tanto pela escola como pela incompetência do mestre (*Ibidem*, p. 10).

No texto do inspetor, é possível notar a crítica à fragilidade das escolas isoladas, seja pelas precárias condições de materialidade, seja pela formação inadequada dos docentes. A ausência de condições higiênicas apropriadas poderia causar, segundo o inspetor, até mesmo a deformação física nos alunos. Dessa forma, o investimento em higiene escolar era fundamental para alcançar a educação física de meninos. Nesse contexto, a educação física não denominava uma disciplina escolar específica. No período estudado, o termo podia ser entendido como sinônimo de “higiene dos alunos”, conforme mostra Estevam de Oliveira:

³⁵ Os grupos escolares surgiriam, em Minas Gerais, somente após 1906, em Belo Horizonte. Sobre esse tema, ver Faria Filho (2002).

³⁶ Sobre o pensamento educacional de Estevam de Oliveira, ver o estudo de Marília Neto Kappel (2010).

Tanto vale dizer-se nua e puramente educação física, como higiene dos alunos. Nisto se há de compreender, por força, quer o exercício corporal, por meio da ginástica e de evoluções militares nos pátios dos estabelecimentos de ensino, quer quanto diga respeito à formação da sala de estudos, à distribuição da luz, ao renovamento do ambiente viciado de contínuo pela aglomeração, ao mobiliário e sua disposição, à hora dos trabalhos escolares, duração das lições, número de alunos por classe e por turma, refeição e recreio. E daí que provém a higiene escolar e, seu primeiro corolário, o fortalecimento muscular das crianças na escola, fundamento primário da educação física (*Ibidem*, p. 13).

A higiene escolar, segundo o inspetor, abrangia diversas dimensões do ensino, desde o ambiente e a organização da escola, passando pela educação do corpo. Dessa forma, considerada essencial como conteúdo a ser ensinado aos futuros docentes, a higiene escolar esteve presente nos programas oficiais do Estado para o ensino normal. Na análise da legislação educacional, incluindo leis e decretos entre 1890 e 1906, foi possível identificar o lugar ocupado pela higiene nesses programas, como se nota na tabela 3:

TABELA 3 - A presença da higiene nos programas oficiais de ensino

Ano	Lei/Decreto	Cadeira	Frequência e ano	Conteúdo
1890	Dec. 260	Metodologia	4º ano, três lições por semana	Higiene Escolar e Legislação do Ensino Primário
1892	Lei 41	Noções de Ciências Físicas e Naturais		Noções de Ciências Físicas e Naturais de Fisiologia, de Higiene e de Higiene Escolar
1893	Dec. 607	Noções de Ciências Físicas e Naturais	4º ano, duas lições por semana	Noções de Ciências físicas e Naturais de Fisiologia, de Higiene e de Higiene Escolar
1898	Dec. 1175	Princípios gerais da educação, metodologia, instrução moral e cívica, higiene escolar e legislação do ensino primário	4º ano	Noções de Higiene Escolar aplicadas às lições, ao prédio e à mobília escolar, e Legislação do Ensino Primário

1906	Dec. 1908	Pedagogia	4º ano	Prédio escolar, suas condições pedagógicas, sua exposição e situação. Ventilação e iluminação do prédio escolar
------	-----------	-----------	--------	---

Fonte: MINAS GERAIS. APM. Coleção de Leis e Decretos de Minas Gerais (1890; 1892; 1892; 1893; 1898; 1906).

É possível identificar conexão entre o que defendia Estevam de Oliveira, em seu relatório, e o ordenamento legal nos primórdios da República, pois a preocupação desse inspetor com a higiene escolar se relaciona com a presença de tal conteúdo nos programas oficiais de ensino. A tabela 3 mostra que a higiene esteve ora ligada à Pedagogia e Metodologia, ora às Ciências Físicas e Naturais.

A presença do tema higiene nos programas oficiais destinados às escolas normais também foi analisado por Célia A. Rocha (2010). Segundo essa autora, em Minas Gerais:

A inserção da Higiene se concretizou, no ano de 1892, vinculada às ciências naturais e, assim permaneceu até o ano de 1916. Sua inserção foi pensada tendo em vista o projeto de modernidade, civilidade e cidadania que se queria implantar no estado, simbolizada pela construção da cidade de Belo Horizonte (*Ibidem*, p. 150).

Essa análise de Rocha guarda relação com a Lei nº 41 e também com os programas da Escola Normal modelo da capital, criada em Belo Horizonte depois de 1906. No entanto essa afirmação não abrange todas as escolas normais do Estado, principalmente no final do século XIX e início do XX. A pesquisa na legislação educacional quando da inclusão dos decretos elencados na tabela 3 amplia a presença da higiene vinculada a outras cadeiras antes de 1916.

O ordenamento legal descrito na tabela 3 aponta que a higiene esteve relacionada ora à “Pedagogia” ou “Metodologia”, ou seja, aos métodos necessários ao professor do ensino primário, ora à cadeira de “Ciências Físicas e Naturais” relacionada à Fisiologia. Assim, a higiene dos espaços, do corpo, do ambiente, da preservação da saúde e dos hábitos higiênicos foram aspectos considerados importantes em Minas Gerais, no período abrangido neste estudo. Estevam de Oliveira (1902) ainda defendia que a Educação Física

É parte integrante nas disciplinas dos cursos primário e normal, se deve ter em vista que a referência não visa somente à hipótese de exercícios corporais que fortaleçam os músculos e os ossos e revigorem as forças perdidas com a fadiga intelectual; porém que atinge a um conjunto harmônico e indivisível de regras higiênico pedagógicas, agora fixadas e estabelecidas por profissionais competentes, sem que o preceito se tornará simples parte decorativa na legislação escolar (*Ibidem*, p. 13).

Assim, Estevam de Oliveira defendia que as prescrições higiênicas não deveriam se restringir à legislação e que elas deveriam alcançar às escolas. Dessa forma, buscou-se compreender a conexão entre o ordenamento legal e o lugar ocupado pela higiene nos programas da Escola Normal de São João del-Rei. Para tanto, foi realizada pesquisa na documentação produzida pela escola, principalmente nos programas de ensino e pontos para exames, elaborados pelos professores dessa instituição.

Na ENSJDR, verificou-se que a higiene esteve presente nas cadeiras de “Ciências Físicas e Naturais” e “Pedagogia”, conforme regulado pela legislação. Porém, nessa escola, a higiene escolar também alcançou a cadeira anexa de ensino primário, a “Aula Prática do Sexo Feminino” e a cadeira de “Ginástica e Evoluções Militares”:

TABELA 4 - Cadeiras da Escola Normal de São João del-Rei que incluíam a higiene

Cadeira	Professor/Professora	Período
Ciências Físicas e Naturais, Fisiologia da Higiene	Antônio Augusto de Campos Cunha	1890-1906
Pedagogia, Higiene, Instrução Moral e Cívica, Legislação do Ensino Primário	Francisco de Paula Pinheiro	1890-1906
Aula Prática do Sexo Feminino	Paulina Emília de Oliveira H. Cardoso	1890-1906
Ginástica e Evoluções Militares	João Batista Campos Cunha	1894 ³⁷ - 1898 ³⁸

Fonte: MINAS GERAIS. APM. Fundo SI. Série 4.2. Caixas 12 a 29.

³⁷ Em 1894, outras escolas normais também nomearam professores de “Ginástica e Evoluções Militares”, como as de Paracatu, Uberaba, Campanha, Montes Claros e Araçuaí (ROMÃO, 2012).

³⁸ Segundo Estevam de Oliveira (1902), a supressão, em 1897, da cadeira de “Ginástica e Evoluções Militares” nas escolas normais se deu por medida de economia.

Com base na tabela 4, nota-se que a cadeira de “Ciências Físicas e Naturais” e “Fisiologia da Higiene”, do professor Antônio Augusto de Campos Cunha, também tratava da higiene, no entanto foram localizados apenas três pontos para exames, de 1895, 1897 e 1898, referentes às matérias de “Ciências Físicas e Naturais”³⁹ e nada foi localizado sobre a matéria “Fisiologia da Higiene”. Essa lacuna pode apontar para a ausência da higiene nessa cadeira ou apenas que tais fontes não foram encontradas. No que se refere à “Aula Prática do Sexo Feminino”, foi localizado apenas um programa, de 1896, indicando a presença do conteúdo “Noções de Higiene” para o curso primário urbano.

Pela escassez de fontes das cadeiras acima, optou-se por enfatizar a presença da higiene em duas, nas quais se encontrou quantidade significativa de fontes: a de “Pedagogia, Instrução Moral e Cívica, Legislação do Ensino Primário e Higiene Escolar” e a cadeira de “Ginástica e Evoluções Militares”.

4.1 Higiene e espaços escolares

A cadeira do professor Francisco de Paula Pinheiro era formada pelas matérias “Pedagogia, Instrução Moral e Cívica, Legislação do Ensino Primário e Higiene Escolar”, divididas ao longo dos 2º, 3º e 4º anos do Curso Normal. Essa incluía conhecimentos considerados fundamentais para o exercício da docência, sendo que, no 4º ano, haveria uma recapitulação de todas as matérias do 2º e do 3º ano e também seria dada uma maior ênfase à higiene na matéria “Noções de Higiene Escolar” (MINAS GERAIS. APM. Fundo SI. Série 4.2. Caixas 17-19, 24). Essa divisão estava em conformidade com o ordenamento legal, pois, de acordo com o Decreto 607, de 1893, que regulamentava o funcionamento das escolas normais, as matérias “Higiene Escolar” e “Legislação do Ensino Primário” ficariam a cargo do professor de “Pedagogia” (art. 10).

A presença desse conteúdo na cadeira de “Pedagogia”⁴⁰ da Escola Normal de São João del-Rei foi analisada por meio dos programas para ensino, elaborados pelo professor Francisco de Paula Pinheiro, conforme exposto na tabela 5:

³⁹ Essa matéria abrangia principalmente os seguintes temas: Botânica, Química, Física, Anatomia e Zoologia.

⁴⁰ O termo cadeira de “Pedagogia” foi utilizado englobando todas as matérias.

TABELA 5 - Programas para ensino da cadeira de “Pedagogia, Instrução Moral e Cívica, Legislação do Ensino Primário e Higiene Escolar” que abordam a higiene

Data	Ano/matéria	Programa
1897	2º Pedagogia	5. Móvel escolar 6. Organização escolar, classificação dos alunos, suas bases 7. Local da escola, suas condições e edifício 23. Ensino de ginástica
1897	3º Pedagogia e Metodologia	14. Organização escolar, classificação dos alunos, suas bases 29. Método do ensino de ginástica
1897	4º Noções de Higiene Escolar	1. Higiene, definições, sua divisão 2. Higiene escolar 3. Edifício escolar 4. Sala escolar, relativamente ao aluno 5. Aptidões fisiológicas 6. Atmosfera da sala escolar 7. Ventilação da sala escolar 8. Temperatura da sala escolar 9. Claridade ou luz escolar 10. Exercícios ginásticos
1899-1900	4º Noções de Higiene Escolar	1. Higiene 2. Higiene da escola e da criança 3. Sala relativa ao aluno 4. Sala escolar, relativamente ao aluno 5. Aptidão fisiológica 6. Atmosfera da sala escolar 7. Ventilação da sala escolar 8. Temperatura da sala escolar 9. Claridade ou luz escolar
1901	2º Pedagogia	6. Local da escola 7. Edifício da escola 8. Organização escolar. Classificação dos alunos
1901	4º Noções de Higiene Escolar e Legislação do Ensino Primário	1. Higiene 2. Higiene da escola e da criança 3. Sala relativa ao aluno 4. Sala escolar, relativamente ao aluno 5. Aptidões fisiológicas 6. Atmosfera da sala escolar 7. Ventilação da sala escolar 8. Temperatura da sala escolar 9. Claridade ou luz escolar

Fonte: MINAS GERAIS. APM. Fundo SI. Série 4.2. Caixas 17-19, 24.

Com base nesse quadro, é possível perceber que, nos 2º e 3º anos, a higiene esteve presente como parte dos pontos da matéria de “Pedagogia”, mas era

no 4º ano que se atribuía maior ênfase a esse conteúdo. Tais programas confirmam que, nos primeiros anos, a higiene aparece mesclada à matéria de “Pedagogia”, depois esta começa a ser mais aprofundada e ter os pontos mais detalhados na matéria “Noções de Higiene Escolar”.

Por “Higiene Escolar” entendia-se, segundo a prova da aluna Leocádia Augusta Godinho,⁴¹ “O conjunto de regras e preceitos que tem por fim conservar a saúde das crianças que frequentam as escolas” (MINAS GERAIS. APM. Fundo SI. Série 4.2. Caixa 24).

Ainda sobre a tabela 5, no programa de 1897, do 2º ano, a matéria de “Pedagogia” aborda o ensino da ginástica no ponto 23. Já no 4º ano, na matéria “Noções de Higiene Escolar”, os exercícios ginásticos compreendiam o ponto 10. É possível que, conforme defende Estevam de Oliveira (1902), a educação física e a higiene dos alunos fossem consideradas como equivalentes, e que os exercícios corporais fossem entendidos como parte da educação física dos educandos.

Além disso, no programa da cadeira de “Pedagogia”, de 1897, Francisco de Paula Pinheiro esclarece que o autor adotado para a matéria “Pedagogia” seria José Maria da Graça Affreixo (1890) e, para as outras matérias, o próprio professor seria o responsável pela elaboração dos pontos. Como se pode observar na tabela 5, a matéria de “Pedagogia” também aborda a questão da higiene e ainda é possível que o referido manual tenha servido como referência para elaboração dos pontos da matéria de “Noções de Higiene” pelo professor da cadeira. Na biblioteca da Escola Normal, foi possível localizar referência a esse manual em uma lista de livros que se encontra anexa ao relatório do inspetor de ensino Albino de Alves Filho (1901).⁴² É provável que esse manual seja o coordenado por José Maria Graça Affreixo e Henrique Freire, intitulado *Elementos de Pedagogia para servirem de guia aos candidatos ao magistério primário*, publicado em Lisboa, sendo a primeira edição de

⁴¹ Tal prova foi reproduzida integralmente no anexo I pela sua particularidade. Esta foi encontrada anexa ao relatório do inspetor extraordinário de Ensino, Albino Alves Filho, de 1901, em visita à Escola Normal de São João del-Rei. Entre outros documentos anexos, há uma prova de cada cadeira e, entre as várias provas da cadeira de “Pedagogia”, essa foi escolhida para integrar o dito relatório. É possível que esse exame tenha sido escolhido porque se refere ao ponto nº 1, denominado “Higiene”, e apresenta uma síntese de vários aspectos referentes a essa temática.

⁴² Essa lista foi elaborada pelo secretário da Escola Normal, Arthur Golshing, em 1901, e relaciona mais de 400 títulos (em francês, inglês e português) tratando temas diversos, como Aritmética, Geometria, Física, Química, Botânica, Medicina, Geografia, História, Religião, Política, Filosofia, Economia, Ortografia, Literatura e revistas pedagógicas, além de gramáticas e dicionários (APM. SI. Série 4.2. Caixa 24).

1870 (MARTINEZ; LOPES, 2011). Esse manual trata da “Pedagogia” e também da “Higiene”.

Carlota Boto (2007) analisou a edição de 1879 e ressalta que, nesse manual, a “Pedagogia” é definida como “o conjunto de princípios que presidem a educação das crianças, e das leis que sobre esses princípios se formam” (AFFREIXO; FREIRE *apud* BOTO, 2007, p. 8). A didática seria a forma de relacionar princípios e leis necessários ao professor na prática docente, e a Educação era entendida como “o esforço que se emprega para tornar as crianças capazes de preencherem, com a máxima perfeição possível, o seu destino” (AFFREIXO; FREIRE *apud* BOTO, 2007, p. 8). Analisando esse manual, Carlota Boto (2007, p. 2) ressalta:

A observação das atividades escolares e a própria ação do magistério seriam os fundamentos de normalização de um roteiro pedagógico voltado para prescrições diretas e imposições de condutas por suposto científicas, e de maneiras de atuar pretensamente inequívocas; sem exigir, portanto, maiores justificativas. É como se a pedagogia fosse um caleidoscópio universal e inconfundível de receitas para a ação em momentos específicos para os quais a arte estaria no acúmulo de experiência e no bom senso de se encontrar a resposta acertada para aquela referida situação particular.

Assim, esse manual destinado à formação de professores objetivava construir o “padrão da lição e do exercício como dinâmica inscrita por si mesma na lógica da escolarização” (*Ibidem*, p. 2). No que se refere à higiene, o texto ressalta a necessidade de preocupação com o local onde seria construído o prédio escolar, assim como as características que deveriam ter o edifício e o mobiliário adequado. Dessa forma, o manual preconizava que

A localização da casa da escola deverá ser central, de modo a tornar-se acessível à população de crianças que acorrerão aos estudos; mas deve também ser suficientemente isolada, de maneira a evitar ruídos ou movimentação de qualquer tipo que possa desviar a atenção das crianças de seus estudos. Convém que o edifício seja – diz o texto – exposto ao nascente e rodeado de um jardim; para que a ventilação não se torne ali um problema (BOTO, 2007, p. 2).

Assim, esse manual de Pedagogia defende que o prédio da escola deveria ser ventilado, evitando que a ausência de circulação do ar fosse um agente gerador de doenças. Sobre o mobiliário adequado e higiênico, os autores defendiam que este era essencial para a saúde dos alunos, pois

A cabeça inclinada sobre a banca, o tronco curvado e fora de sua posição natural, além de darem uma feia posição ao aluno, são prejudiciais à saúde porque originam a afluência de humores ao cérebro e comprimem o peito. A criança na escola deve conservar-se reclinada sobre as costas para o que a mobília deve ter o conveniente encosto (AFFREIXO; FREIRE *apud* BOTO, 2007, p. 39).

Tal manual ansiava ensinar o docente a ensinar. Assim, os autores expunham problemáticas e apontavam soluções em tom prescritivo. Dessa forma “Cumprira erigir um padrão civilizatório, onde os bons hábitos morais pudessem derivar da boa conformação disciplinar do corpo adestrado” (BOTO, 2007, p. 7).

O manual circulou no Brasil e há indícios de seu uso para o ensino da “Pedagogia” nas Escolas Normais da Corte e de Campos, no final do século XIX.⁴³ Nessa pesquisa, consultou-se a oitava e última edição, de 1890, que, segundo Martinez e Lopes (2011), foi

Substancialmente ampliada, aprofundando os conhecimentos gerais e acrescentando observações metodológicas sobre cada uma das disciplinas que deveriam compor os programas das escolas elementares, daí talvez a pretensão de que ele fosse usado não só para a entrada no magistério, mas como guia da ação de quem já estava na sala de aula como docente (*Ibidem*, p. 3).

A referência à utilização do manual na Escola Normal de São João del-Rei não faz menção a qual edição foi adotada pelo professor Francisco de Paula Pinheiro. Porém, mesmo sem essa definição, foi possível identificar, na edição de 1890, aspectos abordados pelo professor de Pedagogia. No capítulo 6, os autores, José Maria da Graça Affreixo e Henrique Freire, definem que a higiene das escolas

Não difere essencialmente da higiene considerada geral, quanto às pessoas e aos edifícios; mas, porque nos ocupamos de pedagogia, indicado está que devemos nos ocupar deste assunto sob dois pontos de vista: 1º estudando as condições que o aluno deve ser educado; 2º procurando ensinar aos alunos, como hão de reger-se na prática da vida, para conseguirem a sua perfeição mecânica e fisiológica (AFFREIXO; FREIRE, 1890, p. 94-95).

⁴³ Para mais informações sobre a circulação desse manual em Portugal e no Brasil, ver Martinez (2009) e Martinez e Lopes (2011).

Assim no primeiro “ponto de vista” os autores propõem o estudo das “condições higiênicas em que o aluno deve viver na escola, a fim de sair dela sadio” (*Ibidem*, p. 95), sendo esta a perspectiva mais abordada na cadeira de “Pedagogia” da Escola Normal de São João del-Rei. Com a análise dos pontos estabelecidos para os exames⁴⁴ da ENSJDR, nota-se a conexão entre estes e o manual de Graça Affreixo e Henrique Freire nos itens relacionados à higiene, pois a luz, o local, o prédio e a mobília escolar eram temas recorrentes, como é possível perceber em alguns pontos descritos na tabela 6:

TABELA 6 - Pontos para exame da cadeira de “Pedagogia, Instrução Moral e Cívica, Legislação do Ensino Primário e Higiene Escolar” que abordam a higiene

Data	Ano	Pontos
1891	3	11. Higiene da escola e ginástica 15. Educação física, natureza e importância – aula alimentação, ar e luz; vestidos e asseios
1892	3	2. Diversas espécies de escolas, local, edifício e mobília 3. Organização da escola, classificação dos alunos, divisão do trabalho e do tempo, disciplinas e tempos 10. Ensino do canto coral e da ginástica
1895	3	3. Local da escola, condições do edifício. 5. A mobília 6. Organização escolar, classificação dos alunos, suas bases principais 19. Ensino de ginástica
1896	3	4. Mobília escolar 14. Organização de uma escola, divisão dos alunos, programa das matérias e tempo a empregar
1897	3	3. Local da escola, condições do edifício 5. Organização escolar, classificação dos alunos, suas bases principais 8. Educação física, moral e intelectual
1902- 1903	3 e 4	6. Local da escola 7. Edifício escolar 8. Organização escolar

⁴⁴ Os pontos para exame não poderiam diferir dos programas de ensino, pois existia a possibilidade de um candidato a professor prestar exame sem frequentar as aulas, conforme determina o artigo 239 da Lei 41, de 1892: “É permitido a qualquer pessoa requerer exames vagos das matérias constitutivas do curso normal, a fim de obter o diploma de normalista”.

1903	<ul style="list-style-type: none"> 3. Local da escola 4. Edifício da escola 5. Móvel escolar 6. Organização escolar, classificação dos alunos
------	---

Fonte: MINAS GERAIS. APM. Fundo SI. Série 4.2. Caixas 12, 17, 19, 24-25, 29.

A existência desses pontos em meio à documentação produzida pela Escola Normal não significa que todos tenham sido abordados pelo professor. No entanto as provas escritas indicam temas que possivelmente foram trabalhados por Francisco de Paula Pinheiro.⁴⁵ As provas identificadas referentes à higiene foram descritas na tabela 7:

TABELA 7 - Provas da cadeira de “Pedagogia, Instrução Moral e Cívica, Legislação do Ensino Primário e Higiene Escolar” que abordam a higiene⁴⁶

Data	Ano	Tema	Quantidade
1893-1899	3	Organização escolar, classificação dos alunos, divisão do trabalho e do tempo	22
1894	3	Móvel, organização escolar, classificação dos alunos, divisão do trabalho e do tempo	1
1894	3	Diversas espécies de escola, local e edifício	1
1896	4	Atmosfera da sala escolar	4
1897	4	Aptidões fisiológicas	15
1898		Higiene da escola e da criança	6
1898	2	Local da escola, condições do edifício	6
1899	4	Clareza e luz escolar	6
1900	4	Ventilação escolar	11
1900	4	Sala relativamente ao aluno	7
1900	4	Higiene ⁴⁷	1
1906	3	Local da escola	9
1907	3	Móvel escolar	3
Total de provas			92

Fonte: MINAS GERAIS. APM. Fundo SI. Série 4.2. Caixas 12-29.

⁴⁵ É necessário ressaltar que as provas escritas não eram a única forma de avaliação; também existiam as provas orais. Estas não foram abordadas nessa pesquisa e existem poucos registros sobre elas.

⁴⁶ Em meio à documentação pesquisada, encontram-se aproximadamente 600 provas da Escola Normal de São João del-Rei, de diversas cadeiras. Desse montante, foram identificadas mais de 120 referentes à higiene. No entanto, para a elaboração dessa tabela, foram selecionadas as provas que estavam completas, ou seja, com todas as páginas e que fossem integralmente legíveis.

⁴⁷ Esta prova, como mencionado, está reproduzida integralmente no anexo I.

Com base nesse levantamento de 92 provas, foi possível identificar 13 pontos referentes à higiene, abordando principalmente temas que se relacionam com os programas de ensino (tabela 5) e com os pontos para exame (tabela 6), sendo o local, a circulação do ar, a mobília e a incidência de luz mais adequados ao ambiente escolar, temas recorrentes nas provas. Além disso, estas abordam a necessidade do ensino da higiene nas escolas primárias, a preocupação com a saúde dos alunos e a higiene do corpo. Tendo em vista tal perspectiva, selecionaram-se algumas consideradas mais representativas desse conjunto, que apresentam as noções de higiene ensinadas na Escola Normal de São João del-Rei.

A prova da aluna Altiva Helena de Bustamante Fraga, de 1896, trata do tema *Atmosfera na sala escolar*⁴⁸ e, segundo a aluna, “É um dos pontos que mais deve chamar a atenção do arquiteto [...], porque nela, mais do que em outra parte, passam uma porção grande do tempo”. A aluna segue explicando que a sala tem de ser projetada pensando-se em quantos alunos receberá. Segundo a normalista, cada estudante deve ocupar um metro quadrado. Outro aspecto importante da prova é quando Altiva menciona a importância do ar e da sua circulação, pois crianças entre 8 e 15 anos têm uma respiração mais ativa, ou seja, supostamente absorvem mais oxigênio e liberam mais gás carbônico, e por isso o ambiente da sala de aula precisa ser mais ventilado que outros espaços.

Ainda sobre a *Atmosfera escolar*, o exame da aluna Joaquina Natalina de Araújo, também de 1896, traz um detalhamento interessante, revelando:

Todos os higienistas escolares são de opinião que a dimensão da sala de aula só pode ser calculada em vista do número de alunos que se tem de receber. Assim exemplificando, entendem que cada aluno deve ocupar de superfície um metro quadrado [...], estes cálculos devem ser de conformidade com as condições climáticas dos lugares. Na Bélgica, garante-se uma atmosfera pura e sã com 64 centímetros quadrados por aluno. A superfície e a altura mostram a capacidade da aula e o volume de ar respirável que deve conter. O ar essencial à vida não é outra coisa mais do que um fluido elástico mais ou menos sutil e pesado que envolve o globo e que tem uma espessura calculada em 60 ou 70 quilômetros e segundo outros em muito mais. Compõe-se de 21 partes de gás de oxigênio e de 79 partes sobre 100 de azoto.⁴⁹ Há também uma parte pequena de gás carbônico, calculada em 4 ou 6 décímetros de seu volume, isto é, se um litro

⁴⁸ MINAS GERAIS. APM. Fundo SI. Série 4.2. Caixa 19. 1896.

⁴⁹ O mesmo que nitrogênio.

de ar estão 79 de azoto em 20,9 de oxigênio da composição do ar atmosférico respirável pelos alunos resulta a necessidade do estudo desse fenômeno, principalmente na escola. Lavoisier, que estudou esse fenômeno penetrando na sua natureza, mostrou conversão operada pelo oxigênio do sangue venoso, em sangue arterial, do sangue negro impróprio para a vida em sangue vermelho e nutritivo. Por isso, numa sala escolar onde não se respirasse oxigênio, produzir-se-ia em um certo número de horas a morte por asfixia (MINAS GERAIS. APM. SI. Instrução Pública. Escola Normal. Caixa 16. 1896).

A aluna mostrou que a atmosfera da sala de aula era um tema relevante, pois a saúde das crianças dependia disso. Para isso usou o argumento científico dos que denominou “higienistas escolares”,⁵⁰ que podiam ser arquitetos, médicos ou cientistas, que abordavam a questão da higiene no espaço escolar. Além disso, fez referência a países considerados mais civilizados, como a Bélgica, e ao cientista Lavoisier. O discurso científico era considerado o verdadeiro, o que legitimava a necessidade da circulação do ar no ambiente da sala de aula e, caso isso não ocorresse, poderia até ocasionar a morte dos alunos. Por ter referência à Bélgica, a aluna alerta sobre a diferença climática.

Sobre essa questão da circulação do ar, também é possível encontrar o tema *ventilação da sala escolar*. A prova da aluna Anna Augusta da Conceição, de 1899,⁵¹ mostra essa questão e, em defesa da ventilação e do ar puro, a aluna afirma: “É indispensável estabelecer uma boa ventilação. Todos sabem que o ar puro é um grande auxiliar da vida e que os golpes de um ar impuro são mais fatais que os golpes de uma espada”. Para uma boa ventilação, a normalista diz que os “higienistas pedagógicos” tratam de dois modos de ventilação: o natural e o mecânico. O natural seria decorrente das grandes janelas que deixariam o ar correr; e a ventilação mecânica, segundo ela, era a mais aconselhada: dois tubos de ar fariam o ar circular numa sala com 50 alunos. Ainda sobre isso, o aluno Antônio Romualdo Salvador Fábregas, em 1900, afirma que:

A higiene escolar deve ser como toda a higiene: conservadora, progressiva e regeneradora. A ventilação é além de conservadora, regeneradora da atmosfera. É indispensável se estabelecer uma boa ventilação. Todos sabem que o ar puro é um ótimo auxiliar para a vida (MINAS GERAIS. APM. Fundo SI. Série 4.2. Caixa 29. 1900).

⁵⁰ Em outras provas, também aparece a denominação “higienistas pedagógicos”.

⁵¹ MINAS GERAIS. APM. Fundo SI. Série 4.2. Caixa 29. 1899.

A iluminação da sala escolar também foi um tema recorrente nas provas. No ponto *claridade e luz escolar* na prova do aluno [Salattiel] Rodrigues de Melo,⁵² de 1899, existe a alegação de que uma sala sem luz prejudica a aprendizagem dos alunos e também o excesso de luz pode ser igualmente prejudicial. Por isso diz que há uma fórmula, inventada pelos alemães, para calcular a luz correta: “Multiplica-se a altura da janela pela largura e este produto pelo número de alunos, o quociente será de 300 polegadas quadradas para cada aluno”. Ainda sobre a luz escolar, a prova de Mercedes Müller mostra as apropriações dos chamados “higienistas pedagógicos”, nesse caso o Dr. A. Riant.⁵³ A normalista relata que este

Diz que a luz de uma escola não deve simplesmente ao educado o sentido plástico ou das formas, é mister ainda que a luz seja tanto que possa verificar os sentidos dos alunos. Para realizar toda a luz necessária deve-se abrir nas paredes fendas que tem o nome de janelas. É preferível haver menor número de janelas, mas que sejam estas largas exteriormente a um metro e 25 centímetros e sempre proporcionais ao conjunto das portas do edifício. Entre as formas [...], arqueada e retangular deve-se preferir esta. De tudo isso, conclui-se que a luz nunca deve estar em frente aos alunos, a intensidade poderia gravemente prejudicar aos órgãos visuais dos alunos, produzindo irritação nesse sentido (MINAS GERAIS. APM. Fundo SI. Série 4.2. Caixa 16. 1899).

As prescrições desse médico, e professor de higiene, referentes à iluminação, relacionam-se ainda com o mobiliário. Estevam de Oliveira (1902), que também faz referência a A. Riant ao longo de seu relatório, entre outras questões, defende que um mobiliário inadequado aos alunos poderia ocasionar doenças como a “miopia escolar”, que, segundo este,

Mais facilmente se produzirá, se o aluno, durante os seus trabalhos, se ver forçado a uma posição viciosa no seu banco, se ceder à disposição, já frequente, de diminuir as distâncias entre a vista e os livros, ou mesmo se defeituosa colocação do mobiliário lhe proporcionar e impuser até pernicioso atitude à sua saúde (*Ibidem*, p. 14).

Além de ser tema de relatório do inspetor de ensino Estevam de Oliveira, a mobília escolar foi um dos pontos para exames em 1892, 1895, 1896 e 1903,

⁵² MINAS GERAIS. APM. Fundo SI. Série 4.2. Caixa 16. 1899.

⁵³ O Dr. A. Riant se formou em Medicina pela faculdade de Paris e foi professor de Higiene da Escola Normal de Seine. Além disso, escreveu *Hygiene Scolaire: influence de l'école sur la santé des enfants* e, de acordo com Vago (2002), há indícios de que essa obra circulou no Brasil.

conforme mencionado na tabela 6, e foi tema de algumas provas, entre elas a de Geraldo Soares de Faria, de 5 de janeiro de 1907,⁵⁴ na qual o aluno define:

A mobília escolar é o conjunto de objetos que servem para facilitar e tornar mais ameno o ensino nas escolas primárias. É de extrema necessidade, e tanto assim é que nos países civilizados prestam a esse assunto tanta atenção como ao preparo mesmo dos professores. Ela compõe-se de objetos vários, como cadeiras, bancos, mesas, carteiras, mapas murais, globos geográficos, contadores mecânicos, etc. A sala escolar deve ser vasta, aberta aos quatro cantos, arejada, cercada de um jardim. Num estado mais elevado ficará o lugar do professor, para poder inspecionar os trabalhos escolares. As carteiras devem conter no máximo seis alunos, devem ser munidas de parafuso de modo a se pode elevar ou abaixar conforme a necessidade de cada aluno (MINAS GERAIS. APM. Fundo SI. Série 4.2. Caixa 28. 1907).

Essa questão sobre a importância da adaptação do mobiliário ao aluno, e não o contrário, igualmente foi uma preocupação de Estevam de Oliveira, tanto que o inspetor destinou um capítulo inteiro ao mobiliário escolar. Eis o que afirma: “Sem esta adaptação, que deve atender às minúcias particularíssimas, técnica e pacientemente estudadas por autorizados profissionais, não há higiene completa na escola”, pois um mobiliário inapropriado poderia causar problemas de coluna nos educandos (OLIVEIRA, 1902, p. 18).

A localização dos prédios escolares e as condições em que o edifício deveria ser construído foi outro tema do relatório em questão. Ademais esses assuntos foram aventados nos pontos para exame de 1892, 1895, 1897 e 1902-1903, e também foram recorrentes nas provas, como na seguinte, parcialmente transcrita, de “Pedagogia”, do 3º ano, em que o ponto três tem como tema *O local da escola*. Nessa prova, o aluno defende que a escola deveria ser:

I Propriedade da paróquia ou do município – A escola em casas que primitivamente não forem destinadas a esse fim está sujeita aos inconvenientes gravíssimos um dos quais consiste em sofrer contínuas mudanças, e outro em não possuir as indispensáveis condições de ventilação – ar ou luz.

II Central – Prestar-se-á com esta providência igual possibilidade de frequência a todos os alunos da circunscrição a que a escola se destina.

⁵⁴ Provavelmente esta foi uma das provas finais do ano de 1906 (último ano de funcionamento da ENSJDR).

III Isolado – Evitar-se-á que o ruído exterior desvie a atenção das crianças. Deve ter-se principalmente grande cuidado em não avizinhar a escola de lojas de bebidas, casa de jogos e costumes desregrados.

IV Acessível a todos os ventos – o ar precisa constantemente ser renovado, e por isso não convém nas vizinhanças estrumeiras nem outros focos cujas instalações metíficas possam prejudicar a saúde dos alunos (MINAS GERAIS. APM. Fundo SI. Série 4.2. Caixa 28. 1906).

É fundamental perceber nessa prova como os pontos relativos à higiene escolar se relacionam. A escola deveria estar localizada em local adequado às condições de ventilação e iluminação. Além disso, no que diz respeito à posição do edifício escolar, este deveria ser, de acordo com a aluna Zulmira Müller:

1º exposto ao nascente. Esta posição é a que mais convém, voltada ao sul sujeitaria aos alunos sofrerem excessiva calma durante o verão. Os frios intensos são peculiares a todas as construções cuja frente olha ao norte [...] 2º rodeado de um jardim concorre essa circunstância para tornar agradável e quase sempre nauseabunda a atmosfera quando contém muitos alunos em pouco estreito ventilado espaço. 3º assaz espaço para que nele o professor possa ter sua habitação [...] 4º traçado de modo que entre a escola e a casa particular do professor haja comunicação interna (MINAS GERAIS. APM. Fundo SI. Série 4.2. Caixa 12. 1898).

Esse fragmento indica alguns assuntos interessantes. Junto a questões higiênicas consideradas fundamentais ao prédio escolar, mostra que o professor deveria ter sua habitação anexa à escola. E ainda sobre o docente, além de viver junto à escola, este era responsável pela higiene do espaço escolar, como indica uma prova do 2º ano, do aluno José de Paula Moreira, a respeito do ponto seis: *organização escolar; classificação dos alunos e suas bases*. Nesse ponto, são apresentados quais eram os cuidados essenciais ao professor no início da carreira, após tomar posse:

I classificar os alunos. II dividir o tempo do horário pelas disciplinas. III assentar nos meios disciplinares que haja de empregar para estimular ou reprimir os alunos. IV tomar todas as precauções higiênicas que estiver ao seu alcance (MINAS GERAIS. APM. Fundo SI. Série 4.2. Caixa 12. 1897).

As provas elencadas até o momento, em seu conjunto, abordam o ambiente, ou segundo Gondra (2002), a *circunfusa*,⁵⁵ pois tratam da construção das

⁵⁵ José Gonçalves Gondra (2002), conforme citado anteriormente, utiliza o modelo de classificação de Michel Levy e Alfred Becquerel. Assim, é essencial destacar a presença dos Tratados de Higiene,

escolas, da importância da luz correta e da circulação do ar para que as escolas tivessem boas condições de higiene. Entendendo-se como *circunfusa*:

Um conjunto de observações referentes à localização dos estabelecimentos escolares apoiadas em argumentos que remetem a um discurso baseado em certo determinismo geográfico e climático, a partir do que questões sociais são explicadas, determinados projetos são elaborados e as intervenções nele previstas são legitimadas (GONDRA, 2004, p. 165).

Ao referenciar à questão do determinismo geográfico e climático, o autor se refere à Corte Imperial, descrita por diversos autores como sendo um ambiente inadequado “à vida moral, intelectual e fisicamente sadia”, não devendo, de acordo com os médicos, abrigar os colégios, pois o clima e a geografia eram considerados prejudiciais. Assim, Dr. Coutinho defende em sua tese que:

O ar que se respira nas cidades não é certamente saudável; a cidade do Rio de Janeiro reúne as causas que viciam grandes centros da população, a sua topografia sem dúvidas em más condições, edificada em um extenso vale, circundada de altas cordilheiras, com diferentes colinas, semeadas em sua área, em um terreno outrora paludoso, não oferece à saúde um estado permanente. Se até hoje a mortalidade não é para atemorizar, talvez isso seja devido às belas florestas que coroam as montanhas das cidades, as quais contribuem para a purificação do ar atmosférico. A muralha de granito, que cinge a nossa cidade, confina o ar viciado pelas emanções diversas que abundam as grandes cidades; os paúes da cidade nova, as ruas estreitas não niveladas, as colinas que embaraçam a livre circulação do ar, e que despejam de envolta com as águas das chuvas e detritos vegetais, são causas capazes de destruir a mais forte organização (COUTINHO, 1857 *apud* GONDRA, 2004, p. 166).

Assim, a capital do Império era descrita como imprópria para a construção de colégios. Dessa forma, como apostar no seu desenvolvimento e civilização? Doutor Coutinho indica um “remédio” em relação à instalação dessas instituições escolares:

Assim julgamos conveniente que os colégios fossem situados nos arrabaldes, os quais são entre nós admiráveis, quer pela beleza da situação, quer pela salubridade. As boas condições da localidade consistem na sua exposição aos raios solares, e aos ventos em um terreno enxuto e elevado, isento de paúes, ou afastado de sua influência deletéria; um terreno recentemente derrubado é inconveniente por causa do húmus, matéria constituída por um detrito vegetoanimal que serve de nutrição aos

de Levy e Becquerel, na lista de livros da biblioteca da Escola Normal de São João del-Rei. Entendendo que tal aspecto indicia a circulação dessas obras na escola.

vegetais, o qual se apodera do oxigênio e expela o gás carbônico (COUTINHO, 1857 *apud* GONDRA, 2004, p. 166).

O afastamento dos colégios de perigos advindos do mundo urbano e das ruas foi uma preocupação dos engenheiros, mas também do campo médico, que via nessa transferência uma alternativa para a conservação da saúde dos meninos. Além disso, essa medida era necessária para a adequada educação moral, afastando-os das imoralidades provenientes das cidades, conforme ressalta Gondra (2002, p. 167-168):

Proteger-se das febres e das doenças oculta uma outra proteção que tal medida representava: a proteção contra o mundo das ruas, dos vícios e paixões que a vida da rua poderia despertar. Enfim tratava-se de pensar o estabelecimento de uma casa de educar que assegurasse, ao mesmo tempo, condições de salubridade, tanto do ambiente físico quanto do ambiente humano. Com isso, se estariam preparando sujeitos moral, física e intelectualmente sadios; primeiro e último sonho acalentado pela ciência da higiene.

O contexto de São João del-Rei, dentro de certos limites, no final do século XIX e início do XX, guarda conexão com essas teses, pelas especificidades dessa cidade. Algumas destas já elencadas no capítulo anterior e neste. Os próprios médicos da FMRJ alertavam para tal questão, como o Dr. Machado, em 1875, quando afirmou, em sua tese, que o litoral era mais insalubre e muito quente, em contraste com o interior do país, que era mais ameno, como Minas Gerais e São Paulo.

A *circunfusa*, preocupação em localizar e construir escolas, não está, em SJDR, tão relacionada ao lugar, mas sim à forma como as escolas deveriam ser construídas. Possivelmente porque, mesmo sem ter passado pela reforma urbana, tão almejada pela elite local, e tendo problemas com relação à poluição das águas, acúmulo do lixo e pela ausência de destinação adequada aos esgotos, a cidade era considerada de clima sadio. A representação de SJDR como uma cidade de clima salubre foi defendida também nos relatos de cronistas e nos jornais analisados no capítulo *A higiene na cidade de São João-del Rei*.

A localização e a disposição das escolas na trama das cidades podiam, conforme afirma Gondra (2002), ser consideradas como um elemento curricular, ou seja, como parte do projeto de intervenção da Medicina na escola. Dessa forma, para o autor, a arquitetura escolar era parte de um programa, um discurso, um sistema de valores. E vai além:

Deve-se entender a inclusão da arquitetura escolar na ordem médica como um aspecto do amplo, rigoroso e cuidadoso programa curricular contidos nas representações dos médicos acerca do espaço escolar, que, por sua vez, integrava um projeto mais ambicioso, que era o de intervir na própria arquitetura da cidade (*Ibidem*, p. 181).

Na Escola Normal de São João del-Rei, discursos produzidos sobre prescrições higiênicas para a construção de escolas fez parte dos programas dessa instituição, porém os projetos de uma escola ideal e higiênica não chegaram a se materializar nessa escola. Todavia as representações sobre como deveria ser o espaço adequado para o funcionamento desses estabelecimentos circularam na ENSJDR, apropriando-se do discurso científico, utilizando termos como “higienistas pedagógicos” ou “arquitetos escolares” e ainda referenciando países considerados civilizados, como França, Bélgica e Alemanha, como forma de legitimar as prescrições higiênicas abordadas nessa escola. Tais recomendações eram parte do projeto de uma educação física dos educandos. Sendo que esse vai além do intento de civilizar o espaço urbano. A educação física envolvia também os cuidados com a higiene corporal.

4.2 Higiene do corpo

A higiene para o cuidado com o corpo, no final do século XIX e início do XX, era considerada parte essencial da educação física dos alunos. A higiene do corpo inclui diversas práticas, entre elas os exercícios ginásticos. Essas atividades corporais eram, segundo Gondra (2004), um dos itens presente no modelo médico-higiênico, proposto pelos médicos da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, descrevendo regras para o bom funcionamento dos colégios. Nesse modelo, o item *gesta*, que significava exercitar e robustecer o corpo, e por isso se relaciona com este estudo.

A intervenção racional da ordem médica sobre o espaço escolar e sobre o corpo foi, de acordo com Gondra (2004), inspirada nos exemplos de nações ditas civilizadas. Na análise desse autor, esse aspecto era evidenciado pela indicação, nas teses dos médicos, de autores franceses, ingleses e italianos como referência aos que defendiam a adoção de exercícios ginásticos em seus países. Dessa forma,

A defesa do movimento e do exercício fica, pois, ancorada em uma ordem, em uma série, em ações sucessivas que desenvolveriam os músculos, duplicariam as forças e educariam os movimentos corporais segundo o modelo de ginástica estabelecido pelos higienistas, que inscreviam o corpo e as atividades corporais em sua órbita de ação (*Ibidem*, p. 298).

Analisando diversas teses defendidas na FMRJ ao longo do século XIX, Gondra (2004), no que diz respeito às prescrições médicas acerca da necessidade de intervenção no corpo, identifica duas representações, segundo ele, complementares. A primeira defendendo a educação do físico por meio de uma “ação racional, planejada e controlada”, almejando a prevenção de deformações físicas, “sendo nesse caso uma educação física preventiva e instauradora de corpos modelares”; e a segunda, uma representação de uma população “doente, viciada, ignorante e fraca”, considerando assim a educação física como “corretiva e curativa” (*Ibidem*, p. 304). Dessa forma, os médicos defendiam que, para o Brasil alcançar o progresso dos países considerados civilizados, era necessário que a educação fosse

Regida pela higiene, ou ao menos incorporar sua ordem, o que ocorreria com a divulgação dos princípios higiênicos junto às classes principais do país e, ao mesmo tempo, a determinação dos agentes responsáveis pela implementação dessas práticas na sociedade e nas escolas, de modo que a mesma fosse colocada na ordem do dia, sendo essa uma estratégia de combate ao estado em que se encontrava a infância, sobretudo pelos altos índices de mortalidade verificados na estatística oficial (*Ibidem*, p. 303).

A análise de Gondra é, como já mencionado, direcionada para o Rio de Janeiro. No entanto as prescrições médicas circularam para além da Corte. No caso de São João del-Rei, além da proximidade geográfica entre as cidades, alguns médicos, já citados, que exerceram a Medicina na cidade foram formados pela FMRJ, o que pode ter favorecido a circulação de tais práticas. Assim, objetivou-se compreender em que medida discursos produzidos sobre as prescrições relativas à higiene do corpo circularam em SJDR e também as representações produzidas sobre esse tema na escola.

Em Minas Gerais, de acordo com Tarcísio Mauro Vago (2002), a ginástica foi inserida nos programas escolares da instrução primária visando a corrigir e robustecer os corpos defeituosos das crianças e, até a década de 1920, foram

influenciadas por exercícios militares e pelo denominado método sueco.⁵⁶ A Reforma João Pinheiro, de 1906, trouxe uma nova forma de vida escolar: os chamados “grupos escolares”. Nesses espaços, pretendeu-se, entre outras questões, a produção de um corpo belo, forte e saudável tanto dos meninos quanto das meninas. Segundo Vago,

A ideia de reunir as escolas isoladas em um único e específico prédio escolar teve como um de seus suportes a preocupação obsessiva com os preceitos de higiene, que, da arquitetura à distribuição do tempo, do programa de ensino ao código da disciplina, da diretora à servente, deveria atingir os corpos das crianças. A tentativa era, enfim, a de civilizar os seus corpos, representados como portadores ambulantes dos vícios e dos males que se queriam combater (*Ibidem*, p. 93).

No entanto, Vago ressalta que tal preocupação com a higiene nas instituições escolares, principalmente com os edifícios, não era invenção da reforma de 1906. A crítica às precárias condições de higiene nas escolas isoladas já circulava em período anterior, como mostra a crítica do então secretário do Interior, Wenceslau Braz, em 1900, afirmando que as escolas deveriam localizar-se em “uma só casa higiênica”, para que não ocorressem “os graves inconvenientes produzidos por casas de escolas sem luz e sem ar, e pelos miseráveis assentos que aí estão espalhados por quase todas as escolas do estado, inconvenientes que não raro comprometem o futuro dos alunos” (*apud* VAGO, 2002, p. 94).

Outra questão abordada por Vago é que a educação física das crianças não abrangia apenas a ginástica e os exercícios espontâneos, mas também incluía os trabalhos manuais, conforme estabelecia a reforma de 1906. Segundo o autor, a presença de trabalhos manuais no programa de ensino pode ter ao menos três sentidos:

O primeiro deles, de caráter moral, era o de cultivar nas crianças um sentimento de amor ao trabalho. Outro, de caráter profissionalizante, tinha em vista promover mesmo um aprendizado técnico por meio de práticas iniciáticas a ofícios diversos. E o terceiro sentido, que afinal aglutina os anteriores, o de realizar, como já o ordenamento legal revela, uma educação física das crianças – a modelagem de seus corpos no trabalho das mãos (*Ibidem*, p. 197).

⁵⁶ Para mais informações sobre o método sueco, ver Inezil Penna Marinho (s/d); e sobre a circulação desse método em Minas Gerais, ver Tarcísio Mauro Vago (2002).

Anteriormente à Reforma João Pinheiro, a Lei nº 41, de 1892, no artigo 89, determinava a presença de trabalhos manuais, sendo “ensinadas prendas, trabalhos de agulha, e, especialmente, o corte e a confecção de peças do vestiário masculino e feminino” para crianças do sexo feminino. Além disso, essa lei determinava a prática de trabalhos manuais e de exercícios ginásticos, especialmente evoluções militares, para as crianças do sexo masculino. Sobre isso, Vago (2002) analisa que:

É flagrante a diferença na prescrição legal para a educação dos corpos masculinos e femininos na escola primária. Para os meninos evoluções militares, que propunham uma racionalidade que tinha em vista o desenvolvimento da força física para a defesa pátria; para as meninas a delicadeza dos trabalhos de agulha, corte e confecção. Para eles a educação do corpo forte e viril; para elas a educação de um corpo delicado. Diferenças legitimadas na legislação do ensino, que reforçou uma posição entre o forte e o delicado nos corpos das crianças (*Ibidem*, p. 223).

Dessa forma, parece que as mulheres estavam excluídas da prática de exercícios corporais. Todavia, Vago alerta que essa exclusão pode ser relativizada pela prescrição dos exercícios calistênicos, mencionados na Lei nº 41, nas escolas primárias do sexo feminino, anexas às escolas normais. Assim, ressalta a possibilidade de existência de tal prática.

Na Escola Normal de São João del-Rei, há poucos indícios da prática de exercícios calistênicos. No único programa encontrado para a “Aula Prática do Sexo Feminino”, elaborado pela professora Paulina Emília de Oliveira H. Cardoso, em 1896, não há indícios da prática desses exercícios. No regimento interno dessa escola normal, de 1894, o artigo 2º estabelece que esta,

Destinada, como é, a formar professores primários, ministra simultaneamente instrução teórica e prática em todas as suas cadeiras, acrescendo – para os alunos – exercícios ginásticos e evoluções militares, e – para as alunas – trabalhos de agulha, corte de roupa branca e exercícios calistênicos (MINAS GERAIS. APM. Fundo SI. Série 4.2. Caixa 13).

E ainda outro indício de prescrição dos exercícios calistênicos se encontra na prova de “Pedagogia” da aluna Leocádia Augusta Godinho, de 1900 (*vide* anexo I). Nesse exame, a aluna define o que é ginástica e estabelece o melhor tipo para cada um dos sexos:

A ginástica é o conjunto de bem combinados exercícios físicos que desenvolve o corpo, serve de repouso para os trabalhos intelectuais, dá decisão e coragem às crianças. Os exercícios militares, além de todas essas vantagens, servem ainda para habituar as crianças à disciplina, fazendo-as também compreender que a defesa da pátria é um dever de todo bom cidadão. Para as alunas os melhores trabalhos ginásticos são os exercícios calistênicos (beleza e força), isto é, exercícios compatíveis com o sexo feminino e apropriados para desenvolver a força e a graça das meninas (MINAS GERAIS. APM. Fundo SI. Série 4.2. Caixa 24).

A prescrição da prática de exercícios calistênicos esteve presente na escola, conforme determinava o ordenamento legal: para os alunos, evoluções militares; e, para as alunas, a calistenia. Contudo não há indícios se a prática de exercícios físicos entre alunos da Escola Normal ocorreu dessa forma. Os documentos pesquisados sobre a ENSJDR permitiram inferir que essa instituição, como outras escolas normais naquele período, era mista, e alunos e alunas assistiam às aulas juntos. Porém, quando se tratava de exercícios físicos e trabalhos manuais, havia uma separação. Entre 1895 e 1897, os alunos frequentaram a cadeira de “Ginástica e Evoluções Militares”. E em relação às alunas, foram encontrados indícios de que estas frequentavam classes de “Trabalhos de Agulha e Corte de Roupa” e “Economia Doméstica”, ministradas pela mesma professora do curso prático, Paulina Emília de Oliveira H. Cardoso, e não foram encontrados registros da prática de calistenia, como programas de curso ou provas (MINAS GERAIS. APM. SI. Série 4.2. Caixas 12-29).

A cadeira de “Ginástica e Evoluções Militares” era regida pelo professor João Batista de Campos Cunha e era ministrada no 1º e 2º ano, conforme os programas de ensino elaborados por esse professor. A partir da análise dos programas de ensino, nota-se que a higiene deveria ser ensinada no primeiro ano e na primeira lição, denominada “Pedagogia, Metodologia e Higiene da Ginástica” (MINAS GERAIS. APM. Fundo SI. Série 4.2. Caixas 17, 19).

Dessa forma, pode-se perceber que a higiene da ginástica era um pré-requisito para o início dessa prática, contudo não foram encontradas provas desse ponto, que inclui a higiene a ginástica. Os pontos para as provas eram, segundo o professor João Batista Campos Cunha, baseados no compêndio de Pedro Manoel Borges (1888). Essa referência foi identificada como sendo o *Manual teórico-prático de ginástica escolar (elementar e superior) destinado às escolas públicas, colégio,*

liceus, escolas normais e municipais. Borges era professor adjunto, em exercício, na primeira escola pública da freguesia de Sant'Ana, ex-aluno de ginástica da Escola Normal da Corte. O manual foi publicado em 1888, no Rio de Janeiro, pela B. L. Garnier, contendo 270 páginas de teoria e prática de ginástica, e “estava calcado no método sueco, que começou a disseminar-se nas escolas civis” ainda durante o Império (MARINHO, s/d, p. 41). Esse manual, logo no início, definia:

O ensino da ginástica é de uma necessidade absoluta. Ela acostuma o corpo, por meio de exercícios bem coordenados e sistematicamente ensinados, a um porte naturalmente garboso nas diferentes posições e movimentos que executa; facilita o desenvolvimento físico e fortifica a saúde (BORGES, 1888, p. 7).

O manual teórico-prático de Borges também ressalta que a ginástica era importante, pois aperfeiçoava a natureza e corrigia defeitos. A primeira parte dessa obra, intitulada *Pedagogia, metodologia e higiene*, tem o mesmo nome do primeiro item do programa da cadeira de “Ginástica e Evoluções Militares”, por isso foi priorizada neste estudo. Tal capítulo estabelecia que a ginástica deveria ser praticada no mínimo duas vezes por semana e deveria começar do mais fácil para o mais difícil, dividindo os exercícios em grupos, de forma que se exercitassem todas as partes do corpo em uma aula. Borges afirmava: “É antipedagógico e anti-higiênico começar a lição por exercícios fortes”. E que o local reservado para essa prática deveria ser “preservado do sol e da chuva e livre de umidades”, sendo “isento de miasmas produzidos por pântanos, escavações ou imundícies” (BORGES, 1888, p. 8). Ainda estabelecia que o horário adequado para prática da ginástica era pela manhã, antes da primeira refeição, mas, se não fosse possível, era necessário um intervalo de três horas após a alimentação.

Na Escola Normal de São João del-Rei, a prática de ginástica e evoluções militares ocorria, conforme especificado no quadro de horários,⁵⁷ após as outras aulas. Sendo no primeiro ano das 13h às 14h, às segundas, terças, sextas e aos sábados; e, no segundo ano, das 12h às 13h, às segundas e quartas. No que diz respeito ao local onde ocorria essa prática, não há indícios. No quadro de horários, a coluna que determina a sala onde seriam as aulas para cada cadeira estava vazia

⁵⁷ O quadro de horários foi reproduzido integralmente no anexo II.

para “Ginástica e Evoluções Militares”, sugerindo que esta ocorria fora da sala de aula, mas não aponta o local exato dessa prática. Ademais foi possível observar que a ginástica e as evoluções militares eram práticas distintas, existindo uma separação no horário dessas atividades (MINAS GERAIS. APM. SI. Série 4.2. Caixa 20. 1897).

Outras prescrições higiênicas encontradas no manual teórico-prático de Borges eram “o uso de banhos frios ou tépidos conforme a constituição e temperamento do exercitando” e de roupas folgadas que não impedissem os movimentos. E tanto quanto possível, o abdômen deveria se achar vazio; para isso, os alunos deveriam fazer todas as necessidades antes de começar, isto é, ir isento de qualquer necessidade ou incômodo que dificultasse o exercício (BORGES, 1888, p. 8).

O manual de Pedro Manoel Borges é a única referência indicada nos programas elaborados pelo professor da cadeira de “Ginástica e Evoluções Militares”. Na lista de livros da biblioteca da Escola Normal, outra referência sobre ginástica é o manual de Paulo Lauret, no entanto não foi encontrada, até o momento, menção ao uso do citado manual.⁵⁸ Já o manual teórico-prático de Borges foi uma referência importante na elaboração dos pontos da cadeira ocupada pelo professor João Batista de Campos Cunha, que se relacionam à higiene, conforme elencado na tabela 8.

TABELA 8 - Pontos para exame da cadeira de “Ginástica e Evoluções Militares” que abordam a higiene

Data	Ano	Pontos
1895	1º	4. Higiene da ginástica
1896	1º	2. Pedagogia, metodologia e higiene da ginástica
1896	2º	20. Regras aplicáveis aos exercícios ginásticos. Higiene. Ginástica e sua importância
1897	1º	14. Local. Hora do exercício e outros preceitos higiênicos

Fonte: MINAS GERAIS. APM. Fundo SI. Série 4.2. Caixas 15-17.

Com base nos dados dessa tabela, nota-se que a higiene era um elemento fundamental na prática de exercícios corporais, desde o local e horários

⁵⁸ Há indícios de circulação no Brasil do *Manual Theorico Pratico de Gymnastica: para uso dos lycéus, collegios, escolas municipais e primarias*. Lisboa: Empreza Horas Românticas, 1881. Sobre o assunto, existe um estudo de Meily Assbú Linhales, em andamento, intitulado *Circulação de modelos culturais e educativos: ginástica e educação do corpo na trajetória do Mestre Paulo Lauret (Portugal e Brasil, 1876-1918)*.

adequados à ginástica até os cuidados higiênicos essenciais à prática dessa atividade. Na Escola Normal de São João del-Rei, os cuidados com a higiene do corpo estiveram relacionados à prática da ginástica pelos alunos, futuros professores primários que deveriam ensinar esses preceitos aos meninos.

As provas referentes aos pontos da tabela 8 não foram encontradas. Nas provas pesquisadas referentes à cadeira de “Ginástica e Evoluções Militares”, os temas versam principalmente sobre marchas; voltas; flexões e distinções; equilíbrio sobre um pé; definições militares; saltos; continência; alteres, formas, pesos e exercícios; instrução, instrutor e recruta; formatura de dois e a quatro de costado; passar de coluna a linha; passar de coluna a linha; escada e seus exercícios; ordem estendida; movimento vertical dos braços; exercícios para tornar flexível o tronco; exercícios para tornar flexíveis os membros superiores; honras fúnebres; conversões individuais, totalizando 85 provas. Todos esses temas eram considerados fundamentais para educar o corpo em conformidade com os padrões higiênicos. Tais temas também estão presentes no compêndio de Borges.⁵⁹

A higiene do corpo não foi assunto apenas da cadeira de “Ginástica e Evoluções Militares”, pois esteve presente ainda nas provas da cadeira de “Pedagogia”, que abordam a higiene. No ponto denominado *sala relativamente ao aluno* (tabela 7), do 4º ano do Curso Normal, o aluno Antônio Augusto da Silva escreve que:

Torna-se hoje indispensável em uma escola um pórtico para os jogos ginásticos, cujo solo deva ser forrado ou defendido por uma grossa camada de areia fina, para evitar quedas perigosas e dolorosas e que seja coberto para os exercícios não serem interrompidos nos dias de chuva. Este cômodo deve ser construído, como é nas escolas da França, isto é, em uma parte lateral do edifício construída por um teto sustentado por colunas verticais, constituindo um apêndice do edifício. Além deste cômodo deve haver também uma área para os alunos recrearem nos dias de bom tempo, devendo ser cercada de frondosas e lindas árvores para evitar os raios solares sem, contudo produzir umidade e nem estagnação de ar (MINAS GERAIS. APM. Fundo SI. Série 4.2. 1901. Caixa 24).

Essa prova aborda como deveria ser o espaço necessário para a prática de exercícios ginásticos de acordo com os preceitos higiênicos e tendo como referência um país considerado mais avançado nesses quesitos: a França.

⁵⁹ A análise dos itens relativos aos conteúdos ginásticos e de evoluções militares escapa aos propósitos deste estudo.

A preocupação com a higiene do corpo não estava apenas nas prescrições para a prática da ginástica e das evoluções militares. Retornando à cadeira de “Pedagogia” foi possível identificar a ênfase em estudos sobre o funcionamento do corpo, incluindo a anatomia e a fisiologia. Na prova da aluna Leocádia Augusta Godinho,⁶⁰ foi possível identificar tal aspecto:

Tendo a educação física por fim desenvolver o corpo do homem conservando-lhe a vida e a saúde, procurando a torná-lo robusto, é necessário bem conhecer o corpo humano para que se possam descobrir os meios de desenvolvê-lo. O corpo humano constitui o objeto de duas ciências principais: a anatomia e a fisiologia. Anatomia é a ciência que descreve a forma e a cor e indica a situação dos diversos órgãos do corpo humano. Fisiologia é a ciência que estuda a vida e as funções orgânicas do homem. O conhecimento destas duas ciências forma o que se chama – princípios da educação física – sem se conhecer o corpo humano por meio da anatomia e sem se saber como os diversos órgãos funcionam pela fisiologia, não é possível desenvolver racionalmente o físico do indivíduo, isto é, educá-lo fisicamente (MINAS GERAIS. APM. Fundo SI. Série 4.2. Caixa 29. 1900).

Dessa forma, conhecer o corpo humano era fundamental nessa noção mais ampliada de educação física. Assim, conhecimentos como anatomia e fisiologia eram considerados primordiais aos professores primários, tanto que as “aptidões fisiológicas” foram tema de exames do 4º ano, como mostra o da aluna Aurenda Amélia Ferreira:

Para um educando bem equilibrado só há a conservar e desenvolver o equilíbrio dos órgãos e funções; para um ser doentio, há a operação muito mais difícil de restabelecer, pedindo à medicina um auxílio, nem sempre coroado de êxito. Em tal casa cumpre sempre à educação acompanhar a medicina nos seus esforços, a fim de ambas triunfarem do inimigo comum que lhes cumpre combater. O melhor meio, porém, de eliminar as perturbações patológicas que tanto dificultam a obra da educação física não pertence só à pedagogia pôr em prática. Está aceito o educando como um fato consumado e a sua ação é, portanto, limitada; se alguma coisa pode fazer é indiretamente (MINAS GERAIS. APM. SI. Série 4.2. Caixa 19. 1897).

Nesse fragmento, pode-se perceber que a higiene era indispensável para preservar a saúde dos alunos e, mais que isso, esta teria o poder de recuperar os alunos doentes; nesse caso, em parceria com a Medicina. Ademais, ainda segundo

⁶⁰ MINAS GERAIS. APM. Fundo SI. Série 4.2. Caixa 24.

essa aluna, os conhecimentos sobre a fisiologia distinguiam os humanos mais civilizados dos considerados inferiores, pois definia as aptidões fisiológicas como:

Um complexo de modos de ser que constituem o homem físico. Forma orgânica dentre todas as que povoam a terra, ele reúne em si essa conformação que mais se aperfeiçoa, ao passo que nos vamos elevando dos tipos humanos inferiores (MINAS GERAIS. APM. SI. Série 4.2. Caixa 19. 1897).

Assim, nas escolas primárias, as crianças deveriam aprender os princípios da higiene, por meio da educação, para tornarem-se sadias e civilizadas. Tal aspecto está evidenciado na prova de Maria da Conceição Neves da Matta:

Só a higiene é que pode prolongar a vida da criança. O educador não pode perder de vista os diversos modificadores extrínsecos e intrínsecos que possam ter no organismo infantil, influências boas ou más, conforme forem empregadas em boa ou má inteligência. Os modificadores que podem eficazmente atuar são físicos, como: o calor, a luz, a eletricidade, etc.; químicos, como: o ar atmosférico, o solo, a água, os alimentos, etc.; biológicos, como: o sexo, a idade, o temperamento, etc.; finalmente os modificadores sociais, como: o meio, a família, a nacionalidade etc. A atualidade desse estudo tem feito os legisladores dos países civilizados criarem nas Escolas Normais uma cadeira especial para essa ciência. (MINAS GERAIS. APM. SI. Série 4.2. Caixa 12. 1898).

Nessa prova, nota-se uma justificativa do lugar ocupado pela higiene como conteúdo a ser ensinado nas escolas normais, mostrando novamente a referência aos países considerados civilizados. As representações que circularam sobre higiene na ENSJDR, no que se refere ao corpo, incluíam a prevenção de doenças e também a prevenção de males que pudessem afetar a saúde corporal. A necessidade de exercitar o corpo esteve relacionada à preocupação com a higiene dos alunos, a qual foi ressaltada nos debates em torno dos espaços escolares e dos cuidados com o corpo, sendo a prática de exercícios ginásticos fundamentais para esse fim. Assim, as provas analisadas indiciam processos de apropriação dos modelos de organização escolar, propostos pelos higienistas, e de produção de representações de uma escola ideal e civilizada.

4.3 Cultura da higiene

A preocupação com a higiene da escola não esteve somente nos exames e nos programas elaborados pelos professores. Com base na análise de outros documentos, foi possível perceber que essa preocupação ultrapassou os limites da sala de aula e foi uma questão abordada em outras esferas no campo educacional.

A pesquisa nas correspondências entre a escola e a Secretaria do Interior revelou que a higiene também foi utilizada como um argumento na busca de melhorias para a escola. Como foi o caso de uma requisição feita pelo diretor da escola, em 1893, para o Secretário do Interior. Este pedia novo mobiliário para a escola, conforme os preceitos higiênicos. O secretário autorizou a compra, entretanto não é possível saber se a aquisição foi concluída, pois as correspondências cessam. O interessante é perceber que o argumento utilizado para justificar a compra foram as prescrições higiênicas (MINAS GERAIS. APM. SI. Série 4.2. Caixa 12).

Outra questão relativa à higiene está relacionada aos uniformes usados pelos alunos. As vestimentas deveriam ser confeccionadas de acordo com os padrões higiênicos. Os uniformes foram propostos pela diretoria, tendo como referência o Decreto 607, de 27 de fevereiro de 1893:⁶¹

Para as alunas

No verão - saia lisa de fazenda azul-marinho barrada com três ordens de cadarço cor de ouro. Blusa larga da mesma fazenda e com o mesmo enfeite, tendo um cabeção quadrado que termine em uma gola na frente e forme um fitilho.

No inverno - saia lisa de fazenda de lã (flanela marrom) barradas com três ordens de cadarços grenás. Paletó meio longo da mesma fazenda e com o mesmo enfeite, tendo ombreira falsa (duas golas superpostas).

Para alunos

No verão - terno de brim pardo com blusa fechando na gola e com duas ordens de botões pretos.

⁶¹ Artigo 218 - Os alunos e alunas das escolas normais usarão de um uniforme para o verão e de outro para o inverno, atendendo-se nos respectivos modelos às exigências da higiene, da economia e da maior simplicidade possível. Esses modelos serão propostos ao conselho superior pelos diretores das diversas escolas normais, de acordo com as condições peculiares da vida e clima das respectivas localidades, e apurados pelo Secretário do Interior.

No inverno - terno de fazenda azul-escura (flanela americana) segundo o modelo de verão (MINAS GERAIS. APM. Fundo SI. Série 4.2. Caixa 12).

Após estipular qual seria o uniforme dos estudantes no verão e no inverno, a diretoria da escola enviou uma correspondência ao Secretário do Interior. Solicitava-se a aprovação dos referidos uniformes, ressaltando que esses foram elaborados tendo em vista a legislação, o clima da cidade, os padrões higiênicos e os recursos dos alunos.⁶² Tais debates no interior da escola participaram da conformação de uma cultura da higiene, tendo em vista que esse tema não esteve apenas nos programas de ensino, sendo uma forma de pensar a educação.

Além da temática do uniforme, uma cultura da higiene também esteve presente dos debates em torno dos locais ocupados para o funcionamento da Escola Normal. Esta funcionou em vários locais, conforme destacado no capítulo 2. E analisando as correspondências entre o diretor da Escola Normal e a Secretaria do Interior, foi possível identificar que, para as mudanças de prédio, os argumentos usados para justificar as reformas estavam também referenciados em prescrições higiênicas.⁶³

Mesmo a Escola Normal pública não possuindo sede própria e tendo funcionado em prédios alugados, ainda assim abrigou o debate sobre preceitos higiênicos. Assim, põe em circulação representações de higiene do espaço escolar e de higiene do corpo dos alunos. A higiene como prescrição foi apropriada do discurso higienista, produzindo a “invenção criadora no próprio cerne dos processos de recepção” (CHARTIER, 1990, p. 136).

Dessa forma, a elite são-joanense pretendia regenerar a população e superar o atraso, almejando alcançar a tão sonhada civilização, considerada indispensável na construção da nação republicana. E esse projeto não termina com o fim da ENSJDR. Uma cultura da higiene e os preceitos postos em circulação também estiveram presentes no processo de construção do Colégio Nossa Senhora das Dores. Segundo Maria Aparecida Arruda (2011, p. 26), essa instituição estava adequada

⁶² MINAS GERAIS. APM. Fundo SI. Série 4.2. Caixa 13.

⁶³ MINAS GERAIS, APM. Fundo SI. Série 4.2. Caixa 22.

Aos preceitos higiênicos da época. Amplos corredores, altura do pé-direito, dimensões grandiosas das janelas, portas e portões, a racionalização e higienização dos espaços formam um conjunto de preceitos que valorizava uma simbologia estética e cultural da qual o Colégio era depositário. Não por acaso, a construção do prédio do CNSD se deu no momento em que se discutia a necessidade de construção de espaços escolares que viessem atender à instrução primária, secundária, superior e profissional em consonância com os modernos preceitos pedagógicos e higiênicos.

A higiene, nesse contexto, era mais do que um conteúdo. Era uma forma de compreender como deveria ser e funcionar a escola. Tanto no seu espaço físico como na organização dos alunos, ou seja, escola e higiene nesse período são indissociáveis, levando a entender que as representações de escola estavam imbricadas às prescrições higiênicas, sendo estas partes de uma cultura da higiene.

Em São João del-Rei, a higiene também estiveram presentes nos jornais, conforme analisado no capítulo 3. Os periódicos reivindicavam principalmente a higiene pública por meio das reformas urbanas, que não chegaram a acontecer durante o período estudado, mas deixaram suas marcas em crônicas e notícias.

Na Escola Normal de São João del-Rei, também não se concretizou a construção de um edifício escolar conforme os preceitos higiênicos, e a higiene manteve-se no âmbito do discurso. Assim, entende-se que a cultura da higiene em São João del-Rei na escola e na cidade, durante o período estudado, conformou-se no âmbito das prescrições.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

E então, afinal, por que São João del-Rei? Chegando ao final desta dissertação, espera-se que a hipótese anunciada no início deste trabalho tenha sido elucidada: a de que discursos produzidos sobre prescrições higiênicas para a educação foram se espalhando por localidades do interior, cidades médias, em processo de urbanização, que nem mesmo chegavam a ser capital do Estado, como São João del-Rei. Dessa forma, pôde-se perceber que o intento civilizador republicano que, entre outras questões, apropriou-se da higiene para consolidar seu projeto, não se deu apenas no Rio de Janeiro ou Belo Horizonte. Tais propostas também circularam nos discursos de elites regionais, mesmo que permeadas de impasses e tensões.

Além disso, visou-se a contribuir com os estudos sobre a História da Educação e da formação de professores em São João del-Rei, buscando compreender algumas conexões entre escola e cidade, tendo como foco a higiene, que, como visto, foi conteúdo nos programas de diferentes disciplinas da Escola Normal, mas que também foi além. Os discursos produzidos sobre a higiene ultrapassaram os limites da sala de aula, sendo um modo de pensar a escola e a educação, tanto no que diz respeito ao espaço ocupado pela instituição escolar como pelos cuidados com os corpos dos alunos, contribuindo para o processo de conformação de uma “cultura da higiene”, como nos convida a pensar José Gonçalves Gondra.

As fontes usadas nesta pesquisa são apenas uma parte de um conjunto maior que acolhe uma diversidade de documentos de escolas normais públicas da Primeira República. Centenas de provas e programas escolares podem dar pistas sobre a conformação de uma “cultura da higiene” em Minas Gerais. Ademais, esses documentos indiciam as diversas cadeiras, seus conteúdos e modos de ensinar, e podem contribuir para o estudo de outras disciplinas presentes na formação de professores. Assim, tal pesquisa indica a potencialidade para outros estudos sobre a circulação de prescrições higiênicas em diferentes escolas normais do Estado e sobre outros conteúdos presentes na formação de professores.

Nos documentos do Arquivo Público Mineiro, também se encontram pistas relativas aos manuais utilizados na formação docente, como foi o caso da

obra de José Maria da Graça Affreixo e Henrique Freire para a “Pedagogia” e a de Pedro Manoel Borges para o ensino da “Ginástica”. Estes e outros manuais, explorados parcialmente nesta pesquisa, também apontam possibilidades de aprofundamento em outros estudos no campo da História das Disciplinas Escolares.

Convém ressaltar ainda que esta dissertação se insere entre os estudos que surgem a partir de um trabalho de organização de acervos arquivísticos. Nesse caso, o trabalho no APM possibilitou o contato com uma diversidade de fontes documentais, e o processo de elaboração do arranjo intelectual possibilitou pensar a lógica das atividades dos órgãos produtores desses documentos. Tal interlocução pode ser rica tanto para a História como para a Arquivística, pois a história dos produtores dos documentos auxilia na organização destes, mas também pode ocorrer o caminho inverso: a forma de organização dos documentos pode fornecer indícios sobre sua produção, ou seja, para a escrita da História, como foi o caso desta pesquisa.

Como já anunciado, é possível que, no fechamento da Escola Normal, em 1906, todos os documentos tenham sido remetidos à Secretaria do Interior, que, naquele período, era o órgão responsável pela instrução pública em Minas Gerais. Esse argumento pode ser reforçado com a constatação de que, em SJDR, não foi encontrado acervo sobre essa Escola Normal pública.

Tais documentos estão sob a guarda do APM há algumas décadas e foi o acaso que levou esta estudante a trabalhar na organização do acervo da Secretaria do Interior. Situação que fez estreitar o contato com essas fontes, possibilitando que esse fragmento da história da educação de São João del-Rei fosse contado a partir de Belo Horizonte.

REFERÊNCIAS

Fontes documentais manuscritas

MINAS GERAIS (Estado). Arquivo Público Mineiro. **Fundo Secretaria do Interior**. Instrução Pública. 4.2 Escola Normal. Caixas 12 a 29.

MINAS GERAIS. Tribunal de Justiça. Processo-crime. Denunciante: Francisco Otaviano das Chagas Lopes. Denunciados: Francisco de Paula Pinheiro e Modesto Vieira da Costa. Duração do processo: 3 de junho a 19 de março de 1880. Disponível no Acervo do Museu Regional de São João del-Rei/IPHAN. SJC-00332.

MINAS GERAIS. Tribunal de Justiça. Processo-crime. Denunciante: Severiano Nunes de Resende. Denunciado: Francisco de Paula Pinheiro. Duração do processo: 1º de agosto a 30 de novembro de 1895. Disponível no Acervo do Museu Regional de São João del-Rei/IPHAN. 1895. SJC-00164.

Fontes documentais impressas

AFFREIXO, José Maria da Graça; FREIRE, Henrique. **Elementos de Pedagogia: para uso do magistério primário português**. 8. ed. Lisboa: Ferreira, 1890. 291 p.

BARBOSA, Rui. Reforma do ensino secundário e superior. In: _____. **Obras completas de Rui Barbosa**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1947. v. 11.

BORGES, Pedro Manoel. **Manual teórico-prático de Gymnastica Escolar (elementar e superior)**. Rio de Janeiro: B. L. Garnier-Livreiro Editor, 1888. 270 p.

BURTON, Richard Francis. **Viagem do Rio de Janeiro a Morro Velho**. Brasília (DF): Senado Federal, Conselho Editorial, 2001. 527 p. (O Brasil visto por estrangeiros)

LAET, Carlos. **Em Minas: viagens, literatura, philosophia**. Rio de Janeiro: Cunha e Irmão Ed., 1894. 335 p.

LAURET, Paulo. **Manual Theorico Pratico de Gymnastica: para uso dos lycéus, collegios, escolas municipais e primarias**. Lisboa: Empreza Horas Românticas, 1881. 243p.

MINAS GERAIS (Estado). Decreto n. 607, de 27 de fevereiro de 1893. Promulga o Regulamento das Escolas Normais. **Coleção das Leis e Decretos de Minas Gerais**. Ouro Preto: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, p. 171-204.

MINAS GERAIS (Estado). Decreto n. 876, de 30 de outubro de 1895. Regulamenta a Lei nº 144, de 23 de julho de 1895, que organiza o Serviço Sanitário. **Coleção das Leis e Decretos de Minas Gerais**, Ouro Preto, Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, p. 1.

MINAS GERAIS (Estado). Lei n. 6, de 16 de outubro de 1891. Cria três secretarias de Estado. **Coleção das Leis e Decretos de Minas Gerais**. Ouro Preto: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, p. 32-39.

MINAS GERAIS (Estado). Lei n. 13, de 28 de março de 1835. Regula a criação das cadeiras de instrução primária, o provimento e os ordenados dos professores. **Coleção de leis da Assembleia Legislativa Provincial**, Ouro Preto: Tipografia do Minas Gerais. p. 27.

MINAS GERAIS (Estado). Lei n. 41, de 3 de agosto de 1892. Dá nova organização à instrução pública do Estado de Minas. **Coleção das Leis e Decretos de Minas Gerais**. Ouro Preto: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais. p. 43-99.

MINAS GERAIS (Estado). Lei n. 144, de 23 de julho de 1895. Organiza o serviço sanitário no Estado. **Coleção das Leis e Decretos de Minas Gerais**. Ouro Preto: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais. p. 36-42.

MINAS GERAIS (Estado). Lei n. 439, de 28 de setembro de 1906. Autoriza o governo a reformar o ensino primário, normal e superior do Estado e dá outras providências. **Coleção das Leis e Decretos de Minas Gerais**, Belo Horizonte Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais. p. 20.

MINAS GERAIS (Estado). Lei Provincial nº 1.267, de 2 de janeiro de 1866. **Coleção de leis da Assembleia Legislativa Provincial**. Ouro Preto: Tipografia do Minas Gerais. p. 29-40.

MINAS GERAIS (Estado). Lei Provincial nº 1.769, de 4 de abril de 1871. **Coleção de leis da Assembleia Legislativa Provincial**. Ouro Preto: Tipografia do Minas Gerais. p. 27-32.

MINAS GERAIS (Estado). Arquivo Público Mineiro. **Relatório apresentado ao Dr. Presidente do Estado de Minas Gerais pelo Secretário dos negócios do Interior, dr. Francisco Silviano de Almeida Brandão no ano de 1893**. Filme 66. Flash 02.G-6.

OLIVEIRA, Estevam de. **Reforma de ensino público primário e normal em Minas Gerais**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1902. 194 p.

PIMENTEL, Aureliano Pereira Corrêa. Chorografia mineira: Município de S. João d'El-Rei. In: **Revista do Arquivo Público Mineiro**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1905. p. 15. Disponível em: <www.siaapm.cultura.mg.gov.br>. Acesso em: 1 out. 2012.

RODRIGUES, José Antônio. **Apontamentos da População, topografia e notícias cronológicas do Município da cidade de São João del-Rei**: Typ. J. A. Rodrigues, 1859. Disponível em: <www.patriamineira.com.br>. Acesso em: 1 out. 2012.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem pelo distrito dos diamantes e pelo litoral do Brasil**. Tradução de Leonam de Azeredo Penna. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1974. 233 p. (Reconquista do Brasil, 5)

SÃO JOÃO DEL-REI (Município). Código de Posturas de São João del-Rei. In: ARAÚJO, Maria Marta; VENÂNCIO, Renato P. (org.). **São João del-Rey: uma cidade no Império**. 1. ed. Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais; Arquivo Público Mineiro, 2007. v. 1. p. 99-252.

A PÁTRIA MINEIRA, São João del-Rei, 1890-1893. Disponível em: <<http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/jornais/search.php>>. Acesso em: 2 jul. 2013.

RENASCENÇA, São João del-Rei, 1894. Disponível em: <<http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/jornais/search.php>>. Acesso em: 2 jul. 2013.

O RESISTENTE, São João del-Rei, 1898-1899. Disponível em: <<http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/jornais/search.php>>. Acesso em: 2 jul. 2013.

VIEGAS, Augusto. **Notícia de São João del-Rei**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1943. 272 p.

Referências bibliográficas

ABREU JUNIOR, Laerthe de Moraes; CARVALHO, Eliane Vianey. A força da persuasão e a fraqueza epistemológica do discurso higienista na educação brasileira da década de 1920. In: CONGRESSO IBERO-AMERICANO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO LATINO-AMERICANA - CIHELA, 9., 2009, Rio de Janeiro. **Educação, autonomia e identidades na América Latina**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009. p. 427-451.

AMARAL, Alex Lombello. **Cascudos e chimangos: imprensa e política pelas páginas dos periódicos de São João del-Rei (1876-1884)**. 2008. 256 f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2008.

ARAÚJO, Maria Marta. Do governo econômico e policial da cidade ou das normas e disciplina que mantêm a civilização. In: _____; VENÂNCIO, Renato P. (org.). **São João del-Rey: uma cidade no Império**. 1. ed. Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais; Arquivo Público Mineiro, 2007. v. 1. p. 83-98.

ARRUDA, Maria Aparecida. **Formar almas, plasmar corações, dirigir vontades: o projeto educacional das Filhas da Caridade da Sociedade São Vicente de Paulo (1898-1905)**. 249 f. Tese. (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

AYRES, José Ricardo de Carvalho Mesquita. Desenvolvimento histórico-epistemológico da Epidemiologia e do conceito de risco. **Cad. Saúde Pública [on-line]**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 7, p. 1301-1311, 2011. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-311X2011000700006>>. Acesso em: 1 jul. 2013.

BERTUCCI, Liane Maria. **Influenza, a medicina enferma: ciência e práticas de cura na época da gripe espanhola**. Campinas: Editora Unicamp, 2004. 448 p.

BOTO, Carlota. A civilização escolar nas letras de um roteiro de Pedagogia: formação impressa de professores. In: CONGRESSO DE LEITURA DO BRASIL - COLE, 16, 2007, Campinas. **Anais...** Campinas: Editora Unicamp, 2007. Disponível em: <www.alb.com.br/anais16/prog-pdf/prog07-02b.pdf>. Acesso em: 7 ago. 2009.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Imprensa e historia do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Contexto; EDUSP, 1994. 78 p.

CARVALHO, Eliane Vianey de. **Legislação educacional mineira: a presença do higienismo no discurso da lei (1927)**. 2010. 157 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de São João Del-Rei; Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais. São João del-Rei, 2010.

CARVALHO, José Murilo. **A formação das almas: o imaginário da República no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. 166 p.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Quando a história da educação é a história da disciplina e da higienização das pessoas. In: FREITAS, Marcos Cezar (org.) **História social da infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1997. p. 291-309.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. 250 p.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 1990. 245 p.

_____. O mundo como representação. **Estud. av. [on-line]**, São Paulo, v. 5, n. 11, p. 173-191, 1991. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40141991000100010>>. Acesso em: 1 jul. 2013.

CHERVEL, André. História das Disciplinas Escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. **Revista Teoria e Educação**, Porto Alegre, v. 2, p. 177-229, 1990.

CINTRA, Sebastião de Oliveira. **Efemérides de São João del-Rei**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1982. 288 p.

_____. **Galeria das personalidades notáveis de São João del-Rei**. São João del-Rei: Fapec, 1994. 270 p.

CUNHA, Alexandre Mendes. A evolução urbana de São João del-Rei. In: ARAÚJO, Maria Marta; VENÂNCIO, Renato P. (org.). **São João del-Rei: uma cidade no Império**. 1. ed. Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais; Arquivo Público Mineiro, 2007. v. 1. p. 19-30.

DARNTON, Robert. Um burguês organiza seu mundo: a cidade como um texto. In: _____. **O massacre dos gatos, e outros episódios da história cultural francesa**. Tradução de Sonia Coutinho. Rio de Janeiro: Graal, 1986. p. 141-188.

DIAS, Bruno dos Santos; DUARTE, Renata Garcia Campos; FONSECA, Daniela Flávia Martins. O desenho em foco: a arte aplicada na transição do século XIX para o XX. **19&20**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, abr. 2008. Disponível em: <http://www.dezenovevinte.net/ensino_artistico/ea_bd_desenho.htm>. Acesso em: 12 jul. 2013.

_____; _____. O desenho em foco: práticas educativas na transição do século XIX para o XX. In: MOSTRA INTEGRADA DE PESQUISAS DO ICH, 2007, Belo Horizonte. **As ciências do humano no universo do conhecimento**. Belo Horizonte: PUC Minas, 2007. v. 3. p. 82-86.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. *et al.* A cultura escolar como categoria de análise e como campo de investigação na história da educação brasileira. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 30, n. 1, p. 139-159, 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v30n1/a08v30n1.pdf>>. Acesso em: 3 jul. 2013.

_____. **Dos pardieiros aos palácios: cultura escolar e urbana em Belo Horizonte na Primeira República**. Passo Fundo: UPF, 1996. 213 p.

_____. A legislação escolar como fonte para a história da educação: uma tentativa de interpretação. In: _____. **Educação, modernidade e civilização**. Belo Horizonte: Autêntica, 1998. p. 88-125.

_____. O processo de escolarização em Minas Gerais: questões teórico-metodológicas e perspectivas de pesquisa. In: VEIGA Cynthia Greive; FONSECA, Thais Nívia de Lima e (org.). **História e historiografia da educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. p. 77-97.

FERNANDES, Tania Maria. **Plantas medicinais: memória da ciência no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2004. 260 p.

GAIO SOBRINHO, Antonio. **História da educação em São João del-Rei**. São João del-Rei: Funrei, 2000.

GIAROLA, Flávio Raimundo. **As representações da mão de obra: escravos, imigrantes e trabalhadores nacionais nos discursos dos políticos sanjoanenses (1871-1889)**. 2011. 189 f. Dissertação. (Mestrado em História) - Decis - Departamento de Ciências Sociais, Políticas e Jurídicas, Universidade Federal de São João del-Rei, São João del-Rei, 2011.

GONÇALVES, Irlen Antônio. **Cultura escolar: práticas e produção dos grupos escolares em Minas Gerais: 1891-1918**. Belo Horizonte: Autêntica; Fumec, Faculdade de Ciências Humanas, 2006. 196 p. (História da Educação)

GONDRA, José Gonçalves. **Artes de civilizar: medicina, higiene e educação escolar na Corte Imperial**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2004. 561 p.

_____. Higiene e cultura escolar. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 2., 2002, Natal. **Anais...** [CD-ROM]. Natal: SBHE, 2002. p. 1-9.

_____; SCHUELER, Alessandra. **Educação, poder e sociedade no Império brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2008. 320 p.

GOUVÊA, Maria Cristina Soares de. Disciplinas e Saberes na Formação Docente: estudo das avaliações nas escolas normais mineiras (1870-1889). In: ROCHA, Heloisa Pimenta (org.). **Personagens, estratégias e saberes na construção da escola brasileira (séculos XIX e XX)**. Bragança Paulista: São Francisco, 2006, p. 139-166.

_____; ROSA, Walquíria Miranda. A Escola Normal em Minas Gerais. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes de; PEIXOTO, Anamaria Casasanta (org.). **Lições de Minas: 70 anos de educação**. Belo Horizonte: Secretaria de Estadual de Educação de Minas Gerais, 2000. p. 20-31.

GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. **A princesa do oeste e o mito da decadência de Minas Gerais: São João del-Rei (1831-1888)**. São Paulo: Anablume, 2002. 255 p.

HEINZ, Flávio M. **Por outra história das elites**. Rio de Janeiro: FGV, 2006. 224 p.

HERSCHMANN, Micael; KROPF, Simone Petraglia; NUNES, Clarice. **Missionários do progresso: médicos, engenheiros e educadores no Rio de Janeiro: 1870-1937**. Rio de Janeiro: Diadorim, 1996. 224 p.

HOBBSAWM, E. J. **A era do capital: 1848-1875**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. 343 p.

JINZENJI, Mônica Yumi. **Cultura impressa e educação da mulher: lições de política e moral no periódico mineiro O Mentor das Brasileiras (1829-1832)**. 2008. 249 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

KROPF, Simone Petraglia. Sonho da razão, alegoria da ordem: o discurso dos engenheiros sobre a cidade e Rio de Janeiro no final do século XIX e início do XX. In: HERSCHMANN, Micael; KROPF, Simone Petraglia; NUNES, Clarice. **Missionários do progresso: médicos, engenheiros e educadores no Rio de Janeiro: 1870-1937**. Rio de Janeiro: Diadorim, 1996. p. 69-154.

LE GOFF, Jacques. Memória. In: _____. **História e memória**. 5. ed. Campinas: Unicamp, 2003. p. 419-476.

MARINHO, Inezil Penna. **Sistemas e métodos de Educação Física**. 6. ed. São Paulo: Papelivros, [s/d]. 212 p.

MARQUES, Vera Regina Beltrão. **A medicalização da raça: médicos, educadores e discurso eugênico**. Campinas: Ed. da Unicamp, 1994. 166 p.

MARTINEZ, Silvia Alicia; LOPES, Sonia de Castro. A contribuição de Henrique Freire para a circulação das ideias pedagógicas no Brasil e em Portugal no final de Oitocentos. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 6., 2011, Vitória. **Anais...** Vitória: UFES, 2011. Disponível em: <www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe6/conteudo/file/584.doc>. Acesso em: 29 jun. 2013.

MARTINEZ, Silvia Alicia. Saberes “normalistas” e sua circulação e apropriação no contexto Portugal-Brasil: o caso do Manual “Elementos de Pedagogia, de Affreixo e Freire”. In: SOUZA, D. B.; MARTINEZ, S. A. (org.). **Educação comparada: “rotas do além-mar”**. São Paulo: Xamã, 2009, v. 1, p. 237-258.

MONARCHA, Carlos. Arquitetura escolar republicana: a escola normal da praça e a construção de uma imagem de criança. In: _____. **História Social da Infância no Brasil**. Marcos Cezar de Freitas (org.). São Paulo: Cortez, 1997. p. 101-140.

MORAIS, Christianni Cardoso. **Para o aumento da instrução da mocidade da nossa pátria: estratégias de difusão do letramento na Vila de São João del-Rei (1824-1831)**. 2002. 194 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2002.

MOREIRA, Luciano da Silva. **Imprensa e opinião pública no Brasil Império: Minas Gerais e São Paulo (1826-1842)**. 2011. 270 f. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

NASCIMENTO, Cecília Vieira do. **Caminhos da docência: trajetórias de mulheres professoras em Sabará - Minas Gerais (1830-1904)**. 2011. 230 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

NEVES, Leonardo dos Santos. **Organização do ensino secundário em Minas Gerais no século XIX**. 2006. 161 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

PALHARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. A imprensa como uma empresa educativa no século XIX. **Caderno de Pesquisa**, n. 104, p. 144-163, jul. 1998.

PIMENTA, Tânia Salgado. **As artes de curar: um estudo a partir dos documentos da Fisicatura-mor no Brasil do começo do século XIX**. 1997. 253 f. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp, Campinas, 1997.

QUEIROZ, Suelen. **Tratado de Toxicologia Ocupacional**. 1. ed. São Paulo: Biblioteca 24 Horas, 2010. 50 p.

RÉMOND, René. **O século XIX: 1815-1914**. Tradução de Frederico Pessoa de Barros. São Paulo: Cultrix, 1974. 207 p. (Introdução à História de nosso tempo)

ROCHA, Célia Aparecida. **A ressignificação da eugenia na educação entre 1946 e 1970: um estudo sobre a construção do discurso eugênico na formação docente**.

2010. 491 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/1843/BUOS-8QCNZ7>>. Acesso em: 20 jan. 2012.

ROCHA, Heloísa Helena Pimenta. **A higienização dos costumes: educação escolar e saúde no projeto do Instituto de Hygiene de São Paulo: 1919-1925.** São Paulo: Fapesp; Campinas: Mercado de Letras, 2003. 272 p.

ROMÃO, Anna Luiza Ferreira. **Inventariando e problematizando o ensino normal e a cadeira de Gymnastica em Minas Gerais (1890-1920).** 2012. 213 f. Monografia (Graduação em Educação Física) - Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

ROSEN, George. **Uma história da saúde pública.** 3. ed. São Paulo: Unesp, 2006. 400 p.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930.** São Paulo: Companhia das Letras, 1993. 287 p.

SEVCENKO, Nicolau. Introdução. O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso. In: NOVAIS, Fernando A; SEVCENKO, Nicolau. **História da vida privada no Brasil: República: da Belle Époque à Era do Rádio.** São Paulo: Companhia das Letras, 1998. v. 3. p. 7-48.

SILVA, Marília Neto Kappel. **O pensamento educacional de Estevam de Oliveira expresso através do jornal Correio de Minas (1897-1908).** 2010. 102 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, Universidade Federal de São João del-Rei, São João del-Rei, 2010.

SILVA, Walmir. São João del-Rei e história política na metade dos Oitocentos. In: ARAÚJO, Maria Marta; VENÂNCIO, Renato P. (org.). **São João del-Rey: uma cidade no Império.** 1. ed. Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais; Arquivo Público Mineiro, 2007. v. 1. p. 31-46.

SILVEIRA, Anny Jackeline Torres; MARQUES, Rita de Cássia. Sobre a varíola e as práticas de vacinação em Minas Gerais (Brasil) no século XIX. *Ciência e Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p 387-396, 2011. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232011000200003>>. Acesso em: 1 jul. 2013.

TANURI, Leonor Maria. História da formação de professores. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 14, p. 61 a 88, maio-ago. 2000. Disponível em: <http://www.anped.org.br/rbe/rbedigital/RBDE14/RBDE14_06_LEONOR_MARIA_TANURI.pdf>. Acesso em: 1 jul. 2013.

VAGO, Tarcísio Mauro. **Cultura escolar, cultivo de corpos: educação física e gymnastica como práticas constitutivas dos corpos de crianças no ensino público primário de Belo Horizonte (1906-1920).** Bragança Paulista: Edusf, 2002. 369 p. (Estudos CDAPH. Historiografia)

VEIGA, Cynthia Greive. **Cidadania e Educação na trama da cidade: A construção de Belo Horizonte em fins do século XIX.** Bragança Paulista: Edusf, 2002. 347 p.

_____. República e educação no Brasil. In: _____. **História da Educação**. São Paulo: Ática, 2007. 328 p.

VIEIRA, Carlos Eduardo. Jornal diário como fonte e como tema para a pesquisa em História da Educação: um estudo da relação entre imprensa, intelectuais e modernidade nos anos 1920. In: OLIVEIRA, Marcus Aurélio Taborda de (org.). **Cinco estudos em história e historiografia da educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. p. 11-40.

VIÑAO, ANTONIO. A história das disciplinas escolares. **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 18, p. 173, 2008. Disponível em: <<http://www.sbhe.org.br/novo/rbhe/RBHE18.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2013.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. A capital controversa. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Belo Horizonte, v. 43, fasc. 2, p. 28-43, jul./dez. 2007.

ANEXOS

Anexo I - Prova escrita de Pedagogia da Escola Normal de São João del-Rei

Documento original (MINAS GERAIS. APM. SI. Série 4.2. Caixa 24. 1900)
seguido de transcrição.

Campos do Cunha
Flavio
D. Pinheiro

Prova escrita de Pedagogia
4.^o anno.
1.^o ponto.
Hygiene.

R. escrita
- Boa -
18. 12. 900.
D. Pinheiro
Flavio
Campos do Cunha

Tendo a educação physica por fim desenvolver
o corpo do homem conservando-lhe a vida e
a saúde, procurando tornal-o robusto, é neces-
sario bem conhecer o corpo humano para
que se possa descobrir os meios de desenvol-
vel-o. O corpo humano constitue o obje-
cto de duas sciencias principais: a anatomia
e a physiologia.

Anatomia é a sciencia que descreve a fór-
ma e a côr e indica a situação dos diversos
organos do corpo humano.

Physiologia é a sciencia que estuda a vi-
da e as funcções organicas do homem.

O conhecimento destas duas sciencias forma
o que se chama-principios de educação
physica - Sem se conhecer o corpo huma-
no por meio da anatomia e sem se saber
como os diversos organos funcionam pela
physiologia, não é possível desenvolver raci-
onalmente o physico do individuo, isto é, edu-
cal-o physicamente.

A educação physica hange por ser de dois me-
os para bem cumprir a sua missão: um
negativo, outro positivo. Negativo é o que consiste
em conservar a vida, evitar todas as causas
de enfermidade e em proteger o corpo con-

tra tudo que elle possa fazer mal, e, nisto consiste a hygiene.

Sueto é o que tem por fim desenvolver as forças phyzicas do homem por meio de exercicios musculares e é este o objecto da gymnastica.

A hygiene divide-se em: publica, individual e escolar.

Hygiene publica é a que dá as regras para a conservação da saúde publica.

Hygiene individual é a que ensina a cada individuo os meios de conservar a sua saúde. Hygiene escolar é o conjunto de regras e preceitos que têm por fim conservar a saúde das crianças que frequentam as escolas.

O sono, a alimentação, as vestes, o tempo de trabalhos e de recreio, e somno e muitos outros actos da vida humana são regulados por preceitos hygienicos.

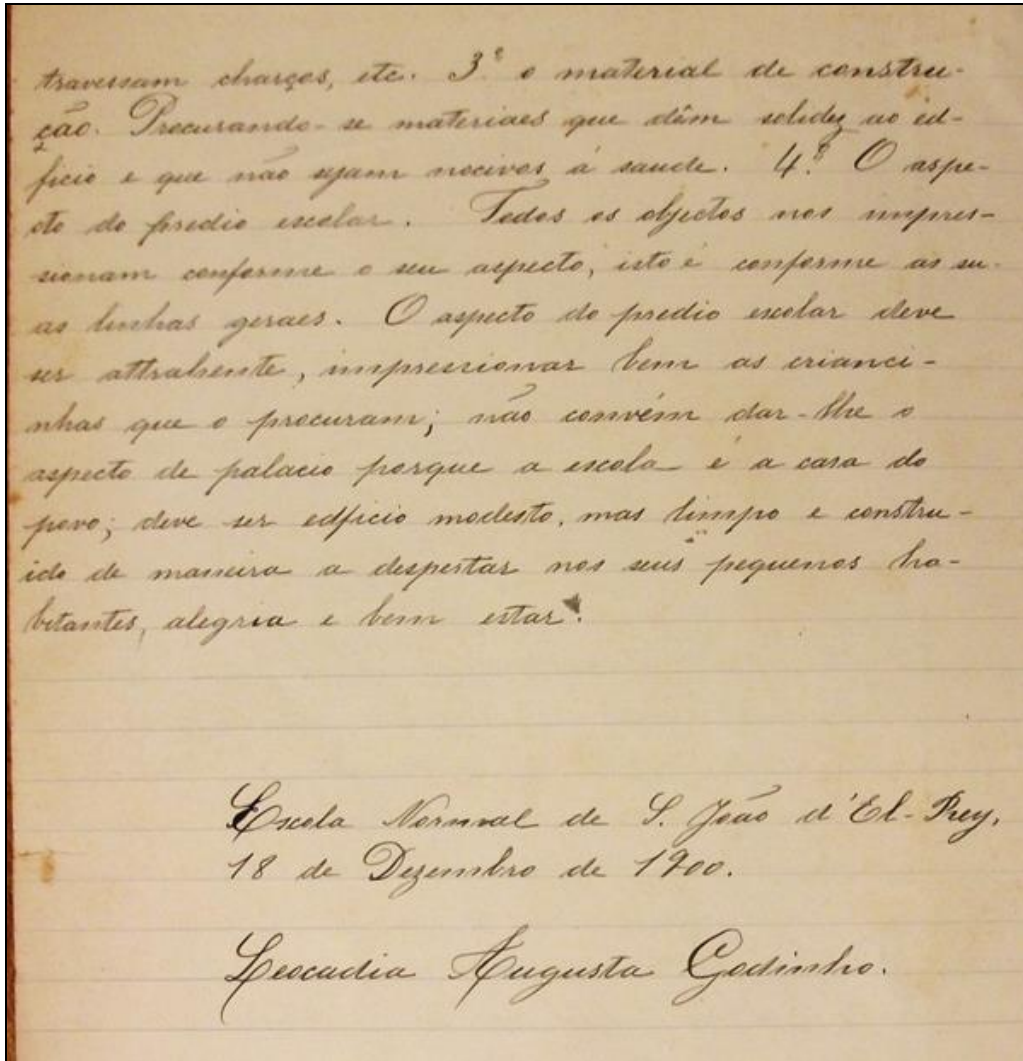
A gymnastica, que é o conjunto de hum combinados exercicios phyzicos, desenvolve o corpo, serve de repouso para os trabalhos intellectuales, dá decisão e coragem as crianças.

Os exercicios militares além de todas essas vantagens servem ainda para habituar as crianças a disciplina, fazendo-as tambem comprehender que a defesa da patria é um dever de todo bom cidadão.

Para as alumnas os melhores trabalhos gymnasticos são os exercicios calisthenicos (villosa e força) isto é, exercicios comparativos com o sexo feminino e apropriados para desenvolver a força e a graça das meninas.

Já sabemos que hygiene escolar é o conjunto de regras e preceitos que têm por fim conservar a saúde das crianças que frequentam as escolas. A maior parte do dia é passada pelas crianças nas escolas onde se lhes dá educação. É pois muito importante saber quaes as condições de salubridade que ali devem ser observadas a fim de evitar que as escolas se tornem focos de males phisicos que affectem os individuos que as frequentam. Os preceitos de hygiene escolar versam: sobre o edificio em geral, sobre a sala e sobre a mobilia.

Tratando do predio em que deve funcionar a escola, devemos indagar: 1.^o de local mais conveniente para ser construido. A situação do predio escolar deve ser escolhida ^{de} preferencia nos lugares elevados porque as habitações humanas devem ser secas e ventiladas; os terrenos baixos são húmidos, alagadiços e pouco ventilados sendo portanto insalubres as habitações nelles construidas. 2.^o a orientação do predio. Chama-se orientação a orientação que se deve dar ao edificio não só com relação ao sol como tambem aos ventos. Os raios solares não só aquecem como tambem destroem a humidade tornando assim em condições de salubridade o lugar que por elles é batido. Conviem muito ter em vista na edificação do predio a direcção dos ventos que sopram no lugar em que vai ser localisado. Há ventos que sopram numa mesma direcção: vento sul, vento norte, leste e oeste. Uns são necessarios e servem para a renovação do ar atmosphérico, outros húmidos, outros pestilentos porque at



Transcrição com grafia atualizada

Prova Escrita de Pedagogia

4º ano

1º ponto – Higiene

Tendo a educação física por fim desenvolver o corpo do homem conservando-lhe a vida e a saúde, procurando a torná-lo robusto, é necessário bem conhecer o corpo humano para que se possam descobrir os meios de desenvolvê-lo. O corpo humano constitui o objeto de duas ciências principais: a anatomia e a fisiologia.

Anatomia é a ciência que descreve a forma e a cor e indica a situação dos diversos órgãos do corpo humano.

Fisiologia é a ciência que estuda a vida e as funções orgânicas do homem. O conhecimento dessas duas ciências forma o que se chama – princípios de educação física – sem se conhecer o corpo humano por meio da anatomia e sem se saber como os diversos órgãos funcionam pela fisiologia, não é possível desenvolver racionalmente o físico do indivíduo, isto é, educá-lo fisicamente.

A educação física lança mão de dois meios para bem cumprir a sua missão: um negativo e o outro positivo. Negativo é o que consiste em conservar a vida, evitar

todas as causas de enfermidade e em proteger o corpo contra tudo o que lhe possa fazer mal, e nisto consiste a higiene.

Positivo é o que tem por fim desenvolver as forças físicas do homem e por meio de exercícios musculares, e é este o objeto da ginástica.

A higiene divide-se em: pública, individual e escolar.

Higiene pública é a que dá as regras para a conservação da saúde pública.

Higiene individual é a que ensina a cada indivíduo os meios de conservar a sua saúde. Higiene escolar é o conjunto de regras e preceitos que tem por fim conservar a saúde das crianças que frequentam as escolas. O asseio, a alimentação, as vestes, o tempo de trabalhos e de recreio, o sono e muitos outros atos da vida humana são regulados por seus preceitos higiênicos.

A ginástica, que é o conjunto de bem combinados exercícios físicos, desenvolve o corpo, serve de repouso para os trabalhos intelectuais, dá decisão e coragem às crianças.

Os exercícios militares, além de todas essas vantagens, servem ainda para habituar as crianças à disciplina, fazendo-as também compreender que a defesa da pátria é um dever de todo bom cidadão. Para as alunas os melhores trabalhos ginásticos são os exercícios calistênicos (beleza e força), isto é, exercícios compatíveis com o sexo feminino e apropriados para desenvolver a força e a graça das meninas.

Já sabemos que a higiene escolar é o conjunto de regras e preceitos que têm por fim conservar a saúde das crianças que frequentam as escolas. A maior parte do dia é passada pelas crianças nas escolas onde se lhes dá educação. É, pois, muito importante saber quais as condições de salubridade que aí se devem ser observadas a fim de evitar que as escolas se tornem focos de males físicos que afetem os indivíduos que a frequentarem. Os preceitos de higiene escolar versam: sobre o edifício em geral, sobre a sala e sobre a mobília.

Tratando do prédio em que deve funcionar uma escola, devemos indagar: 1º do local mais conveniente para ser construído. A situação do prédio escolar deve ser escolhida de preferência nos lugares elevados porque as habitações humanas devem ser secas e ventiladas; os terrenos baixos são úmidos, alagadiços e pouco ventilados sendo, portanto, insalubres as habitações neles construídas. 2º a exposição do prédio. Chama-se de exposição a orientação que se deve dar ao edifício não só com relação ao sol como também aos ventos. Os raios solares não só aquecem como também destroem a umidade, tornando assim em condições de salubridade o lugar que por eles é batido. Convém muito ter em vista na edificação do prédio a direção dos ventos que sopram no lugar em que vai ser localizado. Há ventos que sopram numa mesma direção: vento sul, vento norte, leste e oeste. Uns são secos e servem para a renovação do ar atmosférico [...] 3º o material de construção. Procurando-se materiais que deem solidez ao edifício e que não sejam nocivos à saúde. 4º o aspecto do prédio escolar. Todos os objetos nos impressionam conforme o seu aspecto, isto é, conforme as suas linhas gerais. O aspecto do prédio escolar deve ser atraente, impressionar bem as criancinhas que o procuram; não convém dar-lhe o aspecto de palácio porque a escola é a casa do povo; deve ser edifício modesto de maneira a despertar nos seus pequenos habitantes alegria e bem-estar.

Sala de exames da Escola Normal de São João del-Rei, 18 de dezembro de 1900.

Leocádia Augusta Godinho.

Anexo II - Horário de aulas da Escola Normal de São João del-Rei

Documento original (MINAS GERAIS. APM. SI. Série 4.2. Caixa 20. 1897)

seguido de transcrição.

Horario

	<i>Materias</i>	<i>Horas</i>	<i>Dias</i>	<i>Salas</i>	<i>Observações</i>
<i>1º anno</i>	<i>Portuguez theoria</i>	<i>nos 10 e 11</i>	<i>4ª e sabbados</i>	<i>D</i>	
	<i>pratica</i>		<i>2ª</i>	<i>B</i>	
	<i>Aritmetica</i>	<i>nos 12 e 1</i>	<i>2ª 4ª e 5ª</i>	<i>D</i>	
	<i>pratica</i>		<i>3ª e sabbados</i>	<i>D</i>	
	<i>Geographia theoria</i>	<i>nos 11 e 12</i>	<i>3ª e 4ª sabbados</i>	<i>C</i>	
	<i>pratica</i>		<i>2ª e 6ª</i>	<i>B</i>	
	<i>Desenho</i>	<i>no 2 e 3</i>	<i>3ª e sabbados</i>	<i>B</i>	
	<i>Calligraphia</i>		<i>2ª 4ª e 5ª</i>	<i>B</i>	
	<i>Musica</i>	<i>nos 3 e 4</i>	<i>2ª 3ª e 6ª</i>	<i>D</i>	
	<i>Canto</i>		<i>sabbados</i>	<i>D</i>	
	<i>Licções de Contas</i>	<i>nos 11 e 11</i>	<i>3ª e 5ª</i>	<i>D</i>	
	<i>Cinematica domestica</i>	<i>no 1 e 2</i>	<i>1ª</i>	<i>D</i>	
	<i>Gymnastica</i>	<i>no 1 e 2</i>	<i>2ª 3ª e 5ª</i>		
	<i>Exercícios militares</i>		<i>4ª sabbados</i>		<i>nos sabbados todos os alumnos maneat</i>
<i>Trabalhos de agulha</i>	<i>no 1 e 2</i>	<i>2ª 3ª e 5ª</i>	<i>E</i>	<i>e 2º anno</i>	
<i>2º anno</i>	<i>Portuguez theoria</i>	<i>no 1 e 2</i>	<i>2ª e 4ª</i>	<i>C</i>	
	<i>pratica</i>		<i>6ª</i>	<i>B</i>	
	<i>Francês theoria</i>	<i>nos 2 e 3</i>	<i>2ª 4ª e 6ª</i>	<i>C</i>	
	<i>pratica</i>	<i>no 1 e 2</i>	<i>3ª sabbados</i>	<i>B</i>	
	<i>Aritmetica theoria</i>	<i>nos 11 e 12</i>	<i>3ª e 5ª</i>	<i>D</i>	
	<i>pratica</i>		<i>4ª</i>	<i>B</i>	
	<i>Geometria theoria</i>		<i>2ª sabbados</i>	<i>D</i>	
	<i>Geographia theoria</i>	<i>nos 3 e 4</i>	<i>2ª e 4ª</i>	<i>C</i>	
	<i>pratica</i>		<i>6ª</i>	<i>B</i>	
	<i>Quimica physica e theoria</i>	<i>nos 10 e 11</i>	<i>2ª e 4ª</i>	<i>A</i>	
	<i>pratica</i>		<i>sabbados</i>	<i>A</i>	
	<i>Pedagogia</i>	<i>no 2 e 3</i>	<i>3ª sabbados</i>	<i>A</i>	
	<i>Desenho</i>	<i>nos 12 e 1</i>	<i>2ª</i>	<i>B</i>	
	<i>Calligraphia</i>		<i>4ª</i>	<i>B</i>	
<i>Musica</i>	<i>nos 10 e 11</i>	<i>3ª</i>	<i>A</i>		
<i>Canto</i>		<i>5ª</i>	<i>A</i>		
<i>Trabalhos de agulha</i>	<i>no 12 e 1</i>	<i>3ª e 5ª sabbados</i>	<i>E</i>	<i>nos 3ª e 5ª trabalhos de agulha de Terça e feira</i>	
<i>Gymnastica</i>	<i>nos 12 e 1</i>	<i>4ª</i>			
<i>Exercícios militares</i>		<i>2ª</i>			
<i>Pratica militar</i>	<i>no 12 e 1</i>	<i>3ª e 5ª</i>		<i>curros successivos Terça e feira trabalhos de agulha</i>	
<i>3º anno</i>	<i>Pedagogia</i>	<i>nos 3 e 4</i>	<i>2ª 3ª e 4ª</i>	<i>A</i>	
	<i>Instrucção civica e moral</i>		<i>5ª sabbados</i>	<i>A</i>	
	<i>Historia</i>	<i>nos 11 e 11</i>	<i>hiacientemente</i>	<i>C</i>	
	<i>Geometria</i>	<i>no 1 e 2</i>	<i>hiacientemente</i>	<i>A</i>	
	<i>Quimica physica theoria</i>	<i>nos 11 e 12</i>	<i>2ª 4ª e 6ª</i>	<i>A</i>	
	<i>pratica</i>	<i>nos 11 em diante</i>	<i>5ª feira</i>		
	<i>Desenho</i>	<i>nos 11 e 1</i>	<i>3ª e 5ª sabbados</i>	<i>B</i>	<i>nos 5ª feira e aula de desenho sera nos 12 e 1</i>
<i>Musica</i>	<i>nos 12 e 1</i>	<i>2ª e 4ª</i>	<i>A</i>		
<i>Pratica nos deslats</i>	<i>nos 2 e 3</i>	<i>hiacientemente</i>		<i>Terças successivas</i>	

$4 \frac{1}{2} + 2 \frac{1}{2} + 1 \frac{1}{2} = 8 \frac{1}{2}$
 $2 \frac{1}{2} + 1 \frac{1}{2} = 4$

Transcrição com grafia atualizada

Horário

	Matérias		Horas	Dias	Salas	Observações
1º ano	Português	Teórica Prática	Das 10 às 11	4ª e sábado 2ª	D B	
	Aritmética	Prática	Das 12 à 1	2ª, 4ª e 6ª 3ª e sábado	D D	
	Geografia	Teórica Prática	Das 11 às 12	3ª, 4ª e sábado 2ª e 6ª	C B	
	Desenho		Das 2 às 3	3ª e sábado	B	
	Caligrafia			2ª, 4ª e 5ª	B	
	Música		Das 3 às 4	2ª, 3ª, 4ª e 5ª	D	
	Canto			Sábado	D	
	Lições de Coisas		Das 10 às 11	3ª e 5ª	D	
	Economia Doméstica		De 1 a 2	4ª	D	
	Ginástica		De 1 a 2	2ª, 3ª e 6ª		
	Evoluções Militares			4ª e sábado		Aos sábados, todos os alunos menos o 2º ano.
	Trabalhos de Agulha		De 1 a 2	2ª, 3ª e 5ª	E	
2º ano	Português	Teórica Prática	De 1 a 2	2ª, 4ª 6ª	C B	
	Francês	Teórica Prática	De 2 a 3 De 1 a 2	2ª, 4ª, 6ª 3ª e sábado	C B	
	Aritmética	Teórica Prática	Das 11 às 12	3ª, 5ª 4ª	D B	
	Geometria	Teórica		2ª e sábado	D	
	Geografia	Teórica Prática	De 3 a 4	2ª, 4ª 6ª	C B	
	Ciências Físicas	Teórica	Das 10 às 11	2ª, 4ª Sábado	A A	
	Prática					
	Pedagogia		Das 2 às 3	3ª e sábado	A	
	Desenho		Das 12 à 1	2ª		
	Caligrafia			4ª	B	
	Música		Das 10 às 11	3ª	B	
	Canto			6ª	A	
	Trabalhos de Agulha		Das 12 à 1	3ª, 6ª e sábado	E	Às 3ª e 6ª de agulha a turma de [fiar]
	Ginástica		Das 12 à 1	4ª		
	Evoluções Militares			2ª		
Prática nas escolas		Das 12 à 1	3ª e 6ª		Turmas [instrutivas], a turma [fiar], trabalhos de agulha	

(continua)

(continuação)

	Matérias	Horas	Dias	Salas	Observações
3º ano	Pedagogia	Das 3 às 4	2ª, 3ª e 4ª	A	
	Instrução Cívica e Moral		6ª e sábado	A	
	História	Das 10 às 11	Diariamente	C	
	Geometria	De 1 a 2	Diariamente	A	
	Ciências Físicas Teórica	Das 11 às 12	2ª, 4ª e 6ª 5ª	A	
	Prática				
	Desenho	Das 11 em diante	3ª, 6ª e sábado	B	Às 6ª feiras a aula de desenho será de 12 a 1
	Música	Das 12 à 1	2ª e 4ª	A	
	Prática nas Escolas	Das 2 às 3	Diariamente		Turmas [instrutivas]